

**Demonstrações
Contábeis e
Notas Explicativas**

EXERCÍCIO
2022
DNIT

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT
(CNPJ 04.892.707/0001-00 – Órgão: 39252 - Gestão 39252)



BALANÇO PATRIMONIAL - 31/12/2022 - ÓRGÃO 39252 - DNIT

VALORES EM MILHÕES DE REAIS

ATIVO				PASSIVO			
ATIVO CIRCULANTE	NOTAS EXPLICATIVAS	2022	2021	PASSIVO CIRCULANTE	NOTAS EXPLICATIVAS	2022	2021
		961,34	1.017,53			194,35	263,98
Caixa e Equivalentes de Caixa		136,00	145,97	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		54,77	70,43
Créditos a Curto Prazo		817,96	864,27	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	NOTA 09	108,90	94,04
Demais Créditos e Valores		839,86	864,27	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	NOTA 01	-21,91		Provisões a Curto Prazo		0,59	0,59
Estoques		7,12	7,13	Demais Obrigações a Curto Prazo	NOTA 10	30,08	98,92
VPDs Pagas Antecipadamente		0,26	0,16				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		526.948,45	436.865,93	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		0,92	11,63
Ativo Realizável a Longo Prazo		824,17	619,87	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo			3,80
Créditos a Longo Prazo		824,17	619,87	Demais Obrigações a Longo Prazo		0,92	7,83
Dívida Ativa Não Tributária	NOTA 02	507,47	360,68				
Demais Créditos e Valores	NOTA 03	1.132,99	976,12				
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	NOTA 03	-816,29	-716,93				
Imobilizado		526.110,73	436.235,10	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		195,27	275,61
Bens Móveis	NOTA 04	166,81	212,77	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Bens Móveis		349,12	319,33				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	NOTA 05	-182,30	-106,56	ESPECIFICAÇÃO		2022	2021
Bens Imóveis	NOTA 06	525.943,91	436.022,33				
Bens Imóveis		525.946,44	436.032,14	Patrimônio Social e Capital Social		-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	NOTA 07	-2,53	-9,81	Demais Reservas		0,05	-
Intangível	NOTA 08	13,55	10,96	Resultados Acumulados		527.714,46	437.607,85
Softwares		13,55	10,96	Resultado do Exercício		89.932,20	64.097,53
Softwares		13,59	11,00	Resultados de Exercícios Anteriores		437.607,85	373.561,06
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-0,03	-0,02	Ajustes de Exercícios Anteriores	NOTA 11	174,41	-50,74
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-0,02	-0,02	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		527.714,51	437.607,85
TOTAL DO ATIVO		527.909,78	437.883,46	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		527.909,78	437.883,46

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NOTAS EXPLICATIVAS	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	NOTAS EXPLICATIVAS	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO		136,00	145,97	PASSIVO FINANCEIRO		5.776,65	3.914,61
ATIVO PERMANENTE		527.773,79	437.737,49	PASSIVO PERMANENTE		113,28	189,77
				SALDO PATRIMONIAL		522.019,85	433.779,08

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NOTAS EXPLICATIVAS	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NOTAS EXPLICATIVAS	2022	2021
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		24.117,28	23.468,55	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		41.653,14	37.801,31
Atos Potenciais Ativos		24.117,28	23.468,55	Atos Potenciais Passivos		41.653,14	37.801,31
Garantias e Contragarantias Recebidas		24.117,03	23.466,67	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		0,15	1,71	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		1.564,87	1.824,74
Direitos Contratuais		0,10	0,16	Obrigações Contratuais	NOTA 12	40.088,27	35.976,57
TOTAL		24.117,28	23.468,55	TOTAL		41.653,14	37.801,31

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-5.237,13
Recursos Vinculados	-403,53
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-0,84
Previdência Social (RPPS)	-0,04
Dívida Pública	-51,50
Alienação de Bens e Direitos	7,39
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-358,54
TOTAL	-5.640,65

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

VALORES EM MILHÕES DE REAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NOTAS EXPLICATIVAS	96.112,61	70.278,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	NOTA 14	55,57	46,22
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		55,57	46,22
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		68,67	46,52
Juros e Encargos de Mora	NOTA 15	68,67	46,49
Variações Monetárias e Cambiais		-	0,03
Transferências e Delegações Recebidas		8.667,77	8.448,53
Transferências Intragovernamentais		8.599,64	8.160,15
Outras Transferências e Delegações Recebidas		68,14	288,38
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	NOTA 16	85.912,00	61.004,64
Reavaliação de Ativos		-	6,42
Ganhos com Alienação		0,68	0,02
Ganhos com Incorporação de Ativos		85.770,22	60.892,48
Ganhos com Desincorporação de Passivos		141,10	105,72
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.408,60	732,09
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		15,00	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	NOTA 17	1.393,60	732,09
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NOTAS EXPLICATIVAS	6.180,41	6.180,47
Pessoal e Encargos		522,34	541,94
Remuneração a Pessoal		390,82	407,58
Encargos Patronais		92,82	97,13
Benefícios a Pessoal		14,97	15,45
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		23,73	21,77
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		256,86	251,64
Aposentadorias e Reformas		199,87	199,94
Pensões		51,57	46,15
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		5,42	5,54
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		874,47	776,42
Uso de Material de Consumo		7,45	5,92
Serviços	NOTA 18	832,87	760,87
Depreciação, Amortização e Exaustão	NOTA 19	34,14	9,64
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		23,28	4,96
Juros e Encargos de Mora		0,07	0,03
Descontos Financeiros Concedidos		23,21	4,93
Transferências e Delegações Concedidas		1.902,93	1.543,57
Transferências Intragovernamentais		1.753,54	1.133,12
Transferências Intergovernamentais		55,61	118,55
Outras Transferências e Delegações Concedidas		93,78	291,89
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	NOTA 20	2.536,38	3.023,95
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		136,26	716,93
Perdas com Alienação		0,48	0,85
Perdas Involuntárias		5,66	0,08
Incorporação de Passivos		2,02	2,87
Desincorporação de Ativos		2.391,96	2.303,23
Tributárias		11,52	6,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,57	0,76
Contribuições		10,94	6,01
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		52,65	31,22
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	NOTA 21	52,65	31,22
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		89.932,20	64.097,53



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

VALORES EM MILHÕES DE REAIS

	NOTAS EXPLICATIVAS	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		6.395,15	6.144,34
INGRESSOS		9.808,11	8.863,47
Receita Patrimonial		6,93	5,36
Receita de Serviços		48,64	40,18
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.041,02	550,70
Outros Ingressos Operacionais		8.711,52	8.267,23
Ingressos Extraorçamentários		5,26	4,14
Restituições a Pagar		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas		8.597,33	8.155,68
Arrecadação de Outra Unidade		108,93	107,36
Demais Recebimentos		0,00	0,05
DESEMBOLSOS		-3.412,95	-2.719,13
Pessoal e Demais Despesas		-1.511,59	-1.373,83
Administração		-1,92	-3,56
Segurança Pública		-	-0,05
Previdência Social		-232,15	-222,75
Indústria		-0,05	-
Transporte		-1.263,41	-1.135,18
Encargos Especiais		-14,05	-12,29
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		0,00	0,00
Transferências Concedidas		-146,70	-212,94
Intergovernamentais		-55,61	-118,55
A Estados e/ou Distrito Federal		-54,69	-114,05
A Municípios		-0,91	-4,50
Intragovernamentais		-91,10	-94,38
Outros Desembolsos Operacionais		-1.754,66	-1.132,37
Dispêndios Extraorçamentários		-3,42	-3,67
Transferências Financeiras Concedidas		-1.751,24	-1.128,70
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-6.405,13	-6.169,64
INGRESSOS		3,31	1,68
Alienação de Bens		3,31	1,68
DESEMBOLSOS		-6.408,43	-6.171,32
Aquisição de Ativo Não Circulante		-3.917,96	-3.704,61
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.490,48	-2.466,71
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	NOTA 25	-9,97	-25,30
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		145,97	171,27
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		136,00	145,97



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

VALORES EM MILHÕES DE REAIS

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTAS EXPLICATIVAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		461,13	461,13	1.096,59	635,46
Receita Patrimonial	NOTA 22	6,05	6,05	6,93	0,88
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		6,05	6,05	6,93	0,88
Receitas de Serviços		40,35	40,35	48,64	8,29
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		40,35	40,35	48,64	8,29
Outras Receitas Correntes		414,72	414,72	1.041,02	626,29
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		414,46	414,46	1.039,11	624,65
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		0,27	0,27	1,91	1,64
RECEITAS DE CAPITAL		0,13	0,13	3,31	3,18
Alienação de Bens	NOTA 22	0,13	0,13	3,31	3,18
Alienação de Bens Móveis		0,13	0,13	3,31	3,18
SUBTOTAL DE RECEITAS		461,26	461,26	1.099,90	638,64
REFINANCIAMENTO					
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		461,26	461,26	1.099,90	638,64
DEFÍCIT				9.159,89	9.159,89
TOTAL		461,26	461,26	10.259,79	9.798,53
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	2.925,41	-	-2.925,41
Superávit Financeiro		-	-	-	-
Excesso de Arrecadação		-	976,77	-	-
Créditos Cancelados		-	1.948,64	-	-

DESPESA								
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTAS EXPLICATIVAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	
DESPESAS CORRENTES	NOTA 23	1.708,02	1.634,84	1.582,04	1.345,08	1.290,79	52,81	
Pessoal e Encargos Sociais		758,26	758,71	750,58	735,67	688,88	8,13	
Outras Despesas Correntes		949,76	876,13	831,45	609,40	601,91	44,68	
DESPESAS DE CAPITAL		5.876,82	8.875,41	8.677,75	4.172,39	4.166,22	197,66	
Investimentos		5.865,94	8.874,90	8.677,75	4.172,39	4.166,22	197,15	
Inversões Financeiras		10,88	0,50	-	-	-	0,50	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		7,65	7,65	-	-	-	7,65	
SUBTOTAL DAS DESPESAS		7.592,49	10.517,90	10.259,79	5.517,47	5.457,02	258,11	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		7.592,49	10.517,90	10.259,79	5.517,47	5.457,02	258,11	
TOTAL		7.592,49	10.517,90	10.259,79	5.517,47	5.457,02	258,11	

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTAS EXPLICATIVAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		61,44	284,18	255,85	254,27	46,16	45,19
Pessoal e Encargos Sociais	NOTA 24	9,35	14,31	5,36	4,05	9,35	10,26
Outras Despesas Correntes		52,09	269,87	250,49	250,22	36,82	34,93
DESPESAS DE CAPITAL		812,24	2.675,71	2.298,44	2.295,94	278,13	913,87
Investimentos	NOTA 24	812,24	2.675,71	2.298,44	2.295,94	278,13	913,87
TOTAL		873,67	2.959,89	2.554,28	2.550,21	324,30	959,06

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTAS EXPLICATIVAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		2,07	56,10	56,03	0,68	1,46
Pessoal e Encargos Sociais	NOTA 24	0,04	53,16	53,16	0,04	-
Outras Despesas Correntes		2,04	2,94	2,88	0,65	1,46
DESPESAS DE CAPITAL		18,03	3,54	3,47	7,88	10,22
Investimentos	NOTA 24	18,03	3,54	3,47	7,88	10,22
TOTAL		20,10	59,64	59,50	8,56	11,68



BALANÇO FINANCEIRO

VALORES EM MILHÕES DE REAIS

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTAS EXPLICATIVAS	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	NOTAS EXPLICATIVAS	2022	2021
Receitas Orçamentárias		1.099,90	597,91	Despesas Orçamentárias		10.259,79	7.672,38
Ordinárias		-	-	Ordinárias		8.553,20	6.749,52
Vinculadas		1.193,49	615,18	Vinculadas		1.706,58	922,86
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		237,39	97,42
Alienação de Bens e Direitos		3,31	1,76	Previdência Social (RPPS)		-	83,53
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.190,18	613,43	Dívida Pública			15,60
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-93,60	-17,27	Alienação de Bens e Direitos		0,13	
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.469,06	726,31
Transferências Financeiras Recebidas		8.597,33	8.155,68	Transferências Financeiras Concedidas		1.751,24	1.128,70
Resultantes da Execução Orçamentária		5.713,99	4.880,28	Resultantes da Execução Orçamentária		249,60	252,59
Repasso Recebido		5.549,62	4.698,88	Repasso Concedido		84,93	71,13
Sub-repasso Recebido		164,38	181,40	Sub-repasso Concedido		164,38	181,40
Independentes da Execução Orçamentária		2.883,33	3.275,40	Repasso Devolvido		0,29	0,06
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		2.765,02	3.172,91	Independentes da Execução Orçamentária		1.501,64	876,12
Demais Transferências Recebidas		8,49	22,08	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		265,18	188,83
Movimentação de Saldos Patrimoniais		109,83	80,41	Demais Transferências Concedidas		0,27	0,14
Aporte ao RPPS		-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais		1.236,18	687,14
Recebimentos Extraorçamentários		4.916,96	3.128,57	Pagamentos Extraorçamentários		2.613,13	3.106,39
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		60,45	57,13	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		59,50	74,71
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		4.742,32	2.959,89	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		2.550,21	3.028,01
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		5,26	4,14	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3,42	3,67
Outros Recebimentos Extraorçamentários		108,93	107,41	Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Restituições a Pagar		0,00	0,00	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		0,00	0,00
Arrecadação de Outra Unidade		108,93	107,36				
Demais Recebimentos		0,00	0,05				
Saldo do Exercício Anterior		145,97	171,27	Saldo para o Exercício Seguinte		136,00	145,97
Caixa e Equivalentes de Caixa		145,97	171,27	Caixa e Equivalentes de Caixa		136,00	145,97
TOTAL		14.760,15	12.053,44	TOTAL		14.760,15	12.053,44

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Órgão 39252.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, e consubstanciada na conformidade de Registro de Gestão.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

1. Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - SIADS ainda apresenta algumas inconsistências, apesar do avanço obtido no exercício de 2022, conforme Nota Explicativa nº 04 - Bens Móveis, que relata que o sistema ainda apresenta instabilidade e inconsistências que podem estar afetando a fidedignidade e confiabilidade das demonstrações contábeis;
2. Não realização dos procedimentos patrimoniais de reavaliação, redução ao valor recuperável e depreciação dos bens adquiridos anteriormente ao exercício de 2010. Apesar de a grande parte das Unidades Gestoras do DNIT terem criado as comissões de reavaliação, apenas 10 (dez) UG (393010, 393011, 393013, 393014, 393017, 393020, 393021, 393022, 393025 e 393028) concluíram o procedimento, sendo que a UG 393017 não registrou a reavaliação no SIADS em razão da indisponibilidade do sistema;
3. Falta de incorporação no patrimônio da Autarquia de bens móveis recebidos da UG 390081 – Inventariança da RFFSA. No DNIT, criou-se a UG 390059 para receber os saldos contábeis. Após esse procedimento, autuou-se o Processo nº 50600.021111/2019-87 para solicitar providências aos setores responsáveis, além dos Processos nº 50600.019965/2021-18 e 50600.007683/2021-78. A Superintendência Regional do DNIT no Estado de São Paulo realizou a incorporação e alienação de alguns bens da extinta RFFSA, conforme acordado no Plano de Trabalho - Baixa Patrimonial 390059 (SEI nº 11279296). Também nas Superintendências do Piauí e Mato Grosso do Sul foram verificadas alienações de bens;
4. Ausência de contabilização dos bens de infraestrutura, não concedidos à iniciativa privada, do modal ferroviário (ferrovias, pátios ferroviários, faixa de domínio, edificações ligadas às ferrovias, etc). Registra-se que somente as ferrovias concedidas estão contabilizadas no SIAFI;
5. Ausência de registro contábil de alguns Bens de Infraestrutura relacionados ao modal hidroviário, quais sejam: investimentos em canais de navegação fluviais e canais de acesso a portos marítimos.



6. Ausência de registro contábil por competência das multas de trânsito. Por meio do Processo nº 50600.031886/2020-02, a Setorial Contábil do DNIT realiza tratativas com a Coordenação de Multas para viabilizar o registro contábil desses créditos;

7. Ausência de contabilização das Obras de Artes Especiais – OAE dos modais rodoviário e ferroviário;

8. Ausência de registro dos terrenos de faixa de domínio.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2023.

FABRÍCIO ADRIANO RIBEIRO
Coordenador de Contabilidade substituto
CRC DF-020183/O-5 – Matrícula DNIT 4643-4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2022 – 4º TRIMESTRE DE 2022.

Contexto Operacional

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT – foi constituído como pessoa jurídica de direito público, vinculado ao Ministério da Infraestrutura durante o exercício de 2022, e submetido ao regime de autarquia, tendo sua sede estabelecida no Setor de Autarquias Norte – SAN, Quadra 3, Lote “A”, Edifício Núcleo dos Transportes, Brasília-DF, conforme preconiza o Artigo 79 da Lei Federal nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Além de sua sede, e se utilizando da faculdade prevista no Parágrafo Único do Artigo 79 da Lei nº 10.233/2001, o DNIT possui 26 (vinte e seis) unidades administrativas instaladas nas capitais dos Estados da Federação, com exceção do Distrito Federal, que se encontra vinculada à unidade do Estado de Goiás, 2 Unidades Gestoras Executoras específicas para execução de projetos com recursos externos do BIRD (**Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento**) com o objetivo de apoiar o “Programa de Redução dos Custos Logísticos - **PREMEF**”, 1 Unidade Gestora Executora da extinta RFFSA e, oito unidades gestoras, referentes a administrações hidroviárias em extinção.

O DNIT tem por objetivo implementar a política de infraestrutura do Sistema Federal de Viação, compreendendo sua operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade e ampliação mediante construção de novas vias e terminais.

Assim, em 2022, a esfera de atuação do DNIT correspondeu à infraestrutura do Sistema Federal de Viação, a qual é constituída de vias navegáveis, inclusive eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, ferrovias e rodovias federais, bem como instalações e vias de transbordo e interface intermodal .

O DNIT tem por objetivo implementar a política de infraestrutura do Sistema Federal de Viação, compreendendo sua operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade e ampliação mediante construção de novas vias e terminais.

Assim, a esfera de atuação do DNIT corresponde à infraestrutura do Sistema Federal de Viação, a qual é constituída de vias navegáveis, inclusive eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, ferrovias e rodovias federais, bem como instalações e vias de transbordo e interface intermodal¹.

Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2022 foram elaboradas em consonância com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como com as normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, designada como Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal, nos termos do Artigo 17, inciso I, da Lei Federal nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público- NBC TSP.

¹ - Art. 81 da Lei nº 10.233/2001.

Principais Mudanças de Práticas Contábeis

Após o encerramento do exercício de 2022, houve a mudança de metodologia de atualização da valoração das ferrovias registradas no Balanço Patrimonial do DNIT, para que a estimativa do valor atual do patrimônio ferroviário incluísse:

- a) atribuição de uma vida útil média a cada ativo; cálculo do valor da depreciação anual dado pelo custo de reposição e a vida útil média, considerando que o valor de reposição foi descontado toda depreciação anual acumulada referente ao período da vida útil daqueles ativos, e as atualizações realizadas nos exercícios de 2020 e 2021 ocorreram sobre o valor residual do ativo, desconsiderando que o ativo possua uma vida residual remanescente, sem haver correção da vida residual, que depende da condição ou intervenções de reabilitação incorridas nesses bens;
- b) cálculo do valor atual do ativo, que corresponde ao produto do valor da depreciação anual pela vida residual corrigida. A avaliação dos ativos de infraestrutura deverá ocorrer de forma concatenada pela identificação e inspeção dos ativos e a estimativa do custo de reposição atual.

O objetivo seria evitar supervalorização do ativo e distorções nos demonstrativos do DNIT, por meio de uma melhor caracterização dos ativos, levantamentos dos ativos em construção, em reabilitação, com as respectivas datas e tipos de intervenções, que subsidiarão a definição das vidas úteis, com base na condição dos ativos.

A Nota Explicativa 06: Bens Imóveis – Subtítulo Ferrovias detalha que foi identificada uma supervalorização de R\$ 33.539.155.220,65 (trinta e três bilhões, quinhentos e trinta e nove milhões, cento e cinquenta e cinco mil, duzentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos) no ativo patrimonial do DNIT presente no Balanço Patrimonial de 31/12/2022.

Em 31/01/2023, houve a baixa do valor acima em contrapartida a Ajustes de Exercícios Anteriores.

1. BALANÇO PATRIMONIAL:

A seguir serão explanadas as razões das principais variações ocorridas, no exercício de 2022, nas rubricas que compõem o Balanço Patrimonial – BP, conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN²:

1.1. ATIVO:

1.1.1. ATIVO CIRCULANTE:

NOTA 01: Demais Créditos e Valores de Curto Prazo:

No período compreendido entre o encerramento do exercício 2021 e o de 2022, foi verificada uma redução de 5,36% na rubrica Demais Créditos e Valores de Curto Prazo, que em termos monetários, representa um decréscimo de R\$ 46.311.945,57 (quarenta e seis milhões, trezentos e onze mil, novecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) de ativos provenientes de crédito administrativos a receber, conforme o Quadro 1.

2 - Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/publicacoes-e-orientacoes>

Quadro 1: Demais Créditos e Valores a Receber CP:

Conta Contábil	Conta Contábil	Saldo R\$		Análise		
		DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
113110101	Adiantamento 13º Salário	5.321.668,37	5.357.186,93	0,65%	-0,66%	-35.518,56
113110102	Adiantamento de Férias	10.565.497,93	8.559.484,30	1,29%	23,44%	2.006.013,63
113110105	Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	2.035.674,46	2.117.797,75	0,25%	-3,88%	-82.123,29
113410101	Crédito a receber por folha de pagamento	0,00	2.430,68	0,00%	-100,00%	-2.430,68
113410102	Crédito a receber por dano ao patrimônio	22.279.013,20	1.392.317,94	2,72%	1500,14%	20.886.695,26
113410103	Crédito a receber por erro administrativo	123.519,66	0,00	0,02%		123.519,66
113410106	Crédito a receber por débito de terceiro em prestação de serviços	18.531.778,52	59.324.444,47	2,27%	-68,76%	-40.792.665,95
113410108	Crédito a receber por uso indevido de cota	0,00	68.259,12	0,00%	-100,00%	-68.259,12
113410199	Outros créditos administrativos	9.954,13	0,00	0,00%		9.954,13
113410204	Créditos a receber por débito de terceiro em prestação de serviço (julgados pelo TCU)	21.771.905,46	181.141,32	2,66%	11919,29%	21.590.764,14
113410300	Crédito a receber por dano ao patrimônio apurado em processo judicial	10.736.408,68	58.321,12	1,31%	18309,13%	10.678.087,56
113810200	Crédito a receber por permissão de uso de bens públicos	362.163,02	229.969,39	0,04%	57,48%	132.193,63
113810700	Crédito a receber decorrente de infrações legais e contratuais	63.245.502,85	42.760.445,30	7,73%	47,91%	20.485.057,55
113811300	Crédito a receber por cessão de áreas públicas	13.300,00	13.300,00	0,00%	0,00%	0,00
113811500	Crédito a receber por pagamento de despesas de terceiros	63.743,57	63.004,59	0,01%	1,17%	738,98
113811600	Crédito a receber de acordo financeiro com servidor ou ex-servidor	9.555,79		0,00%		9.555,79
113813100	Créditos Parcelados	2.383.185,18	1.160.390,63	0,29%	105,38%	1.222.794,55
113820700	Créditos a receber decorrentes de infrações - Intra OFSS	783,56	783,56	0,00%	0,00%	0,00
113823800	Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada	677.431.056,27	738.001.769,90	82,82%	-8,21%	-60.570.713,63
113843100	Créditos Parcelados - Inter (estados)	4.496.510,48	4.496.510,48	0,55%	0,00%	0,00
113850700	Créditos a receber decorrentes de infrações - Inter (municípios)	2.007,33	2.007,33	0,00%	0,00%	0,00
113853100	Créditos Parcelados - Inter (municípios)	479.275,68	479.275,68	0,06%	0,00%	0,00
113910101	Ajuste para Perdas - Subgrupo 113	-21.905.609,22		-2,68%		-21.905.609,22
Total	Total	817.956.894,92	864.268.840,49	100,00%	-5,36%	-46.311.945,57

Fonte: Tesouro Gerencial

Essa redução se deve, principalmente, à variação negativa de valores registrados como créditos a receber por débito de terceiros em prestação de serviços e como adiantamento de Termos de Execução Descentralizada.

No exercício de 2022, houve o reconhecimento de Ajustes para Perdas referentes a conta de créditos a receber de débitos de terceiros em prestação de serviços julgados pelo Tribunal de Conta das União (TCU) do ativo circulante.

As contas que abrigam os registros de créditos a receber por danos ao patrimônio, por débitos de terceiros em prestação de serviços julgados pelo TCU e decorrente de infrações legais e contratuais apresentaram aumento em seus montantes.

Créditos a receber por dano ao patrimônio

O montante da conta que abriga créditos a receber por danos ao patrimônio público aumentou 1.500,14% entre o encerramento de 2021 e o de 2022, o que significa uma variação positiva de R\$ 20.886.695,26 (vinte milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, seiscentos e noventa e cinco reais e vinte e seis centavos), decorrente, principalmente, dos seguintes registros:

a) R\$ 9.918.400,69 (nove milhões, novecentos e dezoito mil, quatrocentos reais e sessenta e nove

centavos), referente ao direito de ressarcimento ao erário no âmbito do Contrato TT-209/2013;

b) R\$ 10.228.310,00 (dez milhões, duzentos e vinte e oito mil, trezentos e dez reais), referente ao direito de ressarcimento ao erário no âmbito do Contrato TT-382/2012.

Os saldos citados acima foram reclassificados³ para a conta Créditos a receber por débito de terceiros em prestação de serviços após o encerramento do Balanço Patrimonial de 2022, em janeiro de 2023, tendo em vista se tratar de ressarcimento ao erário atrelado à prestação de serviços firmados em contrato com terceiros.

Créditos a receber por débito de terceiros em prestação de serviços

O montante da conta que abriga créditos a receber por débitos de terceiros em prestação de serviços para o DNIT apresentou redução de 68,76%, que significa uma variação negativa de R\$ 40.792.665,95 (quarenta milhões, setecentos e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), decorrente, principalmente, dos seguintes registros:

- a) R\$ 35.990.603,20 (trinta e cinco milhões, novecentos e noventa mil, seiscentos e três reais e vinte centavos), referente à baixa do ativo patrimonial para registro em ativo contingente, decorrente de decisão liminar para suspensão judicial de cobrança no âmbito do Contrato 543/2010;
- b) R\$ 10.292.036,09 (dez milhões, duzentos e noventa e dois mil, trinta e seis reais e nove centavos), referente à reclassificação para a conta de Dívida Ativa no âmbito do Contrato 739/2010;
- c) R\$ 56.797.866,33 (cinquenta e seis milhões, setecentos e noventa e sete mil, oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos), referente à reclassificação para a conta de mesma natureza no Ativo Não Circulante, após análise de liquidez de créditos a receber de ressarcimento no âmbito de diversos contratos.

Créditos a receber por débito em prestação de serviços – julgados pelo TCU

O valor registrado como créditos a receber por débito em prestação de serviços para o DNIT, em que houve instauração de Tomada de Contas Especial e seu respectivo julgamento, pelo Tribunal de Contas da União – TCU, para a existência de direito ao ressarcimento de danos ao erário em favor ao DNIT, aumentou 11.919,29% no encerramento do exercício de 2022, em comparação ao encerramento de 2021. Esse acréscimo representa uma variação monetária de R\$ 21.590.764,14 (vinte e um milhões, quinhentos e noventa mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quatorze centavos), decorrente, principalmente, dos lançamentos de:

- a) R\$ 18.736.598,08 (dezoito milhões, setecentos e trinta e seis mil, quinhentos e noventa e oito reais e oito centavos), referente a TCE originada de conversão de processo de levantamento de auditoria, no âmbito do Contrato PG-227/1998, conforme julgamentos exarados nos Acórdãos nº 1930/2015-TCU-Plenário e 1288/2019-TCU-Plenário;
- b) R\$ 2.030.596,14 (dois milhões, trinta mil, quinhentos e noventa e seis reais e quatorze centavos), referente a TCE instaurada em cumprimento ao Acórdão 342/2011-TCU-Plenário, no âmbito do Contrato UT-009/2005, conforme julgamento exposto no Acórdão nº 1392/2016-TCU-Plenário.

Créditos a receber decorrente de infrações legais e contratuais

O montante registrado, por competência, com créditos a receber decorrente de multas aplicadas de origem contratual ou legal, aumentou 47,91% entre o encerramento do exercício de 2021 e o de 2022, apresentando um acréscimo de R\$ 20.485.057,55 (vinte milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, cinquenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), devido, principalmente ao reconhecimento do direito a receber advindo de multas administrativas no âmbito dos contratos:

- a) 836/2014, no valor de R\$ 17.180.003,66 (dezessete milhões, cento e oitenta mil, três reais e sessenta e seis centavos);
- b) 001/2019, no valor de R\$ 10.200.124,56 (dez milhões, duzentos mil, cento e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos);
- c) 187/2019, no valor de R\$ 4.147.136,97 (quatro milhões, cento e quarenta e sete mil, cento e trinta e seis reais e noventa e sete centavos); e
- d) 597/2014, no valor de R\$ 3.609.407,68 (três milhões, seiscentos e nove mil, quatrocentos e sete reais e sessenta e oito centavos).

Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada

A conta que abriga os montantes repassados, pelo DNIT, por Termos de Execução Descentralizada, para outros órgãos e entidades do orçamento fiscal e da seguridade social, representa 82,82% do montante total da rubrica Demais Créditos e Valores a Receber no Curto Prazo, e obteve uma redução de 8,21% entre o encerramento do exercício de 2021 e o de 2022, que represente um decréscimo de R\$ 60.570.713,63 (sessenta milhões, quinhentos e setenta mil, setecentos e treze reais e sessenta e três centavos). O Quadro 2 lista os Termos de Execução Descentralizada que compõe esta conta até 31/12/2022.

Quadro 2: Valores repassados de TED

TED nº	Entidade Recebedora/Órgão Recebedor	Saldo - R\$
		DEZ/2022
231/2020	1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	42.191.291,32
280/2020	7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE	7.721.600,00
352/2020	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB	10.459.288,37
531/2020	3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	35.688.636,75
656/2020	5 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	17.729.268,17
679/2020	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	3.226.841,48
702/2020	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	4.000.000,00
703/2020	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	3.026.191,00
884/2020	8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	11.691.083,04
48/2021	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	19.067.125,00
123/2021	COMANDO 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA	2.675.654,87
899/2020	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	7.523.324,11
680/2020	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	3.196.515,16
195/2022	2º BATALHÃO FERROVIÁRIO	4.500.000,00
001/2011	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	33.976.098,98
011/2013	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	696.857,73
004/2013	BASE DE HIDROGRAFIA DA MARINHA EM NITERÓI	4.506.910,18
001/2012	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	9.840.620,98
687/2013	FUNDACAO NACIONAL DO INDIÓ - U.O.	2.035.500,00
248/2013	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	22.349.126,41
539/2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	389.671,99
1071/2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	18.213.125,86
1103/2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	29.966.879,89
326/2013	FUNDACAO NACIONAL DO INDIÓ - U.O.	1.174.992,00
539/2014	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	5.723.904,68
002/2015	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	12.820.001,15
899/2015	DEPTO. DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL	9.681.395,31
824/2016	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	9.381.696,70
907/2016	CIA DE DES.DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNAIB	3.092.853,12
039/2017	2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	22.154.714,09
378/2017	7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	38.062.437,53
001/2017	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	24.928.212,02
622/2017	6 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	28.713.748,05
042/2018	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO-GEST	7.609.913,13
001/2018	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA	18.600,00
330/2018	COMANDO DO 4.DISTRITO NAVAL	7.819.648,98
331/2018	COMANDO DO 4.DISTRITO NAVAL	873.831,54
462/2018	21 COMPANHIA DE ENGENHARIA CONSTRUÇÃO	11.033.115,82
919/2018	1 BATALHÃO FERROVIÁRIO	123.313.698,62
3902666	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA	5.620,00
554/2019	1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	34.691.387,33
731/2019	3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	37.115.700,87
403/2022	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO-DEC	4.543.974,04
Total		677.431.056,27

Fonte: Tesouro Gerencial

Ajustes para Perdas Estimadas:

Quanto aos ajustes para perdas dos créditos administrativos a receber, a Coordenação de Contabilidade do DNIT realizou os estudos para constituição da conta de ajuste para todos os créditos a receber registrados no Ativo desta Autarquia. Observou-se que, em outubro de 2019, a maior parte da composição dos créditos a receber do DNIT registrados no SIAFI corresponde a valores a receber decorrentes de débitos oriundos de contratos como multas contratuais e resarcimentos (58,11%), e de haveres a receber após imputação de débito por julgamento do Tribunal de Contas em processos de Tomadas de Contas Especiais – TCE (40,03%).

Os créditos a receber relacionados a multas de trânsito e uso da faixa de domínio, que segundo auditoria realizada em 2018, podem representar mais de 90% dos créditos não tributários do DNIT, não são contabilizados pelo regime de competência no SIAFI. A esse respeito, a Coordenação de Contabilidade realizou tratativas junto ao setor responsável para verificar a possibilidade de inserção manual desses valores no SIAFI, até que fosse possível uma solução automatizada⁴.

Em razão do volume de notificações de autuação de trânsito, bem como dificuldades no estabelecimento do ajuste para perdas e da definição do marco que configurada a prescrição desse direito, concluiu-se pela impossibilidade do registro manual.

No exercício de 2022, houve o registro de Ajuste para Perdas Estimadas de créditos administrativos a receber do ativo circulante provenientes de processos julgados pelo Tribunal de Contas da União, em Tomadas de Contas Especiais, após aprovação da metodologia de cálculo pela Diretoria Colegiada do DNIT⁵, no valor de R\$ 21.905.609,22 (vinte e um milhões, novecentos e cinco mil, seiscentos e nove reais e vinte e dois centavos).

O montante registrado representa a probabilidade de não recebimento desses créditos, em virtude de inadimplementos, cancelamentos, prescrições, ações judiciais etc, ajustando a valor realizável o montante líquido da conta do ativo correspondente, evidenciando com fidedignidade o patrimônio da União.

A metodologia utilizada foi a descrita no Manual do SIAFI – Macrofunção 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas, baseada no histórico de recebimentos passados, cujo cálculo resultou ao equivalente a 99,9902% de perdas estimadas.

Após o registro na conta de Ajustes para Perdas, houve lançamentos de baixa por pagamento de parcelas na conta de referência de créditos a receber, fazendo com que, no encerramento do exercício, o montante de ajuste para perdas chegasse a 100,61% da conta de créditos a receber de referência. Essa distorção foi retificada durante o mês de janeiro de 2023 em contrapartida com Ajustes de Exercícios Anteriores.

Exceto os créditos administrativos a receber provenientes de processos julgados pelo Tribunal de Contas da União – TCU registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, os créditos a receber desta Autarquia atualmente não estão deduzidos de Ajustes para Perdas Estimadas.

Houve a realização do cálculo de estimativa de 68,80% para contabilização de ajustes para perdas em relação aos registros de créditos a receber com créditos parcelados, no ativo circulante e não circulante, porém a contabilização será efetuada apenas após a aprovação da metodologia de cálculo pela Diretoria Colegiada do DNIT.

4 - Processo 50600.031886/2020-02

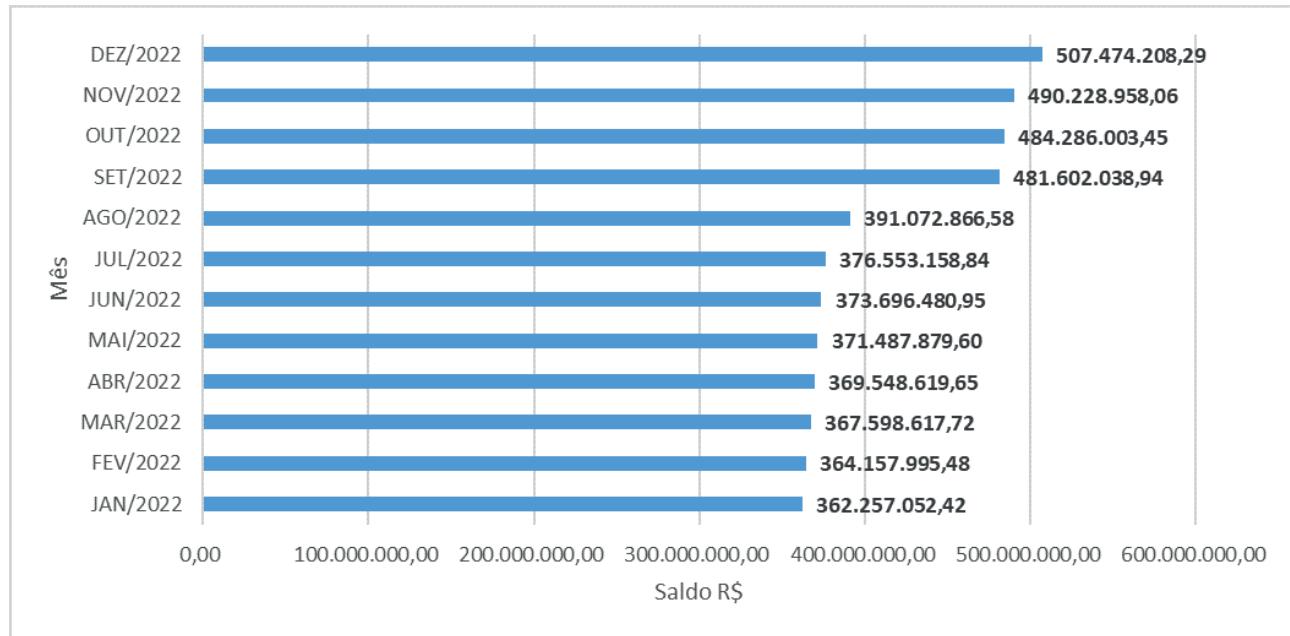
5 - SEI 10054982 – Processo 50600.019017/2019-68.

1.1.2. ATIVO NÃO CIRCULANTE:

NOTA 02: Dívida Ativa Não Tributária

O Gráfico 1 demonstra a evolução dos créditos do DNIT inscritos em Dívida Ativa Não Tributária nos últimos doze meses.

Gráfico 1: Dívida Ativa Não Tributária:



Fonte: Tesouro Gerencial

Registrhou-se uma variação positiva de R\$ 146.792.231,59 (cento e quarenta e seis milhões, setecentos e noventa e dois mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos), que representa um aumento de 40,70% entre o encerramento do exercício de 2021 e de 2022.

Essa variação ocorreu, principalmente, em razão da reclassificação de crédito a receber decorrente de:

- a) resarcimento ao erário julgado pelo TCU, conforme Acórdãos 2511/2015-TCU/Plenário e 125/2019-TCU/Plenário, referente ao Contrato 200/1996, para Dívida Ativa⁶, após sua devida inscrição, no montante de R\$ 89.419.541,81 (oitenta e nove milhões, quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos);
- b) resarcimento ao erário e multa administrativa decorrente de infração contratual, no âmbito do Contrato UT-739/2010, no valor de R\$ 14.243.519,26 (quatorze milhões, duzentos e quarenta e três mil, quinhentos e dezenove reais e vinte e seis centavos).

Ajustes para Perdas Estimadas:

A setorial contábil realizou os cálculos para a constituição do ajuste para perdas estimadas relacionada aos Créditos a Receber inscritos em Dívida Ativa, e aguarda a aprovação da metodologia pela Diretoria Colegiada para contabilização.

Dessa forma, os créditos de Dívida Ativa Não Tributária atualmente não estão deduzidos dos Ajustes para Perdas Estimadas.

6 - 00407.005867/2022-01

NOTA 03: Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

O aumento de 22,19% da rubrica que contém os valores registrados em créditos a receber do ativo não circulante representa um acréscimo de R\$ 57.514.137,71 (cinquenta e sete milhões, quinhentos e quatorze mil, cento e trinta e sete reais e setenta e um centavos), entre o encerramento do exercício de 2021 e o de 2022, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3: Demais Créditos a Receber - LP

Conta Contábil	Saldo - R\$		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
Créditos a receber decorrentes de dano ao patrimônio	11.314.329,08	12.494.700,26	3,57%	-9,45%	-1.180.371,18
Créditos a receber por débito de terceiros em prestação de serviços	72.450.614,27	4.525.493,49	22,88%	1500,94%	67.925.120,78
Multas/Juros a receber de servidores responsabilizados	50,79	46,86	0,00%	8,39%	3,93
Créditos a receber oriundos de uso ou aluguéis	7.407.043,51		2,34%		7.407.043,51
Falta ou Irregularidade de comprovação	97.830,75	97.830,75	0,03%	0,00%	0,00
Créditos a receber por pagamentos indevidos	277.976,25	262.034,25	0,09%	6,08%	15.942,00
Créditos a receber por débitos de terceiros em prestação de serviços (julgados pelo TCU)	679.363.578,71	594.464.310,03	214,51%	14,28%	84.899.268,68
Créditos a receber por falta ou irregularidade de comprovação (julgados pelo TCU)	145.027.827,94	160.405.749,41	45,79%	-9,59%	-15.377.921,47
Depósitos Judiciais efetuados	386.973,33	356.973,33	0,12%	8,40%	30.000,00
Créditos administrativos por autos de infração	5.203,83	5.203,83	0,00%	0,00%	0,00
Créditos parcelados	3.127.542,99	406.597,42	0,99%	669,20%	2.720.945,57
Créditos a receber decorrentes de infrações legais ou contratuais	212.326.034,52	201.100.020,12	67,04%	5,58%	11.226.014,40
Ajuste de perdas de créditos apurados em TCE	-816.293.960,35	-716.930.751,66	-257,75%	13,86%	-99.363.208,69
Créditos a receber por erro administrativo - Municípios	65.011,78	65.011,78	0,02%	0,00%	0,00
Créditos a receber por falta ou irregularidade de comprovação (julgados pelo TCU) - Municípios	0,00	788.699,82	0,00%	-100,00%	-788.699,82
Créditos Parcelados - Municípios	1.142.887,10	1.142.887,10	0,36%	0,00%	0,00
Total	316.698.944,50	259.184.806,79	100,00%	22,19%	57.514.137,71

Fonte: Tesouro Gerencial

Créditos a receber por débitos de terceiros em prestação de serviço

O aumento de 1.500,94%, que corresponde ao acréscimo monetário de R\$ 67.925.120,78 (sessenta e sete milhões, novecentos e vinte e cinco mil, cento e vinte reais e setenta e oito centavos), ocorreu, principalmente, devido à reclassificação oriunda de conta da mesma natureza no Ativo Circulante, após análise de liquidez de créditos a receber de resarcimento no âmbito de diversos contratos no valor de R\$ 56.797.866,33 (cinquenta e seis milhões, setecentos e noventa e sete mil, oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos).

Créditos a receber oriundos de uso ou aluguéis

Verificou-se, após o encerramento do exercício, o registro incorreto de um montante de R\$ 7.407.043,51 (sete milhões, quatrocentos e sete mil, quarenta e três reais e cinquenta e um centavos), no âmbito da Superintendência Regional do DNIT no Estado da Bahia – SRE/BA.

Foi constatado que esse montante se refere a valores de multa por utilização indevida de faixa de domínio, que deveriam ter sido registradas na conta de Créditos a Receber decorrentes de Infrações Contratuais e/ou Legais. Por isso, em 26/01/2023, a SRE/BA realizou a regularização do registro.

Créditos a receber por débitos de terceiros em prestação de serviço – Julgados pelo TCU

O aumento de 14,28%, de R\$ 84.899.268,68 (oitenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos) da conta que agrupa os créditos a receber por débitos de terceiros em prestação de serviços julgados em Tomadas de Contas Especiais,

deve-se, principalmente, à incorporação do valor de:

- a) R\$ 26.750.037,66 (vinte e seis milhões, setecentos e cinquenta mil, trinta e sete reais e sessenta e sete centavos), decorrente do Acórdão 1490/2022-TCU/Plenário que julgou irregulares as contas relacionadas ao Contrato UT-06-0017/02-00;
- b) R\$ 21.089.967,49 (vinte e um milhões, oitenta e nove mil, novecentos e sessenta e sete reais e quarenta e nove centavos), devido à reiteração dos efeitos do Acórdão 439/2018-TCU-Plenário, em razão de prejuízo ao erário decorrente da execução do Contrato PG-059/98-00;
- c) R\$ 8.688.829,71 (oito milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, oitocentos e vinte e nove reais e setenta e um centavos), devido ao registro de atualização financeira referente ao montante apurado em TCE instaurada em cumprimento ao Acórdão 1880/2010-TCU-Plenário, com o objetivo de recompor dano verificado no Contrato 47/1997;
- d) R\$ 8.289.220,45 (oito milhões, duzentos e oitenta e nove mil, duzentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos), referente a atualização financeira de valor apurado em TCE instaurada por força do Acórdão 1.193/2011-TCU-Plenário, envolvendo os Contratos 209/1997, 210/1997, 211/1997, 212/1997 e 225/2000.

Créditos a receber por falta ou irregularidade de comprovação – Julgados pelo TCU

A redução de 9,59%, no valor de R\$ 15.377.921,47 (quinze milhões, trezentos e setenta e sete mil, novecentos e vinte e um reais e quarenta e sete centavos) da conta que agrupa os créditos a receber em decorrência de ressarcimento ao erário por falta ou irregularidade na comprovação de contas em transferências, é devido à reclassificação, para ativos contingentes, de registros oriundos do Acórdão 18931/2021-TCU, tendo em vista o Despacho⁷ proferido pelo Ministro Bruno Dantas, conferindo efeito suspensivo à exigibilidade das cobranças; e do Acórdão 1332/2022-TCU/Plenário, pelo mesmo motivo, conforme Despacho⁸ proferido pelo Ministro Walton Alencar, nos valores de R\$ 11.072.168,41 (onze milhões, setenta e dois mil, cento e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos) e de R\$ 7.054.061,84 (sete milhões, cinquenta e quatro mil, sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos) respectivamente.

Ajuste de perdas de Créditos Apurados em TCE

No exercício de 2021, houve o registro de Ajuste para Perdas Estimadas de créditos administrativos a receber provenientes de processos julgados pelo Tribunal de Contas da União, em Tomadas de Contas Especiais, após aprovação da metodologia de cálculo pela Diretoria Colegiada do DNIT⁹.

O montante registrado representa a probabilidade de não recebimento desses créditos, em virtude de inadimplementos, cancelamentos, prescrições, ações judiciais etc, ajustando a valor realizável o montante líquido da conta do ativo correspondente, evidenciando com fidedignidade o patrimônio da União.

A metodologia utilizada foi a descrita no Manual do SIAFI – Macrofunção 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas, baseada no histórico de recebimentos passados, cujo cálculo resultou ao equivalente a 99,989% de perdas estimadas.

Em 2022, foi realizado novo cálculo¹⁰ de percentual de perdas, de acordo com a metodologia previamente aprovada, resultando em 99,9902% de perdas estimadas.

Houve a atualização do registro da conta de ajustes apenas nas contas de créditos a receber

7 - SEI 10242108

8 - SEI 12280306

9 - SEI 10054982 – Processo 50600.019017/2019-68.

10 - SEI 13427926 – 50600.019017/2019-68.

julgados pelo TCU no Ativo Não Circulante, resultando nos montantes demonstrados no Quadro 4.

Quadro 4 – Ajuste de perdas de Créditos Apurados em TCE

Conta Contábil ajustada		Saldo - R\$ DEZ/2022
121210501	Créditos a receber por pagamentos indevidos - Decisão do TCU	-277.948,94
121210504	Créditos a receber por débitos de terceiros em prestação de serviços - Decisão do TCU	-679.296.837,56
121210508	Créditos a receber por falta/irregularidade de comprovação - Decisão do TCU	-136.719.173,85
Total		-816.293.960,35

Fonte: Tesouro Gerencial

Após o registro na conta de Ajustes para Perdas, houve lançamentos de atualização financeira na conta de referência de créditos a receber por falta/irregularidade de comprovação – Decisão do TCU, fazendo com que, no encerramento do exercício, o montante de ajuste para perdas ficasse em 94,2710% da conta de créditos a receber de referência. Essa distorção foi retificada durante o mês de janeiro de 2023 em contrapartida com Ajustes de Exercícios Anteriores¹¹.

NOTA 04: Bens Móveis

O montante bruto, sem considerar a depreciação acumulada, dos bens móveis, entre o encerramento de 2021 e o de 2022, aumentou R\$ 29.781.002,93 (vinte e nove milhões, setecentos e oitenta e um mil, dois reais e noventa e três centavos), representando um acréscimo de 9,33%. O Quadro 6 demonstra, além dos valores de depreciação por conta contábil, a movimentação nos valores de bens móveis com aquisição, reavaliação, transferências, doações, baixas, regularizações e reclassificações entre contas contábeis.

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no seu valor de aquisição, produção ou construção, ou seja, pelo seu custo, inclusive os gastos adicionais ou complementares, conforme princípios e normas contábeis.

Desde meados de 2019, houve o início dos trabalhos para que a migração do sistema interno do DNIT e o SIADS acontecesse no início de 2020, entretanto, até o encerramento de 2022, o sistema ainda apresenta instabilidade e inconsistências que podem estar afetando a fidedignidade e confiabilidade das demonstrações contábeis. O Quadro 5 demonstra as Unidades Gestoras que registraram, referente a dezembro de 2022, restrições contábeis relacionadas a distorções ou possíveis distorções nos saldos de Bens Móveis.

Quadro 5 – Restrições Contábeis – Bens Móveis

Unidade Gestora/ Restrição Contábil		640 - Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB	302 - Falta ou atraso de remessa do RMA OU RMB
393071	SR/AP	x	
393003	DNIT Sede	x	
393009	SR/AM	x	
393010	SR/MS	x	
393012	SR/RS	x	
393014	SR/RO	x	
393016	SR/PA		x
393018	SR/ES	x	
393019	SR/RJ	x	
393020	SR/MT	x	
393021	SR/RN	x	
393022	SR/PI		x
393023	SR/TO		x
393024	SR/CE		x
393026	SR/AL	x	
393028	SR/PR	x	
393029	SR/PE		x

Fonte: Siafi Operacional >conconcon



A restrição contábil 640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB é registrada quando houve a emissão do Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB no SIADS, entretanto o saldo presente neste sistema não condiz com o saldo apresentado no balancete da referida Unidade Gestora no Siafi.

A restrição contábil 302 – Falta ou atraso na remessa de RMA ou RMB foi registrada em 5 (cinco) Superintendências Regionais que não conseguiram gerar o RMB pelo SIADS, impossibilitando a conciliação com o saldo contábil apresentado no Siafi.

Em relação ao exercício de 2022, a Coordenação de Administração Patrimonial¹² informou que o inventário físico dos bens móveis do DNIT Sede estava em estágio de 40% de conclusão em dezembro do referido ano. Não houve manifestação quanto aos inventários físicos das Superintendências Regionais do DNIT.

Quadro 6 – Bens Móveis – Saldo e Movimentação

	Conta Contábil	Saldo - R\$		Movimentação Analítica R\$					Movimentação Sintética R\$ (Variação entre saldos)	Depreciação registrada em 2022	Depreciação acumulada até 31/12/2021	Saldo R\$ Valor Líquido	
		dez/22	DEZ/2021	Aquisições	Reavaliação	Transferência	Doação/Baixas /Alienações	Reclassificação e Regularizações					
123110101	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	7.811.383,31	7.730.308,91	159.915,88		599,00	-15.056,48	-64.384,00	81.074,40	-802.889,90	-1.661.624,21	5.346.869,20	
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10.225.691,64	10.268.182,03	3.850,00		0,00	-56.295,85	9.955,46	-42.490,39	-3.646.211,53	-1.126.080,01	5.453.400,10	
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	67.686,16	67.836,19	0,00		0,00	-150,03	0,00	-150,03	-2.528,66	-9.079,29	56.078,21	
123110104	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	2.899,50	2.899,50	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-260,88	2.638,62	
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	3.530.309,14	3.467.863,88	14.378,50		122,31	-7.985,55	55.930,00	62.445,26	-2.347.990,18	-205.659,01	976.659,95	
123110106	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	21.017,21	21.017,21	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	-1.150,80	-6.756,84	13.109,57	
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	5.953.517,06	5.055.861,17	579.012,14		437.124,51	-141.533,75	23.052,99	897.655,89	-875.962,47	-2.019.121,78	3.058.432,81	
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	351.056,74	353.335,40	2.720,38		0,00	-4.999,04	0,00	-2.278,66	-25.793,42	-47.207,90	278.055,42	
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	145.481,80	127.636,63	19.654,14		816,62	-2.625,59	0,00	17.845,17	-15.847,60	-14.576,53	115.057,67	
123110112	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	122.008,91	120.237,47	10.650,00		0,00	-8.878,56	0,00	1.771,44	1.101,77	-42.630,13	80.480,55	
123110113	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	108.877,06	108.877,06	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	-24.572,97	-12.883,06	71.421,03	
123110118	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	49.502,92	49.502,92	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	-9.827,28	-11.274,90	28.400,74	
123110120	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	276.936,19	276.936,19	0,00		10.092,84	-10.092,84	0,00	0,00	-14.746,79	-66.535,74	195.653,66	
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	148.784,28	130.395,23	20.164,05		0,00	-1.775,00	0,00	18.389,05	-29.276,29	-47.686,01	71.821,98	
123110124	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	27.417,27	27.417,27	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.417,27	
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	1.385.168,86	1.310.089,08	63.659,44		52.548,32	79.960,70	-142.147,32	21.058,64	75.079,78	-154.207,83	-248.927,60	982.033,43
123110201	EQUIP DE TECNOLOGIA INFOR E COMUNICACAO/TIC	130.540.839,60	103.943.828,98	25.090.625,61		0,00	-622.476,17	2.128.861,18	26.597.010,62	-32.664.974,41	-61.063.150,94	36.812.714,25	
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	8.199.611,95	7.837.934,82	491.409,75		13.236,50	-119.229,77	-23.739,35	361.677,13	-1.128.566,09	-2.714.683,00	4.356.362,86	
123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	305.034,08	299.161,19	9.418,60		0,00	-3.745,71	200,00	5.872,89	-45.294,21	-46.984,80	212.755,07	
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	64.871.765,54	64.339.460,31	543.002,91		135.522,48	-191.836,49	45.616,33	532.305,23	-17.844.789,28	-20.083.552,83	26.943.423,43	
123110402	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	183.451,65	187.970,55	1.013,08		0,00	-5.531,98	0,00	-4.518,90	-38.324,37	-64.177,18	80.950,10	
123110404	INSTRUMENTOS MUSICAS E ARTISTICOS	0,01	0,01	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	1.966.912,74	1.736.838,77	157.258,37		0,00	-29.346,80	102.162,40	230.073,97	-448.142,67	-523.113,74	995.656,33	
123110406	OBRAIS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	214.582,20	214.582,20	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214.582,20	
123110501	VEICULOS EM GERAL	3.045.111,46	725.011,46	2.513.000,00		0,00	0,00	-192.900,00	2.320.100,00	-15.968,48	-12.974,78	3.016.168,20	
123110502	VEICULOS FERROVIARIOS	22.713.974,61	22.417.886,69	0,00		1.635.016,24	-1.338.928,32	0,00	296.087,92	-2.144.399,80	-18.640,05	20.550.934,76	
123110503	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	64.041.042,16	63.756.657,20	5.499.287,08		-186.701,33	-4.844.913,37	-183.287,42	284.384,96	-9.990.631,29	-14.453.772,57	39.596.638,30	
123110505	AERONAVES	511.439,80	99.235,80	286.600,00		0,00	0,00	125.604,00	412.204,00	-7.014,08	-2.185,18	502.240,54	
123110506	EMBARCACOES	197.084,35	197.084,35	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	-54.160,16	-2.062,50	140.861,69	
123110600	PECAS E CONJUNTOS DE REPOSICAO	70.125,46		70.125,46		0,00	0,00	0,00	0,00	70.125,46	0,00	70.125,46	
123110801	'= ESTOQUE INTERNO	134.223,08	2.637.040,90	138.953,58		-15.094,50	0,00	-2.626.676,90	-2.502.817,82	0,00	0,00	134.223,08	
123110900	ARMAMENTOS	0,17	0,17	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,17	
123119905	BENS MOVEIS EM TRANSITO	13.995,24	18.429,76	0,00		-4.434,52	0,00	0,00	-4.434,52	0,00	0,00	13.995,24	
123119907	'= BENS NAO LOCALIZADOS	393,62	393,62	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	393,62	
123119909	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	21.399.663,98	21.396.575,75	11.297,54		-2.148,85	-1.948,96	-4.111,50	3.088,23	-3.406.669,46	-2.056.636,76	15.936.357,76	
123119910	MATERIAL DE USO DURADOURO	478.309,09	407.807,24	0,00		0,00	0,00	70.501,85	70.501,85	0,00	0,00	478.309,09	
123119999	OUTROS BENS MOVEIS	0,18	0,18	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	
Total		349.115.299,02	319.334.296,09	35.685.996,51	52.548,32	2.104.112,00	-7.549.497,58	-512.156,32	29.781.002,93	-75.738.838,25	-106.562.238,22	166.814.222,55	

Fonte: Tesouro Gerencial (adaptado)

NOTA 05: Depreciação Acumulada e Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis

A depreciação dos bens móveis é calculada pelo método das quotas constantes e leva em consideração o valor residual, a vida útil econômica e as taxas de depreciação estabelecidas na Macrofunção 02.03.30 do Manual do SIAFI.

O montante de Depreciação Acumulada de Bens Móveis aumentou 71,07% durante o exercício de 2022, apresentando um acréscimo em seu saldo de R\$ 75.738.838,25 (setenta e cinco milhões, setecentos e trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos), devido ao registro retroativo de depreciação acumulada referente a exercícios anteriores, que não foram registrados em suas respectivas competências por problemas operacionais no SIADS.

O Quadro 7 demonstra, por tipo de bem móvel, que 64,39% do referido aumento refere-se a registros de depreciação relacionados a exercícios anteriores, devido aos registros do período em que a autarquia ficou sem sistema estável de administração de bens móveis, ou seja, dos exercícios de 2020 e 2021.

Quadro 7 – Variação depreciação acumulada de bens móveis

Contas de referência do registro de depreciação acumulada	SALDO R\$		VARIAÇÃO R\$	AH%	REGISTRO RETROATIVO - EXERCÍCIOS ANTERIORES	% do Registro Retroativo sobre variação total	
	dez/22	dez/21					
123110101	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	-2.464.514,11	-1.661.624,21	-802.889,90	48,32%	-429.235,02	53,46%
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	-4.772.291,54	-1.126.080,01	-3.646.211,53	323,80%	-2.956.290,26	81,08%
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	-11.607,95	-9.079,29	-2.528,66	27,85%	-1.897,62	75,04%
123110104	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	-260,88	-260,88	0,00	0,00%		
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	-2.553.649,19	-205.659,01	-2.347.990,18	1141,69%	-2.286.125,99	97,37%
123110106	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	-7.907,64	-6.756,84	-1.150,80	17,03%	-331,20	28,78%
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	-2.895.084,25	-2.019.121,78	-875.962,47	43,38%	-341.087,37	38,94%
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	-73.001,32	-47.207,90	-25.793,42	54,64%	-18.265,87	70,82%
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	-30.424,13	-14.576,53	-15.847,60	108,72%	-12.701,97	80,15%
123110112	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	-41.528,36	-42.630,13	1.101,77	-2,58%	-13.879,20	-1259,72%
123110113	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	-37.456,03	-12.883,06	-24.572,97	190,74%	-22.599,33	91,97%
123110118	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	-21.102,18	-11.274,90	-9.827,28	87,16%	-6.858,05	69,79%
123110120	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	-81.282,53	-66.535,74	-14.746,79	22,16%	-14.016,57	95,05%
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	-76.962,30	-47.686,01	-29.276,29	61,39%	-20.841,71	71,19%
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	-403.135,43	-248.927,60	-154.207,83	61,95%	-62.117,12	40,28%
123110201	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	-93.728.125,35	-61.063.150,94	-32.664.974,41	53,49%	-19.335.292,85	59,19%
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	-3.843.249,09	-2.714.683,00	-1.128.566,09	41,57%	-425.310,81	37,69%
123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	-92.279,01	-46.984,80	-45.294,21	96,40%	-21.232,09	46,88%
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	-37.928.342,11	-20.083.552,83	-17.844.789,28	88,85%	-11.786.688,73	66,05%
123110402	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	-102.501,55	-64.177,18	-38.324,37	59,72%	-19.325,69	50,43%
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	-971.256,41	-523.113,74	-448.142,67	85,67%	-277.160,86	61,85%
123110501	VEICULOS EM GERAL	-28.943,26	-12.974,78	-15.968,48	123,07%	-14.742,20	92,32%
123110502	VEICULOS FERROVIARIOS	-2.163.039,85	-18.640,05	-2.144.399,80	11504,26%	-1.960.989,59	91,45%
123110503	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	-24.444.403,86	-14.453.772,57	-9.990.631,29	69,12%	-4.292.466,57	42,96%
123110505	AERONAVES	-9.199,26	-2.185,18	-7.014,08	320,98%	-1.023,10	14,59%
123110506	EMBARCACOES	-56.222,66	-2.062,50	-54.160,16	2625,95%	-47.627,12	87,94%
123119909	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	-5.463.306,22	-2.056.636,76	-3.406.669,46	165,64%	-4.399.381,55	129,14%
		-182.301.076,47	-106.562.238,22	-75.738.838,25	71,07%	-48.767.488,44	64,39%

Fonte: Tesouro Gerencial

O Quadro 8 demonstra as Unidades Gestoras que registraram, referente a dezembro de 2022, restrições contábeis relacionadas a distorções ou possíveis distorções em relação à falta de reavaliação de bens que deveriam ser reavaliados (Restrição Contábil 634) e a falta ou registro incompleto de depreciação de bens móveis (Restrição 642) devido, principalmente, às inconsistências apresentadas no sistema patrimonial SIADS.

Quadro 8 – Restrições Contábeis – Reavaliação e Depreciação – Bens Móveis

Unidade Gestora/ Restrição Contábil		634 - Falta avaliação bens móveis/imóveis/ intangíveis/outro	642 - Falta/Registro incompleto de depreciação
390070	SR/RR		x
393071	SR/AP	x	
393003	DNIT Sede	x	x
393009	SR/AM	x	x
393010	SR/MS		x
393011	SR/GO/DF	x	x
393012	SR/RS	x	
393013	SR/SC		x
393014	SR/RO		x
393015	SR/SE	x	
393017	SR/PB	x	x
393018	SR/ES		x
393019	SR/RJ		x
393020	SR/MT		x
393022	SR/PI	x	
393023	SR/TO	x	x
393024	SR/CE	x	x
393025	SR/SP		x
393026	SR/AL	x	
393028	SR/PR		x
393029	SR/PE	x	x
393030	SR/MA	x	
393031	SR/MG	x	

Fonte: Siafi Operacional >conconcon

Sabe-se que a administração pública, até o exercício de 2009, não praticava as técnicas contábeis de depreciação e amortização, e o valor contábil dos bens adquiridos até esse exercício pode não espelhar atualmente o seu valor justo, como é o caso do DNIT. Dessa forma, há a necessidade de realizar a reavaliação dos bens adquiridos em períodos anteriores a 2010 antes da aplicação da depreciação dos bens móveis, em obediência às normas contábeis emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN¹³.

No DNIT foi estabelecido¹⁴ o prazo de um ano, a contar de 25 de janeiro de 2018, para que os Grupos de Trabalho constituídos em atendimento à Portaria DG nº 954, de 22/07/2015, realizassem o levantamento de toda a situação patrimonial e o ajuste ao valor recuperável dos bens adquiridos antes de 2010, o que ainda não refletiu no balancete de todas as unidades gestoras desta Autarquia, devido, principalmente, a não implementação total do SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços¹⁵.

Apenas as Superintendências Regionais do DNIT nos estados de São Paulo (UG 393025), Rio Grande do Norte (UG 393021), Mato Grosso (UG 393020), Mato Grosso do Sul (UG 393010), Santa Catarina (UG 393013), Goiás (UG 393011), Paraná (UG 393028), Rondônia (UG 393014) e Piauí (UG 393022) efetuaram os registros de reavaliação e perda a valor recuperável de seus bens móveis adquiridos antes do exercício de 2010.

A Superintendência Regional do DNIT no Estado da Paraíba (UG 393017) finalizou a reavaliação em 2020, mas devido a não implementação completa do SIADS nessa Superintendência, o registro contábil ainda não foi realizado.

A Superintendência Regional do DNIT no Estado do Piauí efetuou registro¹⁶ de reavaliação, durante o exercício de 2022, em contrapartida à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, sem impactar o resultado patrimonial do exercício analisado.

As demais Superintendências efetuaram os registros em exercícios anteriores, dessa forma, não houve reflexo no resultado patrimonial, até o encerramento do exercício de 2022, de variações patrimoniais aumentativas ou diminutivas relacionadas a reavaliação de bens móveis.

13 - Macrofunção 020330 – Manual do SIAFI.

14 - a Instrução de Serviço nº 02, de 24 de janeiro de 2018, art. 3º.

15 - 3588795

16 - 393022392522022NS001500

Destaca-se que a maioria dos bens móveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), recepcionados por esta Autarquia, não foram registrados no sistema patrimonial utilizado pelo DNIT em 2019, apesar de estarem registrados no Balanço Patrimonial. Há a possibilidade desses bens estarem supervalorizando o ativo, tendo em vista que a situação de tais bens pode ser de sucateamento ou inservibilidade¹⁷.

NOTA 06: Bens Imóveis

A rubrica Bens Imóveis, que unifica os saldos de diversas contas contábeis e representa 99,63% do Ativo Total do DNIT, apresentou uma evolução de 20,62%, que monetariamente representa um aumento de R\$ 89.914.302.564,94 (oitenta e nove bilhões, novecentos e quatorze milhões, trezentos e dois mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), devido, principalmente, às variações na conta de Ativos de Concessão de Serviços, conforme demonstrado no Quadro 9.

Quadro 9 – Bens Imóveis (por conta contábil)

Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise			
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$	
Bens de Uso Especial (registrados pelo Spiunet)	IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	11.478.555,09	11.625.777,17	0,00%	-1,27%	-147.222,08
	EDIFICIOS	151.404.812,78	151.404.812,78	0,03%	0,00%	0,00
	TERRENOS/GLEBAS	528.340.078,55	550.395.481,32	0,10%	-4,01%	-22.055.402,77
	ARMAZENS/GALPÕES	8.862.708,06	8.862.708,06	0,00%	0,00%	0,00
	AEROPORTOS/ESTACOES/AERODROMOS	108.248,53	108.248,53	0,00%	0,00%	0,00
	REPRESAS/ACUDES	549.003,73	1.282.483,53	0,00%	-57,19%	-733.479,80
	FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	2.355.986,36	2.355.986,36	0,00%	0,00%	0,00
	PRESIDIOS/DELEGACIAS	313.836,81		0,00%		313.836,81
	PORTOS/ESTALEIROS	1.363.344,09	1.363.344,09	0,00%	0,00%	0,00
	COMPLEXOS/FABRICAS/USINAS	13.760.111,40	13.760.111,40	0,00%	0,00%	0,00
	AUTARQUIAS/FUNDACOES	380.903.596,63	380.903.596,63	0,07%	0,00%	0,00
	POSTOS DE FISCALIZACAO	15.501.520,35	15.501.520,35	0,00%	0,00%	0,00
	BENS DE INFRAESTRUTURA	1.521.212,40	1.521.212,40	0,00%	0,00%	0,00
	OUTROS BENS IMOVEIS REGISTRADOS NO SPIUNET	2.062.695,96	2.031.960,53	0,00%	1,51%	30.735,43
Bens de Uso Especial (não registrados pelo Spiunet)	IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	0,00	180.211,04	0,00%	-100,00%	-180.211,04
	EDIFICIOS	117.870,02	117.870,02	0,00%	0,00%	0,00
	TERRENOS/GLEBAS	707.157.245,13	603.930.912,44	0,13%	17,09%	103.226.332,69
Bens dominicais não registrados no Siapa	EDIFICIOS	0,00	132.891,67	0,00%	-100,00%	-132.891,67
Bens de Uso Comum do Povo	RODOVIAS E ESTRADAS	324.444.181.045,13	342.543.072.435,29	61,69%	-5,28%	-18.098.891.390,16
	PONTES	51.734.178,72	51.734.178,72	0,01%	0,00%	0,00
	FERROVIAS	3.107.735,91	81.981.250.854,66	0,00%	-100,00%	-81.978.143.118,75
	PORTOS E ESTALEIROS	973.886.535,91	866.327.017,55	0,19%	12,42%	107.559.518,36
Bens Imóveis em Andamento	ECLUSAS	5.861.638.804,70	6.277.423.930,12	1,11%	-6,62%	-415.785.125,42
	OBRAS EM ANDAMENTO	1.629.393.168,83	1.661.649.495,77	0,31%	-1,94%	-32.256.326,94
	ESTUDOS E PROJETOS	997.411.389,72	898.704.626,27	0,19%	10,98%	98.706.763,45
	INSTALACOES	6.490.326,79	6.490.326,79	0,00%	0,00%	0,00
	ATIVOS DE CONCESSAO DE SERVICOS	190.152.790.546,83		36,15%		190.152.790.546,83
	BENS IMOVEIS A CLASSIFICAR/ A REGISTRAR	6.820,91	6.820,91	0,00%	0,00%	0,00
Total	525.946.441.379,34	436.032.138.814,40	100,00%	20,62%	89.914.302.564,94	

Fonte: Tesouro Gerencial

Cabe lembrar que a esfera de atuação do DNIT corresponde à infraestrutura do Sistema Nacional de Viação, sob a jurisdição do Ministério da Infraestrutura, constituída de rodovias federais, ferrovias federais, dentre outros, nos termos do artigo 81, inciso II, da Lei Federal nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Terrenos e Glebas:

Atualmente, o DNIT não possui um procedimento padronizado ou sistema de registro de terrenos de faixas de domínio. Existem registros realizados diretamente no SIAFI (conta contábil 12321.0203) em conta contábil de Terrenos e Glebas, não registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, atendendo ao disposto no § 2º¹⁸ do artigo 3º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 707.157.245,13 (setecentos e sete milhões, cento e cinquenta e sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais e treze centavos), após o aumento de

R\$ 103.226.332,69 (cento e três milhões, duzentos e vinte e seis mil, trezentos e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos), no exercício analisado, devido às desapropriações de terrenos efetuadas.

Existem, ainda, terrenos provenientes de desapropriação registrados no SPIUnet também como Terrenos e Glebas, na conta contábil 12321.0103, no montante de R\$ 528.340.078,55 (quinhentos e vinte e oito milhões, trezentos e quarenta mil, setenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), após redução de R\$ 25.031.100,96 (vinte e cinco milhões, trinta e um mil, cem reais e noventa e seis centavos) e como Fazendas, Parques e Reservas, na conta contábil 12321.0109, no montante de R\$ 2.355.986,36 (dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oitenta e seis reais e trinta e seis centavos).

O Quadro 10 demonstra o aumento, por Superintendência Regional, no período analisado, com terrenos e glebas.

Quadro 10 – Variação de saldo com Terrenos e Glebas em 2022

Conta Contábil	UG Executora	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Variação (R\$) em 2022
		DEZ/2022	DEZ/2021	
TERRENOS/GLEBAS REGISTRADOS PELO SPIUNET	393012 SR/RS - DNIT	1.344.290,38	26.375.391,34	-25.031.100,96
	393013 SR/SC - DNIT	382.730,88	382.730,88	0,00
	393015 SR/SE - DNIT	3.097.692,88	2.828.564,59	269.128,29
	393017 SR/PB - DNIT	535.000,00	535.000,00	0,00
	393028 SR/PR - DNIT	497.047.953,43	497.047.953,43	0,00
	393029 SR/PE - DNIT	4.714,61	4.714,61	0,00
	393030 SR/MA - DNIT	2.119.466,90	2.119.466,90	0,00
	393031 SR/MG - DNIT	23.808.229,47	21.101.659,57	2.706.569,90
	Total	528.340.078,55	550.395.481,32	-22.055.402,77
TERRENOS/GLEBAS REGISTRADOS DIRETAMENTE NO SIAFI	393003 DNIT Sede	3.356.490,75	3.356.490,75	0,00
	393010 SR/MS - DNIT	2.605.860,15	2.605.860,15	0,00
	393011 SR/DF - DNIT	9.475.345,77	9.085.825,77	389.520,00
	393012 SR/RS - DNIT	151.057.792,62	149.224.607,71	1.833.184,91
	393013 SR/SC - DNIT	174.839.512,88	134.837.912,77	40.001.600,11
	393014 SR/RO-DNIT	253.461,42	253.461,42	0,00
	393015 SR/SE - DNIT	9.741.915,75	9.741.915,75	0,00
	393016 SR/PA - DNIT	1.186.000,00	17.790,00	1.168.210,00
	393017 SR/PB - DNIT	11.291.533,57	8.357.046,70	2.934.486,87
	393018 SR/ES - DNIT	93.134.516,44	49.845.710,23	43.288.806,21
	393019 SR/RJ - DNIT	1.297.531,25	1.297.531,25	0,00
	393020 SR/MT - DNIT	36.639.295,74	36.639.295,74	0,00
	393021 SR/RN - DNIT	17.796.091,33	17.629.021,33	167.070,00
	393022 SR/PI - DNIT	3.585.571,03	43.092,47	3.542.478,56
	393023 SR/TO - DNIT	1.436.109,35		1.436.109,35
	393024 SR/CE - DNIT	40.288.743,01	39.680.365,01	608.378,00
	393026 SR/AL - DNIT	9.660.004,16	9.604.434,16	55.570,00
	393027 SR/BA - DNIT	26.877.699,22	24.909.789,18	1.967.910,04
	393028 SR/PR - DNIT	81.022.528,15	75.524.810,66	5.497.717,49
	393029 SR/PE - DNIT	2.631.839,22	2.631.839,22	0,00
	393030 SR/MA - DNIT	4.055.782,82	2.553.972,82	1.501.810,00
	393031 SR/MG - DNIT	24.923.620,50	26.090.139,35	-1.166.518,85
Total		707.157.245,13	603.930.912,44	103.226.332,69
Total		1.235.497.323,68	1.154.326.393,76	81.170.929,92

Fonte: Tesouro Gerencial

18 – “§ 2º Os bens imóveis correspondentes a rodovias e ferrovias federais, bem como os demais bens atípicos que não possam ser discriminados fisicamente ou cadastrados nos sistemas corporativos da SPU conforme as regras atuais, poderão ser contabilizados diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.”

A redução de saldo com terrenos e glebas registrados pelo SPIUNET deve-se, principalmente, pela desincorporação da sede do centro de lazer e ginásio dos ferroviários na Superintendência Regional do DNIT no Estado do Rio Grande do Sul.

Além dos imóveis registrados diretamente no SIAFI e os registrados no SPIUnet, o DNIT possui a tarefa de realizar o levantamento e a regularização de todos os terrenos de faixa de domínio das malhas rodoviária e ferroviária federais.

A Coordenação de Contabilidade solicitou, por meio da Nota Técnica nº: 5082/2018/CONTAB/CGOF/DAF/DNIT¹⁹, que a Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP realizasse a mensuração dos valores dos terrenos de rodovias e ferrovias, apresentando esses valores separadamente para fins de contabilização, haja vista que esses bens, ao contrário do corpo estradal, não sofrem depreciação e devem ser contabilizados separadamente.

Há o Programa Federal de Faixas de Domínio – PROFAIXA, que tem a função de desenvolver um sistema de identificação e caracterização das faixas de domínio das rodovias federais integrantes do Sistema Nacional de Viação sob administração do DNIT.

O Decreto nº 8.376, de 15 de dezembro de 2014, em seu art. 3º, determina que o prazo máximo, para o DNIT identificar e regularizar as faixas de domínio das rodovias federais integrantes do Sistema Nacional da Viação, é de vinte anos, considerando a magnitude e complexidade desse levantamento.

Em junho de 2020, o DNIT publicou a Instrução Normativa/DNIT nº 20/2020, que trata do procedimento de reconhecimento da faixa de domínio.

O Ministério da Infraestrutura publicou a Portaria nº 270, de 3 de março de 2021, que estabelece diretrizes para a regularização, a fiscalização, a exploração e a gestão de informações relativas às faixas de domínio das vias federais integrantes do Sistema Nacional de Viação – SNV; e determina que o DNIT deve executar a regularização das faixas de domínio federais, com exceção daquelas incluídas nos contratos de concessão, que é de responsabilidade da Agência Nacional de Transportes, após pactuação dos critérios a serem adotados junto ao DNIT. Anualmente, deve haver publicação de cronograma especificando as metas de regularização.

A Setorial Contábil do DNIT constatou a existência de duplicidade de registros contábeis no SIAFI relacionados a terrenos desapropriados para a construção ou aumento de capacidade de rodovias federais. Esse problema, que pode estar superavaliando o valor contábil dos terrenos desta autarquia, tem origem no modelo de liquidação dos processos de desapropriação no SIAFI WEB, em que é necessária a incorporação de um Ativo Patrimonial (terrenos) diretamente no SIAFI, nas contas iniciadas com 1.2.3.2.1.02. XX. Posteriormente, ocorre o cadastramento dos imóveis, no SPIUNET, gerando um reflexo contábil no SIAFI, nas contas iniciadas com 1.2.3.2.1.01.XX, ocasionando a duplicidade de registros no SIAFI.

Informa-se que esse modelo de contabilização passou a ser realizado a partir do exercício de 2015, pois, anteriormente, o registro na liquidação da despesa não exigia a incorporação de um ativo, o que não refletia na conta 1.2.3.2.1.02.XX. Então, somente quando ocorria o registro no SPIUNET o terreno desapropriado era contabilizado SIAFI.

Anualmente, a Coordenação de Contabilidade orienta as Superintendências Regionais para realizar conciliação das contas citadas acima, e se for o caso, efetuar a baixa de registros duplicados. Durante o exercício de 2022, houve baixa por duplicidade na Superintendência Regional do DNIT no Estado de Minas Gerais, no valor de R\$ 2.606.111,96 (dois milhões, seiscentos e seis mil, cento e onze reais e noventa e seis centavos).

Rodovias e Estradas

O montante registrado como Rodovias e Estradas corresponde a 61,69% da rubrica Bens Imóveis, e obteve um decréscimo de 5,28%, que em termos monetários significa uma redução de R\$ 18.098.891.390,16 (dezoito bilhões, noventa e oito milhões, oitocentos e noventa e um mil, trezentos e noventa reais e dezesseis centavos). Apesar do valor dessa conta ter diminuído, o patrimônio total das rodovias aumentou 26,30%, entre os dois períodos. A redução na conta analisada se deve pela reclassificação das rodovias concedidas para a conta Ativos de Concessão de Serviços.

Ao final do exercício de 2022, o montante registrado como rodovias e estradas foi de R\$ 324.444.181.045,13 (trezentos e vinte e quatro bilhões, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, cento e oitenta e um mil, quarenta e cinco reais e treze centavos).

A conta contábil “Rodovias e Estradas” registra o valor patrimonial das Rodovias Federais, o qual é definido com base em metodologia da Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP/DNIT, já utilizada em anos anteriores, que emprega como referência o Custo Médio Gerencial – CMG²⁰ - que contabilmente pode ser entendido como o Valor Just²¹ estimado com base no Custo de Reposição²² - e o Índice de Condição de Superfície – ICS²³, como o índice de depreciação desse Ativo.

É considerado patrimônio rodoviário toda a malha rodoviária federal, que engloba as rodovias federais pavimentadas, não pavimentadas, concedidas e conveniada²⁴.

Desde o exercício de 2019, no valor patrimonial das rodovias está incluso os custos decorrentes dos projetos de implantação das estradas, estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA), estudos ambientais, gastos com compensação ambiental e de supervisão de obras ao CMG²⁵. Em relação ao valor patrimonial de 2022, a Diretoria de Planejamento e Pesquisa informou que manteve esses custos²⁶.

O Quadro 11 relaciona as 40 (quarenta) rodovias que obtiveram o maior valor monetário de valorização em 2022.

20 - CMG – Custo Médio Gerencial – “Este representa um custo estimado a nível de planejamento para os empreendimentos de infraestrutura de transportes, englobando diversos custos relacionados às intervenções rodoviárias. Assim, este sistema disponibiliza tanto custos de obras, como implantação, adequação, restauração, reconstrução e manutenção, como custos de projetos, estudos de viabilidade, estudos ambientais, desapropriação, supervisão e Obras de Arte Especiais (OAE).” SEI 13235939 (Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/custos-e-pagamentos/custo-medio-gerencial>).

21 - “Valor justo (fair value) é o valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou condecoradas do mercado” (MCASP 8ª edição, Parte II, página 160). De acordo com o MCASP, “Caso não haja evidências baseadas no mercado para atribuição do valor justo, pelo fato da natureza especializada do item do ativo imobilizado, a entidade pode precisar estimar o valor justo usando, por exemplo, o custo de reprodução (replicação), o custo de reposição depreciado, o custo de restauração ou a abordagem de unidades de serviço”.

22 - “3.3.1.1 O custo de reposição depreciado é mensurado como a reprodução ou substituição do ativo, o que for mais baixo, menos a depreciação acumulada calculada com base neste custo para refletir o potencial de serviço já consumido ou esgotado do ativo.” (Manual do SIAFI, Macrofunção 020300, Assunto 020334 - Bens De Infraestrutura e do Patrimônio Cultural, item 3.3.1.1)

23 - “ICS é um parâmetro que permite definir a condição geral da superfície do pavimento, através da compilação do Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI) e do Índice de Gravidade Global (IGG). Ele classifica a superfície em BOA, REGULAR e RUIM, sendo o índice atualmente utilizado para definir a depreciação do patrimônio, conforme metodologia aprovada pela Diretoria Colegiada do DNIT”

24 - SEI - 4655290 e 13235939- Processo 50600.052538/2012-51.

25 - SEI 4649351 – Processo 50600.052538/2012-51.

26 - SEI 13235939, 13235985 e 13241102 – Processo 50600.052538/2012-51.

Quadro 11 – 40 rodovias mais valorizadas em 2022

RODOVIA	Saldo - R\$		Análise Horizontal	
	DEZ/2022	DEZ/2021	AH%	VARIAÇÃO R\$
BR - 364 - RO	6.759.748.392,44	4.882.514.637,42	38,45%	1.877.233.755,02
BR - 277 - PR	6.054.328.702,40	4.832.190.311,82	25,29%	1.222.138.390,58
BR - 158 - MT	4.845.456.349,11	3.757.222.445,96	28,96%	1.088.233.903,15
BR - 262 - MS	4.179.608.013,52	3.116.107.444,65	34,13%	1.063.500.568,87
BR - 364 - MT	5.129.433.680,17	4.083.707.627,21	25,61%	1.045.726.052,96
BR - 230 - PA	5.552.153.018,47	4.517.121.188,47	22,91%	1.035.031.830,00
BR - 174 - RR	4.487.828.421,76	3.532.160.798,80	27,06%	955.667.622,96
BR - 235 - BA	3.477.243.729,55	2.590.482.671,17	34,23%	886.761.058,38
BR - 251 - MG	2.493.429.382,15	1.662.806.038,25	49,95%	830.623.343,90
BR - 156 - AP	3.620.515.823,25	2.801.915.806,88	29,22%	818.600.016,37
BR - 282 - SC	3.842.821.213,62	3.043.841.897,73	26,25%	798.979.315,89
BR - 367 - MG	1.958.558.740,07	1.208.121.146,08	62,12%	750.437.593,99
BR - 343 - PI	3.234.553.509,16	2.485.680.432,83	30,13%	748.873.076,33
BR - 135 - PI	3.680.553.969,69	2.945.618.668,47	24,95%	734.935.301,22
BR - 174 - MT	3.551.960.229,49	2.820.375.215,82	25,94%	731.585.013,67
BR - 101 - BA	5.048.749.695,95	4.327.377.150,43	16,67%	721.372.545,52
BR - 230 - PB	3.723.949.443,56	3.009.816.220,24	23,73%	714.133.223,32
BR - 232 - PE	4.250.056.290,27	3.536.231.375,37	20,19%	713.824.914,90
BR - 293 - RS	2.228.819.743,67	1.518.950.585,28	46,73%	709.869.158,39
BR - 135 - MA	3.144.717.852,55	2.471.237.542,84	27,25%	673.480.309,71
BR - 010 - TO	2.341.407.424,63	1.686.954.834,13	38,79%	654.452.590,50
BR - 265 - MG	2.329.650.881,39	1.686.780.710,67	38,11%	642.870.170,72
BR - 020 - CE	2.341.875.864,57	1.722.269.728,24	35,98%	619.606.136,33
BR - 285 - RS	3.032.219.086,88	2.430.363.866,91	24,76%	601.855.219,97
BR - 352 - MG	1.805.062.497,57	1.212.416.347,88	48,88%	592.646.149,69
BR - 316 - MA	2.697.480.349,17	2.107.650.365,47	27,99%	589.829.983,70
BR - 307 - AM	1.008.666.118,58	427.311.995,69	136,05%	581.354.122,89
BR - 319 - RO	914.956.460,40	334.453.745,28	173,57%	580.502.715,12
BR - 242 - TO	2.828.656.998,72	2.269.610.754,39	24,63%	559.046.244,33
BR - 230 - MA	2.910.768.705,72	2.353.088.136,48	23,70%	557.680.569,24
BR - 010 - PA	3.031.408.220,52	2.483.521.510,05	22,06%	547.886.710,47
BR - 101 - AL	2.531.850.986,30	1.987.147.744,33	27,41%	544.703.241,97
BR - 364 - AC	3.243.979.073,59	2.704.012.079,82	19,97%	539.966.993,77
BR - 369 - PR	2.917.612.101,64	2.401.330.602,05	21,50%	516.281.499,59
BR - 030 - BA	2.527.215.634,99	2.033.640.468,94	24,27%	493.575.166,05
BR - 163 - PR	2.399.565.075,49	1.923.792.610,12	24,73%	475.772.465,37
BR - 153 - PR	2.487.249.620,31	2.012.018.053,62	23,62%	475.231.566,69
BR - 116 - CE	3.170.933.496,80	2.702.711.087,86	17,32%	468.222.408,94
BR - 316 - PI	2.005.632.922,33	1.549.677.052,70	29,42%	455.955.869,63
BR - 226 - RN	2.046.045.942,78	1.598.877.554,99	27,97%	447.168.387,79
Total	129.836.723.663,23	100.771.108.455,34	28,84%	29.065.615.207,89

Fonte: Tesouro Gerencial

O Quadro 12 relaciona as 54 (cinquenta e quatro) rodovias que tiveram variação negativa de valor.

Quadro 12 – Rodovias com decréscimo no valor contabilizado

RODOVIA	Saldo - R\$		Análise Horizontal	
	DEZ/2022	DEZ/2021	AH%	VARIAÇÃO R\$
BR - 447 - ES	12.491.319,72	16.305.992,26	-23,39%	-3.814.672,54
BR - 453 - RS	12.179.216,81	23.271.686,94	-47,67%	-11.092.470,13
BR - 363 - PE	20.296.456,28	31.422.084,61	-35,41%	-11.125.628,33
BR - 280 - SC	1.346.386.690,08	1.364.300.671,13	-1,31%	-17.913.981,05
BR - 342 - MG	0,00	42.939.546,32	-100,00%	-42.939.546,32
BR - 210 - RR	750.873.319,70	803.190.651,36	-6,51%	-52.317.331,66
BR - 448 - RS	7.206.209,07	67.409.664,95	-89,31%	-60.203.455,88
BR - 410 - BA	102.670.011,05	166.114.809,84	-38,19%	-63.444.798,79
BR - 040 - DF	0,00	83.802.147,65	-100,00%	-83.802.147,65
BR - 452 - GO	740.438.025,71	836.844.043,88	-11,52%	-96.406.018,17
BR - 153 - TO	3.919.416.010,08	4.025.932.958,99	-2,65%	-106.516.948,91
BR - 465 - RJ	0,00	110.325.912,91	-100,00%	-110.325.912,91
BR - 319 - AM	1.365.192.112,97	1.489.098.382,45	-8,32%	-123.906.269,48
BR - 424 - PE	497.945.130,66	644.610.510,61	-22,75%	-146.665.379,95
BR - 412 - PB	413.226.903,63	590.736.381,73	-30,05%	-177.509.478,10
BR - 080 - GO	1.211.657.376,08	1.440.717.749,88	-15,90%	-229.060.373,80
BR - 060 - DF	0,00	312.262.766,58	-100,00%	-312.262.766,58
BR - 060 - GO	4.436.443.316,23	4.775.266.960,20	-7,10%	-338.823.643,97
BR - 116 - MG	2.101.142.135,08	2.554.891.517,42	-17,76%	-453.749.382,34
BR - 290 - RS	2.474.274.300,18	2.933.553.654,96	-15,66%	-459.279.354,78
BR - 414 - GO	574.876.639,23	1.089.234.757,55	-47,22%	-514.358.118,32
BR - 226 - MA	1.841.948.061,28	2.371.534.272,10	-22,33%	-529.586.210,82
BR - 365 - MG	3.514.089.190,03	4.053.173.529,45	-13,30%	-539.084.339,42
BR - 101 - SP	0,00	652.581.197,78	-100,00%	-652.581.197,78
BR - 493 - RJ	0,00	809.559.699,35	-100,00%	-809.559.699,35
BR - 324 - BA	1.673.572.176,14	2.494.916.283,61	-32,92%	-821.344.107,47
BR - 101 - RS	315.337.102,72	1.181.511.732,94	-73,31%	-866.174.630,22
BR - 393 - RJ	117.475.316,36	992.074.076,73	-88,16%	-874.598.760,37
BR - 364 - GO	608.360.621,38	1.491.440.551,51	-59,21%	-883.079.930,13
BR - 381 - SP	0,00	901.870.737,03	-100,00%	-901.870.737,03
BR - 040 - GO	0,00	904.863.670,94	-100,00%	-904.863.670,94
BR - 116 - RS	2.478.420.212,17	3.444.383.297,83	-28,04%	-965.963.085,66
BR - 050 - GO	0,00	1.089.926.748,60	-100,00%	-1.089.926.748,60
BR - 392 - RS	1.104.983.040,66	2.301.715.788,68	-51,99%	-1.196.732.748,02
BR - 153 - MG	0,00	1.217.126.437,52	-100,00%	-1.217.126.437,52
BR - 040 - RJ	318.814.774,64	1.702.481.098,12	-81,27%	-1.383.666.323,48
BR - 386 - RS	487.058.535,53	1.870.936.259,53	-73,97%	-1.383.877.724,00
BR - 116 - SC	3.285.176,09	1.551.439.105,24	-99,79%	-1.548.153.929,15
BR - 153 - SP	0,00	1.654.593.603,58	-100,00%	-1.654.593.603,58
BR - 116 - PR	7.017.822,35	1.882.613.427,35	-99,63%	-1.875.595.605,00
BR - 050 - MG	347.038.241,19	2.382.066.367,65	-85,43%	-2.035.028.126,46
BR - 163 - PA	1.302.523.446,68	3.660.623.595,14	-64,42%	-2.358.100.148,46
BR - 116 - BA	2.017.388.521,07	4.392.433.612,86	-54,07%	-2.375.045.091,79
BR - 101 - ES	8.187.460,06	2.614.265.901,64	-99,69%	-2.606.078.441,58
BR - 116 - RJ	0,00	2.663.711.137,86	-100,00%	-2.663.711.137,86
BR - 262 - MG	1.319.229.759,37	4.141.840.780,12	-68,15%	-2.822.611.020,75
BR - 101 - RJ	542.936.711,73	3.593.132.941,22	-84,89%	-3.050.196.229,49
BR - 163 - MS	30.995.383,86	3.987.633.998,69	-99,22%	-3.956.638.614,83
BR - 381 - MG	1.738.905.530,77	5.882.502.222,87	-70,44%	-4.143.596.692,10
BR - 101 - SC	122.357.444,72	4.502.272.692,37	-97,28%	-4.379.915.247,65
BR - 153 - GO	0,00	4.413.579.802,05	-100,00%	-4.413.579.802,05
BR - 116 - SP	0,00	5.141.860.374,82	-100,00%	-5.141.860.374,82
BR - 040 - MG	104.799.412,24	5.281.031.800,25	-98,02%	-5.176.232.388,01
BR - 163 - MT	534.715.009,88	6.444.754.914,76	-91,70%	-5.910.039.904,88
Total	40.526.154.123,48	115.072.684.512,41	-64,78%	-74.546.530.388,93

Fonte: Tesouro Gerencial

Os decréscimos nos valores patrimoniais das rodovias listadas no Quadro 10 foram causados, principalmente, por reclassificação para a conta Ativos em Concessão, referente às rodovias que se encontram em contrato de concessão, e por desincorporação por redução no valor patrimonial.

O Quadro 13 demonstra as rodovias que sofreram redução no valor patrimonial, sendo que a coluna “Baixa de Bens Imóveis” demonstra os montantes que diminuíram o valor total do ativo do DNIT.

Quadro 13 – Rodovias com redução de valor patrimonial

RODOVIA	Saldo - R\$		Análise Horizontal		Motivo Variação Negativa	
	DEZ/2022	DEZ/2021	AH%	VARIAÇÃO R\$	Baixa Bens Imóveis	Reclassificação Ativo em Concessão
BR - 447 - ES	12.491.319,72	16.305.992,26	-23,39%	-3.814.672,54	-3.814.672,54	
BR - 363 - PE	20.296.456,28	31.422.084,61	-35,41%	-11.125.628,33	-11.125.628,33	
BR - 280 - SC	1.346.386.690,08	1.364.300.671,13	-1,31%	-17.913.981,05	-17.913.981,05	
BR - 342 - MG	0,00	42.939.546,32	-100,00%	-42.939.546,32	-42.939.546,32	
BR - 210 - RR	750.873.319,70	803.190.651,36	-6,51%	-52.317.331,66	-52.317.331,66	
BR - 410 - BA	102.670.011,05	166.114.809,84	-38,19%	-63.444.798,79	-63.444.798,79	
BR - 424 - PE	497.945.130,66	644.610.510,61	-22,75%	-146.665.379,95	-146.665.379,95	
BR - 412 - PB	413.226.903,63	590.736.381,73	-30,05%	-177.509.478,10	-177.509.478,10	
BR - 226 - MA	1.841.948.061,28	2.371.534.272,10	-22,33%	-529.586.210,82	-529.586.210,82	
BR - 101 - SP	0,00	652.581.197,78	-100,00%	-652.581.197,78	-103.962.589,95	-548.618.607,83
Total	4.985.837.892,40	6.683.736.117,74	-25,40%	-1.697.898.225,34	-1.149.279.617,51	-548.618.607,83

Fonte: Tesouro Gerencial

O Quadro 14 demonstra as rodovias que tiveram saldos reclassificados para a conta de Ativos em Concessão, ou seja, que não representam perda patrimonial para o DNIT.

Quadro 14 – Saldos da conta Rodovias e Estradas reclassificados para Ativos em Concessão

Rodovia	DEZ/2022	Rodovia	DEZ/2022	Rodovia	DEZ/2022
BR - 163 - MT	-7.775.358.777,61	BR - 116 - RS	-1.893.333.953,73	BR - 080 - GO	-614.276.071,01
BR - 040 - MG	-6.579.004.045,26	BR - 386 - RS	-1.880.707.518,55	BR - 101 - SP	-548.618.607,83
BR - 116 - SP	-6.507.664.686,05	BR - 040 - RJ	-1.844.722.178,32	BR - 060 - MS	-506.320.050,31
BR - 101 - SC	-5.780.382.020,76	BR - 060 - GO	-1.760.125.062,68	BR - 060 - DF	-395.207.421,10
BR - 381 - MG	-5.685.683.756,99	BR - 392 - RS	-1.580.198.361,51	BR - 153 - RS	-215.912.041,40
BR - 153 - GO	-5.585.934.919,02	BR - 153 - MG	-1.540.425.090,93	BR - 230 - PA	-208.336.180,30
BR - 163 - MS	-5.015.851.371,23	BR - 324 - BA	-1.526.536.012,04	BR - 465 - RJ	-155.305.153,26
BR - 262 - MG	-4.517.107.182,02	BR - 050 - GO	-1.379.438.042,74	BR - 101 - BA	-110.481.307,74
BR - 101 - RJ	-4.244.376.182,35	BR - 364 - GO	-1.216.557.028,62	BR - 040 - DF	-106.062.054,93
BR - 163 - PA	-3.923.033.407,28	BR - 101 - RS	-1.179.309.044,87	BR - 448 - RS	-78.283.898,05
BR - 116 - BA	-3.688.181.713,12	BR - 153 - TO	-1.166.682.609,70	BR - 251 - GO	-66.288.784,64
BR - 116 - RJ	-3.371.258.190,82	BR - 393 - RJ	-1.150.899.565,73	BR - 265 - MG	-66.288.784,64
BR - 101 - ES	-3.303.075.440,44	BR - 040 - GO	-1.145.217.669,83	BR - 364 - MG	-59.975.567,06
BR - 050 - MG	-2.710.895.630,97	BR - 381 - SP	-1.141.429.739,23	BR - 285 - RS	-47.349.131,89
BR - 116 - MG	-2.600.603.719,76	BR - 493 - RJ	-1.118.702.156,30	BR - 030 - BA	-18.939.652,75
BR - 116 - PR	-2.375.663.777,20	BR - 290 - RS	-1.101.025.146,81	BR - 070 - GO	-11.363.791,65
BR - 153 - SP	-2.094.094.273,00	BR - 070 - MT	-1.000.013.665,45	BR - 154 - MG	-9.469.826,38
BR - 116 - SC	-1.960.254.060,12	BR - 376 - PR	-854.809.661,00		
BR - 365 - MG	-1.953.940.842,54	BR - 414 - GO	-803.672.598,56		
Total					-108.174.647.428,08

Fonte: Tesouro Gerencial

Destaca-se que o valor patrimonial constante na referida conta contábil se refere apenas ao corpo estradal, ou seja, custos de construção, conservação e manutenção relativos às intervenções no pavimento, sem contabilizar Obras de Artes Especiais – OAE, Obras de Arte Correntes – OAC, interseções e terceiras faixas.

Entre o encerramento de 2021 e o de 2022, houve um grande número de rodovias com variação superior a 10%. Constatou-se que as variações no valor patrimonial estão associadas principalmente aos seguintes fatores²⁷:

- a) Rodovias com **aumento** no valor patrimonial:
 - a.1) elevação dos Custos Médios Gerenciais, decorrentes dos índices de reajusteamento projetado para janeiro de 2023;
 - a.2) sem alteração na sua extensão, mas com melhora de condição de trechos;
 - a.3) com aumento na extensão e melhora da condição de trechos;
- b) Rodovias com **redução** no valor patrimonial:
 - b.1) sem alteração na sua extensão, mas com piora da condição de trechos;
 - b.2) com redução da extensão da malha.

Ressalta-se que as variações negativas decorrentes de reclassificação para Ativos em Concessão não representam redução no valor patrimonial.

Os índices de reajusteamento de obra para atualização do Custo Médio Gerencial representaram uma variação de 26,56% entre janeiro de 2022 e o projetado para janeiro de 2023. A elevação desses custos impacta positivamente o valor patrimonial, sendo que há segmentos em que os efeitos desses índices foram superiores à deterioração da malha, ou seja, houve impacto maior da inflação em relação à avaliação das condições dos trechos na valoração de determinados trechos.

Em relação às rodovias que apresentaram variação positiva acima de 10%, as justificativas da área técnica²⁸ foram:

“Algumas rodovias obtiveram aumento no valor patrimonial em decorrência do aumento significativo do valor do ICS como na BR-364/MT, BR-230/PA, BR-153/TO, BR285/RS e BR-262/MS, BR-226/TO, BR-317/AM e BR-402/PI.

Visto que a metodologia do cálculo patrimonial estabelece a classificação de ICS como regular nos trechos sem levantamento, situações de rodovias com trechos em que não houve levantamento de ICS em 2021 podem ocasionar situações de baixa ou elevação patrimonial. Este caso pode ser observado com elevações patrimoniais na BR-383/MG (média em 2020 de 1,33), BR-122/MG (média em 2020 de 1,96) e BR-488/SP (média em 2020 de 2,17).

[...]

Foram observados casos de federalização, em que rodovias estaduais passaram a jurisdição federal, nos trechos da rodovia BR-135/MG, por exemplo.

[...]

Cabe destacar ainda a ocorrência de Concessões Federais e Convênios com a Administração, que conforme metodologia adotada, tais trechos sofrem alteração do ICS e passam a ser padronizados como bons (4), como na BR-116/MG e na BR-452/MG. Há ainda situações de aumento patrimonial em algumas rodovias devido às obras de pavimentação e duplicação de superfícies, que acabam alterando o tipo de trecho na base SNV. Como, por exemplo, na pavimentação da BR-163/PA. Por fim, ressalta-se que neste cálculo foram incluídos os novos valores de medição dos contratos relacionados ao PNCT, os quais foram distribuídos pelos trechos sob administração do DNIT. Tal fato também influencia no aumento do valor patrimonial da 31 malha considerada.”

27 - documento SEI 2300590, 10027600, 10027603 e 13235939.

28 - Nota Técnica 102/22 (SEI 13235939) – SEI 13235985 e SEI 13241102.

De maneira geral, as rodovias que apresentaram variações negativas no valor patrimonial acima de 10% apresentaram queda do valor do ICS, apresentando piora nas condições dos trechos. Esta situação foi observada para as rodovias BR-410/BA, BR-226/MA, BR-412/PB, BR-363/PE, e BR-424/PE. Nas rodovias com variação negativa acima de 10% foram observadas mudanças na administração de alguns trechos da Federação para os Estados e Municípios (retiradas do cômputo do patrimônio), como no caso da BR-342/MG, BR-447/ES e BR-101/SP.

No Quadro 15 abaixo, além do valor patrimonial de rodovias federais sob concessão e em convênios, demonstra-se a evolução da malha federal por estado, tanto naqueles em que foram registradas incorporações, como naqueles em que houve uma redução do valor patrimonial, ressaltando que o valor representa a diferença entre o total das rodovias que tiveram acréscimo no seu valor patrimonial e das rodovias que tiveram perda de valor patrimonial.

Quadro 15: Alteração Patrimonial da Malha Federal 2021-2022:

UF	Comparativo do Patrimônio 2022 - 2021				Concessão	Convênio em Administração
	Patrimônio 2022 (R\$)	Patrimônio 2021 (R\$)	Diferença Patrimônio 2022-2021 (R\$)	Diferença Patrimônio 2022-2021 (%)	Patrimônio Sob Concessão (R\$)	Patrimônio Convênio em Administração (R\$)
AC Total	5.678.909.773	4.644.411.041	1.034.498.733	22,27%	-	-
AL Total	6.236.492.263	4.925.627.711	1.310.864.552	26,61%	-	292.933.296
AM Total	7.860.139.895	6.234.827.186	1.625.312.708	26,07%	-	-
AP Total	4.291.478.396	3.332.212.155	959.266.241	28,79%	-	-
BA Total	37.571.804.920	30.672.156.142	6.899.648.778	22,49%	5.344.138.686	-
CE Total	12.533.934.194	10.045.796.481	2.488.137.712	24,77%	-	65.026.141
DF Total	2.047.662.568	1.654.705.150	392.957.418	23,75%	501.269.476	315.660.879
ES Total	6.218.095.897	4.679.001.703	1.539.094.194	32,89%	3.303.075.440	-
GO Total	25.089.860.790	20.068.441.692	5.021.419.098	25,02%	12.582.873.969	-
MA Total	14.618.265.970	12.973.472.664	1.644.793.305	12,68%	-	-
MG Total	56.541.707.308	41.399.746.532	15.141.960.776	36,58%	25.723.394.446	530.310.277
MS Total	21.013.933.927	16.989.145.034	4.024.788.893	23,69%	5.522.171.422	149.623.257
MT Total	28.982.129.593	22.775.915.239	6.206.214.354	27,25%	8.775.372.443	-
PA Total	22.322.988.649	17.496.393.427	4.826.595.222	27,59%	4.131.369.588	258.841.921
PB Total	8.704.990.243	7.354.464.840	1.350.525.403	18,36%	-	44.192.523
PE Total	15.181.215.174	12.783.302.633	2.397.912.542	18,76%	-	1.561.258.709
PI Total	15.417.230.427	11.964.350.932	3.452.879.494	28,86%	-	-
PR Total	27.828.157.155	22.400.996.843	5.427.160.312	24,23%	3.230.473.438	257.579.277
RJ Total	14.246.797.606	10.953.926.140	3.292.871.466	30,06%	11.885.263.425	732.333.240
RN Total	9.830.300.165	7.844.856.896	1.985.443.269	25,31%	-	47.980.454
RO Total	11.737.612.233	8.412.569.398	3.325.042.835	39,52%	-	-
RR Total	7.944.754.875	6.470.961.672	1.473.793.203	22,78%	-	22.727.583
RS Total	30.184.568.120	24.393.144.015	5.791.424.105	23,74%	7.976.119.097	58.081.602
SC Total	15.626.035.630	12.360.857.290	3.265.178.341	26,42%	7.740.636.081	56.818.958
SE Total	2.119.231.398	1.792.603.001	326.628.398	18,22%	-	21.464.940
SP Total	10.769.334.817	8.718.412.362	2.050.922.455	23,52%	10.291.807.307	131.314.926
TO Total	12.021.196.488	9.200.774.256	2.820.422.232	30,65%	1.166.682.610	-
TOTAL	432.618.828.473	342.543.072.435	90.075.756.038	26,30%	108.174.647.427	4.546.147.983

Fonte: Processo SEI 50600.052538/2012-51 adaptado

Ferrovias

Houve a redução na conta de Ferrovias em 99,996% devido à reclassificação das ferrovias concedidas para a conta de Ativos de Concessão de Serviços²⁹, conforme ilustrado no Quadro 16.

Quadro 16 – Ferrovias

Unidade Gestora	Detalhamento (Conta Corrente)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
		DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
DNIT Sede	Ferrovia Centro-Atlântica	0,00	21.328.608.253,64	0,00%	-100,00%	-21.328.608.253,64
	Malha Regional do Sudeste	0,00	6.900.183.536,20	0,00%	-100,00%	-6.900.183.536,20
	Companhia Ferroviária do Nordeste	0,00	14.360.992.271,68	0,00%	-100,00%	-14.360.992.271,68
	Ferrovia Sul Atlântico	0,00	20.881.332.218,10	0,00%	-100,00%	-20.881.332.218,10
	Ferrovia Tereza Cristina	0,00	494.961.334,88	0,00%	-100,00%	-494.961.334,88
	Ferrovia Novoeste	0,00	4.930.297.784,51	0,00%	-100,00%	-4.930.297.784,51
SR/PR-DNIT	Ferroban	0,00	13.081.767.719,74	0,00%	-100,00%	-13.081.767.719,74
	LINHA FERREA EF 369/PR ROLANDIA PR	3.107.735,91	3.107.735,91	100,00%	0,00%	0,00
Total		3.107.735,91	81.981.250.854,66	100,00%	-99,996%	-81.978.143.118,75

Fonte: Tesouro Gerencial

A metodologia de mensuração, das ferrovias registradas na Unidade Gestora do DNIT Sede, foi aprovada pela Diretoria Colegiada do DNIT, por meio da apresentação do Relato nº 16/2019/COMAF/CGPF/DIF/DNIT³⁰.

A valoração da via permanente foi estimada por meio do custo de reposição depreciado, considerando sua natureza especializada, conforme o item 3.3.1 da Macrofunção 020334 – Bens de Infraestrutura e do Patrimônio Cultural do Manual do SIAFI.

A taxa anual de depreciação utilizada foi 2,85% equivalente a vida útil de 35 anos, conforme a Resolução nº 4540 de 19 de dezembro de 2014, da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

O valor de R\$ 48.438.987.898,10 (quarenta e oito bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões, novecentos e oitenta e sete mil, oitocentos e noventa e oito reais e dez centavos), com data-base de julho de 2017 e registrado em 2019, foi estimado empregando a tabela de Custo Médio Gerencial (CMG) desenvolvida pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa, que estabelece R\$ 8.805.000,00/km para obras de contorno ferroviário, R\$ 106.800,00/km para projetos básico e executivo de ferrovias e R\$ 4.700,00/km para estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental.

No encerramento do exercício de 2020, a Diretoria de Infraestrutura Ferroviária informou que o valor atualizado no custo de reposição depreciado exclui completamente todo o valor depreciável, resultando no valor atualizado de R\$ 69.965.274.120,02 (sessenta e nove bilhões, novecentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e setenta e quatro mil, cento e vinte reais e dois centavos), considerando o IGP-DI³¹ para a data de novembro de 2020, de acordo com a Instrução de Serviço nº 01/2019.

O mesmo procedimento foi aplicado no encerramento do exercício de 2021, sendo estimado e registrado no Balanço Patrimonial o valor de R\$ 81.978.143.118,75 (oitenta e um bilhões, novecentos e setenta e oito milhões, cento e quarenta e três mil, cento e dezoito reais e setenta e cinco centavos), com data-base de novembro de 2021.

Para o encerramento do exercício de 2022, a Coordenação de Contabilidade³² sugeriu à Diretoria de Infraestrutura Ferroviária que a estimativa do valor atual do patrimônio ferroviário incluísse:

Concedente, cujo conteúdo serviu de base para o disposto no item 2.4.1 do capítulo 2 da Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos – do MCASP.

30 - SEI 2898342 e 3277285.

31 - SEI 7230890 E 7230898 – Processo 50600.011731/2018-27.

32 - SEI 13403097 – Processo 50600.011731/2018-27.

c) atribuição de uma vida útil média a cada ativo; cálculo do valor da depreciação anual dado pelo custo de reposição e a vida útil média, considerando que o valor de reposição foi descontado toda depreciação anual acumulada referente ao período da vida útil daqueles ativos, e as atualizações realizadas nos exercícios de 2020 e 2021 ocorreram sobre o valor residual do ativo, desconsiderando que o ativo possua uma vida residual remanescente, sem haver correção da vida residual, que depende da condição ou intervenções de reabilitação incorridas nesses bem;

d) cálculo do valor atual do ativo, que corresponde ao produto do valor da depreciação anual pela vida residual corrigida. A avaliação dos ativos de infraestrutura deverá ocorrer de forma concatenada pela identificação e inspeção dos ativos e a estimativa do custo de reposição atual.

O objetivo seria evitar supervalorização do ativo e distorções nos demonstrativos do DNIT, por meio de uma melhor caracterização dos ativos, levantamentos dos ativos em construção, em reabilitação, com as respectivas datas e tipos de intervenções, que subsidiarão a definição das vidas úteis, com base na condição dos ativos.

A Diretoria de Infraestrutura Ferroviária³³ decidiu, após o encerramento de 2022, por manter os valores apresentados e registrados durante o exercício de 2019, com data-base de julho de 2017, no valor de R\$ 48.438.987.898,10 (quarenta e oito bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões, novecentos e oitenta e sete mil, oitocentos e noventa e oito reais e dez centavos), considerando que não há investimento nas malhas, o que refletiu em uma supervalorização de R\$ 33.539.155.220,65 (trinta e três bilhões, quinhentos e trinta e nove milhões, cento e cinquenta e cinco mil, duzentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos) no ativo patrimonial do DNIT presente no Balanço Patrimonial de 31/12/2022.

Após o encerramento do exercício de referência, em janeiro de 2023, houve a desincorporação³⁴ da conta Ativos em Concessão do montante superavaliado com ferrovias, tendo contrapartida a conta Ajustes de Exercícios Anteriores, considerando se tratar de erro de mensuração de ativo atribuível aos exercícios de 2020 e 2021.

O Custo Médio Gerencial (CMG) calculado não contempla custos de supervisão de obras, desapropriação, obras de artes especiais, estações ferroviárias, edificações diversas e as benfeitorias realizadas na infraestrutura da via permanente pelas concessionárias e pelo próprio DNIT.

Além das ferrovias citadas acima, há o registro da despesa de investimento da obra de remanejamento do pátio de manobras da linha férrea de Rolândia, objeto do Contrato nº 201/2018, na Unidade Gestora da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná.

Portos e Estaleiros:

No exercício de 2020, o DNIT registrou, no ativo imobilizado, 43 (quarenta e três) Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4, após a Diretoria Colegiada aprovar a metodologia para determinação do valor patrimonial apresentada pela Diretoria de Infraestrutura Aquaviária³⁵.

A valoração desses bens foi estimada considerando o valor do imóvel na condição de novo, aplicando o fator de depreciação, que leva em conta o estado de conservação, de acordo com o Critério de Heidecke.

Entre o encerramento do exercício de 2021 e o de 2022, a conta que abriga os registros com essas Instalações apresentou um aumento de 12,42%, traduzindo em um acréscimo monetário de R\$ 107.559.518,36 (cento e sete milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e dezoito reais e trinta e seis centavos), conforme Quadro 17. Em 31/12/2022, havia 50 (cinquenta) Instalações registradas.

33 - Nota Técnica 2 SEI 13439464 – 50600.011731/2018-27.

34 - 2023NS006696, 2023NS006830, 2023NS006834, 2023NS006873, 2023NS006897, 2023NS006900 e 2023NS006936.

35 - 50600.025874/2019-05 – Nota Técnica 50/2019 (SEI 4590168) – Relato 3 (SEI 4890259) – DIRCOLEG 4936957.

Quadro 17 - Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4

IP4	Saldo R\$		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
IP4 - AUTAZES - AM	5.823.787,16	9.111.690,83	0,60%	-36,08%	-3.287.903,67
IP4 - BORBA - AM	6.550.840,92	8.341.041,27	0,67%	-21,46%	-1.790.200,35
IP4 - BARREIRINHA - AM	18.106.871,04	16.421.893,14	1,86%	10,26%	1.684.977,90
IP4 - BENJAMIN CONSTANT/AM	8.677.275,35	10.801.787,13	0,89%	-19,67%	-2.124.511,78
IP4 - BERURI/AM	20.731.137,60	19.921.316,38	2,13%	4,07%	809.821,22
IP4 - BOA VISTA DOS RAMOS/AM	25.769.796,32	24.762.707,62	2,65%	4,07%	1.007.088,70
IP4 - CANUTAMA/AM	22.698.288,79	42.282.906,40	2,33%	-46,32%	-19.584.617,61
IP4 - CARAUARI/AM	41.606.411,03	27.401.830,17	4,27%	51,84%	14.204.580,86
IP4 - CAREIRO DA VARZEA/AM	53.694.278,84	39.716.482,43	5,51%	35,19%	13.977.796,41
IP4 - COARI/AM	8.928.903,68	8.096.681,15	0,92%	10,28%	832.222,53
IP4 - CODAJAS/AM	40.530.295,91	36.742.374,00	4,16%	10,31%	3.787.921,91
IP4 - EIRUNEPE/AM	23.515.731,93	30.022.107,05	2,41%	-21,67%	-6.506.375,12
IP4 - FONTE BOA/AM	10.967.581,39	9.926.555,74	1,13%	10,49%	1.041.025,65
IP4 - GUAJARA/AM	23.731.783,94	21.502.382,16	2,44%	10,37%	2.229.401,78
IP4 - HUMAITA/AM	11.514.741,85	10.460.653,02	1,18%	10,08%	1.054.088,83
IP4 - IPIXUNA/AM	31.755.093,77	28.764.274,97	3,26%	10,40%	2.990.818,80
IP4 - IRANDUBA/AM	20.020.124,30	37.294.079,39	2,06%	-46,32%	-17.273.955,09
IP4 - ITAMARATI/AM	65.323.523,03	55.789.448,11	6,71%	17,09%	9.534.074,92
IP4 - ITACOATIARA TERMINAL 2/AM	64.791.426,67	87.684.325,10	6,65%	-26,11%	-22.892.898,43
IP4 - ITAPIRANGA/AM	29.996.237,14	27.193.223,04	3,08%	10,31%	2.803.014,10
IP4 - JAPURA/AM	10.915.670,19	11.087.256,99	1,12%	-1,55%	-171.586,80
IP4 - MANACAPURU/AM	14.912.579,52	16.065.273,82	1,53%	-7,18%	-1.152.694,30
IP4 - MANAQUIRI/AM	6.572.437,56	5.966.567,44	0,67%	10,15%	605.870,12
IP4 - MANAUS TERMINAL SAO RAIMUNDO/AM	32.490.081,95	21.421.575,32	3,34%	51,67%	11.068.506,63
IP4 - MANICORE/AM	12.767.311,67	11.568.494,60	1,31%	10,36%	1.198.817,07
IP4 - NHAMUNDA/AM	1.980.172,00	3.430.461,56	0,20%	-42,28%	-1.450.289,56
IP4 - NOVA OLINDA DO NORTE/AM	10.148.925,86	10.954.126,68	1,04%	-7,35%	-805.200,82
IP4 - NOVO AIRAO/AM	28.416.557,22	25.810.183,39	2,92%	10,10%	2.606.373,83
IP4 - NOVO ARIPUANA/AM	14.876.001,25	9.787.655,59	1,53%	51,99%	5.088.345,66
IP4 - PARINTINS/AM	30.658.505,72	27.926.933,44	3,15%	9,78%	2.731.572,28
IP4 - SANTA IZABEL DO RIO NEGRO/AM	7.614.546,47	6.907.419,55	0,78%	10,24%	707.126,92
IP4 - SAO SEBASTIAO DO UATUMA/AM	2.339.826,40	2.129.015,92	0,24%	9,90%	210.810,48
IP4 - TAPAUA/AM	36.796.556,30	35.357.761,22	3,78%	4,07%	1.438.795,08
IP4 - TEFE/AM	10.113.692,84	13.690.677,63	1,04%	-26,13%	-3.576.984,79
IP4 - TABATINGA/AM	5.949.639,24	6.432.895,17	0,61%	-7,51%	-483.255,93
IP4 - TONANTINS/AM	11.471.834,91	10.382.946,31	1,18%	10,49%	1.088.888,60
IP4 - URUCARA/AM	5.629.038,43	6.075.638,04	0,58%	-7,35%	-446.599,61
IP4 - URUCURITUBA/AM	9.397.136,63	12.436.871,85	0,96%	-24,44%	-3.039.735,22
IP4 - CAI N'AGUA/AM	23.912.354,84	12.563.994,20	2,46%	90,32%	11.348.360,64
IP4 - MAUES/AM	10.402.373,01	10.222.462,68	1,07%	1,76%	179.910,33
IP4 - PARINTINS/AM (VILA AMAZONICA)	22.537.801,80	20.891.892,19	2,31%	7,88%	1.645.909,61
IP4 - ALVARAES - AM	25.466.928,77		2,61%		25.466.928,77
IP4 - ANORI - AM	17.197.836,48		1,77%		17.197.836,48
IP4 - SANTAREM/PA	6.111.264,65	5.529.391,99	0,63%	10,52%	581.872,66
IP4 - SAO MIGUEL DO GUAMA/PA	3.606.257,65	3.260.434,30	0,37%	10,61%	345.823,35
IP4 - SILVES - PA	23.803.223,40		2,44%		23.803.223,40
IP4 - ABAETETUBA - PA	5.078.935,13		0,52%		5.078.935,13
IP4 - CAMETA - PA	6.308.925,03		0,65%		6.308.925,03
IP4 - VISEU - PA	15.000.346,21		1,54%		15.000.346,21
IP4 - CARACARAI/RR	26.675.644,12	24.189.328,57	2,74%	10,28%	2.486.315,55
Total	973.886.535,91	866.327.017,55	100,00%	12,42%	107.559.518,36

Fonte: Tesouro Gerencial

Os montantes das Instalações Portuárias listadas no Quadro 17 foram atualizados para a data de outubro de 2022, com a utilização do índice INCC - Índice Nacional da Construção Civil da Fundação Getúlio Vargas - FGV e revisado o estado de conservação destes ativos³⁶.

A vida útil das Instalações Portuárias de Pequeno Porte fora estimada em 50 anos.

Após conclusão das IP4 de Alvarães/AM, IP4 de Anori/AM, IP4 de Silves/AM, IP4 de Abaetetuba/PA, IP4 de Cametá/PA e IP4 de Viseu/PA, seus registros foram efetuados na conta de Portos e Estaleiros no exercício de 2022, sendo que as novas IP4 do estado do Pará apresentam Valor Patrimonial (VP) sem atualização, pois foram concluídas em 2022.

As IP4 de Coari/AM, Barreirinha/AM, São Miguel do Guamá/PA e Viseu/PA estão delegadas aos seus respectivos municípios, e a IP4 de São Raimundo está delegada ao Estado do Amazonas, com o objetivo de aproximar a gestão das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4 da população local. Essas IP4 permanecem no ativo do DNIT, pois este possui a propriedade legal, com direito a acompanhar a execução os convênios de delegação, fiscalizar a prestação dos serviços e intervir para garantir a prestação adequadas dos serviços.

Eclusas:

No exercício de 2020, 08 (oito) Eclusas foram registradas no Ativo do DNIT, no montante de R\$ 4.465.756.790,53 (quatro bilhões, quatrocentos e sessenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e noventa reais e cinquenta e três centavos), após a Diretoria Colegiada aprovar a metodologia para determinação do valor patrimonial apresentada pela Diretoria de Infraestrutura Aquaviária (DAQ/DNIT)³⁷.

Embora não exista uma metodologia específica para avaliação de custo patrimonial de eclusas, vale ressaltar que o assunto “patrimônio e avaliação de bens imóveis” permeia normativos já em vigor, tais como: a “Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 07- Ativo Imobilizado”, do Conselho Federal de Contabilidade-CFC; o “Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União”, da Secretaria de Patrimônio da União-SPU; e a “NBR 14653 - Avaliação de Bens”, da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT.

Tais normativos serviram de base para o desenvolvimento da mensuração do valor patrimonial desses bens. De forma geral, determinam procedimentos para o estabelecimento do valor contábil de um bem patrimonial, o que inclui o cálculo de sua depreciação, este levando em conta aspectos da vida remanescente do bem, a vida transcorrida, os valores residuais e o estado de conservação ou a obsolescência do bem.

Visando estabelecer uma padronização de avaliação com outras infraestruturas aquaviárias existentes no âmbito da DAQ/DNIT, notadamente as IP4, adotou-se a metodologia constante do “Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União”, efetuando-se, sempre que necessário, as devidas adequações à essa metodologia, seja em razão das especificidades das eclusas ou em função de ausências de informações mais precisas.

No Brasil, as eclusas a cargo do DNIT apresentam uma média de idade de aproximadamente 40 anos, sendo a mais velha (Fandango) com 64 anos e a mais nova (Tucuruí) com 12 anos. Assim, para a determinação do valor patrimonial, adotou-se uma vida útil média de 100 anos para eclusas, até que se definam ou se obtenham outros parâmetros técnicos mais precisos, preferencialmente baseados nos dados de seus respectivos projetos e em inspeções que retratem fielmente seus estados de conservação.

Um dos parâmetros para a depreciação do bem refere-se ao seu estado de conservação. O manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União preconiza o estado de conservação e a situação física de um bem em decorrência de sua manutenção (NBR 14653-2).

O Quadro 18 demonstra a variação negativa de 6,62% do valor patrimonial das eclusas, entre o encerramento do exercício de 2021 e o de 2022, apresentando uma redução de R\$ 415.785.125,42 (quatrocentos e quinze milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, cento e vinte e cinco reais e quarenta e

³⁷ 50600.025874/2019-05 – Nota Técnica 24/2019 (SEI 3824592) – Relato 3 (SEI 4890259) – DIRCOLEG 4936957.

dois centavos), referente à atualização, com data-base de outubro/2022, com aplicação do índice INCC/FGV, além da realização de classificação de estado de conservação dos ativos³⁸.

Quadro 18 – Valor Patrimonial - Eclusas

ECLUSAS	Saldo R\$		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
FANDANGO/RS	25.687.513,26	23.500.733,72	0,44%	9,31%	2.186.779,54
ANEL DE DOM MARCO/RS	165.776.784,54	150.484.418,78	2,83%	10,16%	15.292.365,76
AMAROPOLIS/RS	113.112.275,69	102.597.281,09	1,93%	10,25%	10.514.994,60
BOM RETIRO DO SUL/RS	181.383.120,38	164.401.240,12	3,09%	10,33%	16.981.880,26
TUCURUI/PA	2.879.116.757,04	3.174.892.016,20	49,12%	-9,32%	-295.775.259,16
SOBRADINHO/BA	713.357.653,15	888.718.400,55	12,17%	-19,73%	-175.360.747,40
TRES IRMAOS/SP	810.881.878,90	896.529.923,10	13,83%	-9,55%	-85.648.044,20
JUPIA/SP	972.322.821,74	876.299.916,56	16,59%	10,96%	96.022.905,18
Total	5.861.638.804,70	6.277.423.930,12	100,00%	-6,62%	-415.785.125,42

Fonte: Tesouro Gerencial

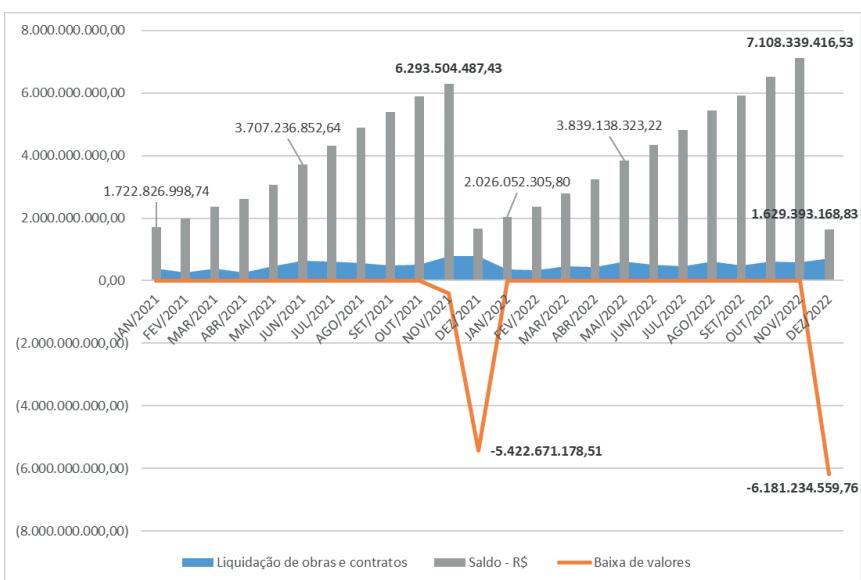
Obras em Andamento:

A conta Obras em Andamento apresentou uma variação monetária negativa no montante de R\$ 32.256.326,94 (trinta e dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos), diminuindo seu saldo em 1,94% entre o encerramento do exercício de 2021 e o de 2022.

Durante todo o exercício, a conta contábil de Obras em Andamento recebe registros contábeis referentes a execução de serviços de construção, manutenção, conservação de rodovias federais, além de outros serviços, como obras relativas aos modais aquaviário e ferroviário. Ao final do exercício, de posse do levantamento da Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP/DNIT, das informações prestadas pelas Diretorias de Infraestrutura Ferroviária e Aquaviária e do Assunto 020334, Seção 020300, Capítulo 020000, do Manual do Siafi, esta autarquia realiza a transferência do saldo da conta Obras em Andamento para as respectivas contas do Imobilizado, em especial a conta contábil Rodovias e Estradas, que recebe a maior parte dos recursos, com as rodovias que tiveram acréscimo no seu valor patrimonial.

No Gráfico 2 abaixo demonstramos a evolução do saldo e dos movimentos desta conta contábil durante os exercícios de 2021 e 2022:

Gráfico 2 – Obras em Andamento – Movimento e Saldo



Fonte: Tesouro Gerencial



No exercício de 2022, a execução de despesas com Obras em Andamento foi ligeiramente superior ao de 2021. No final do período de 2021, antes da baixa desta conta contábil, seu saldo acumulado era de R\$ 7.084.320.674,28 (sete bilhões, oitenta e quatro milhões, trezentos e vinte mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos), contra R\$ 7.810.627.728,59 (sete bilhões, oitocentos e dez milhões, seiscentos e vinte e sete mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos) em 2022; um aumento de 10,25% no período.

Do saldo existente na conta Obras em Andamento no final do exercício de 2022 relacionado a obras rodoviárias, o montante de R\$ 6.123.650.881,40 (seis bilhões, cento e vinte e três milhões, seiscentos e cinquenta mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta centavos) foi transferido para a conta "Rodovias e Estradas", especificamente para aquelas rodovias federais que tiveram aumento de seu valor patrimonial.

Destaca-se que, no encerramento do exercício de 2022, a conta de Obras em Andamento não possuía saldo suficiente para transferência à conta de estradas. Dessa forma, além de receber o saldo de Obras em Andamento, a conta de Estradas teve de ser incorporada mediante uma Receita Patrimonial (Variação Patrimonial Aumentativa – VPA) de incorporação de ativos.

O saldo remanescente de R\$ 1.629.393.168,83 (um bilhão, seiscentos e vinte e nove milhões, trezentos e noventa e três mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta e três centavos) da conta, refere-se a obras e contratos dos modais ferroviário e aquaviário, que aguardam conclusão ou definição das Diretorias de Infraestrutura Ferroviária e Aquaviária – DIF e DAQ para que seja realizada a transferência para os respectivos bens imóveis ou baixados.

Estudos e Projetos:

A conta Estudos e Projetos apresentou um aumento de 10,98%, que monetariamente significa uma variação no montante de R\$ 98.706.763,45 (noventa e oito milhões, setecentos e seis mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos), decorrente do resultado de todos os movimentos devedores e credores durante o exercício de 2022, compostos de:

- a) incorporação no montante de R\$ 193.721.933,15 (cento e noventa e três milhões, setecentos e vinte e um mil, novecentos e trinta e três reais e quinze centavos), referentes à liquidação de contratos de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, Plano Nacional de Contagem de Tráfego – PNCT, Estudos Ambientais, Projetos de Engenharia, Estudos de Apoio aos Serviços de Desapropriação, etc ; e
- b) desincorporação de saldo no montante de R\$ 95.015.169,70 (noventa e cinco milhões, quinze mil, cento e sessenta e nove reais e setenta centavos), referentes a reclassificações, regularizações e baixas, conforme demonstrado no Quadro 19.

Quadro 19 – Desincorporação – Estudos e Projetos

Contrato/Projeto	Motivo da Desincorporação	Saldo da Desincorporação em 2022
CONTRATO 0597/14/DNIT-ECOPLAN ENGENHARIA LTDA		22.410.521,31
CONTRATO 0235/06/DNIT-SKIL ENGENHARIA LTDA		18.954.818,16
CONTRATO 0570/14/DNIT-FUNDACAO DE AMPARO PESQ		13.591.436,80
CONTRATO 0783/14/DNIT-ECOPLAN ENGENHARIA LTDA		13.027.588,41
CONTRATO 0653/13/DNIT-HOLLUS SERV. TEC. ESPEC		11.393.103,65
CONTRATO 0506/17/DNIT-AMBIENTE BRASIL ENG LTD		4.624.240,52
CONTRATO-0757/14/DNIT-ZAGO ENGA.CONSUL.AMBIEN		4.546.912,82
CONTRATO 0910/14/DNIT-PROSUL PROJ SUPER PLAN		2.666.857,46
CONTRATO-1089/10/DNIT-ECOPLAN ENGENHARIA LTDA		1.319.837,85
CONTRATO 0955/17/DNIT-ECOPLAN ENGENHARIA LTDA		988.243,63
CONT.Nº 271/2010/DNIT-PROGAIA ENG. E MEIO AMB		414.294,07
CONTRATO 691/13/DNIT-OIKOS PESQUISA APLICA LT		392.795,76
MELHORAMENTO TRAF URBANO BR158RS S LIVRAMENTO	Regularização contábil por duplicidade de contas correntes	225.276,78
CONTRATO 0922/18/DNIT-ATP ENGENHARIA LTDA	Devolução de despesas por pagamento em duplicidade	219.766,12
CONTRATO N°519/09/DNIT-FUNDACAO BIO-RIO	Reclassificação para Rodovias e Estradas	137.175,42
BR - 153 - PR	Baixa do CONTRATO SR/PR - 0317/2019 ENCERRADO EM 10/01/2022 - EMPRESA OBRA DE ARTE ENGENHARIA LTDA	102.300,94
Total		95.015.169,70

Fonte: Tesouro Gerencial

Permaneceram nessa conta os saldos de Estudos e Projetos cujos contrato ainda estão em andamento (ativos) e, por isso, ainda não tiveram o início de execução de obras.

Os 10 (dez) contratos/projetos com as maiores variações monetárias positivas, entre o encerramento de 2021 e 2022 estão listados no Quadro 20.

Quadro 20 – Contratos com as maiores variações até 31/12/2022 – Estudos e Projetos

Contrato/Projeto	Saldo - R\$		Aumento R\$
	DEZ/2022	DEZ/2021	
CONTRATO DNIT 490/2021-FUNDACAO GETULIO VARGA	36.709.071,74		36.709.071,74
CONTRATO DNIT 506/2021-ENGEFOTO ENGENHARIA E	10.893.814,50		10.893.814,50
CONTRATO 508/11/DNIT-STE SERVICOS TECNICOS EN	63.084.184,46	52.512.557,42	10.571.627,04
CONTRATO 0033/15/DNIT-SKILL ENGENHARIA LTDA	65.443.780,57	57.171.051,08	8.272.729,49
INSTALACOES PORTUARIAS IP4 DAQ/DNIT	13.851.401,55	5.963.010,36	7.888.391,19
CONTRATO 210/11/DNIT-SKILL ENGENHARIA	57.953.410,51	51.113.499,83	6.839.910,68
CONTRATO 631/12-DNIT STE. SERV. TEC. ENG. SA	42.026.064,29	36.920.250,66	5.105.813,63
CONTRATO 827/20-DNIT SPLICE INDUSTRIA COMERC.	4.857.625,64	445.997,20	4.411.628,44
CONTRATO 0547/15/DNIT-SKILL ENGENHARIA LTDA	32.246.108,85	28.185.048,90	4.061.059,95
CONTRATO 264/19/DNIT-ECOPLAN ENG LTDA	4.001.907,12		4.001.907,12
Total	331.067.369,23	232.311.415,45	98.755.953,78

Fonte: Tesouro Gerencial

Ativos De Concessão De Serviços

De acordo com o item 12 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Setor Público NBC TSP 05 – Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente, cujo conteúdo serviu de base para o disposto no item 2.4.1 do capítulo 2 da Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos – do MCASP (STN, 2018, p. 279), os ativos preexistentes relativos à concessão de serviços públicos devem ser reclassificados como “ativo de concessão de serviços”.

Após a reclassificação preconizada pelo item 12 da NBC TSP 05 e pelo MCASP, há a necessidade de se registrar em contas de controle, especificamente na conta contábil 89711.17.00 – Concessão de Uso, a responsabilidade da entidade concessionária pelos ativos infraestrutura cedidos pela Administração Pública Federal.

Durante o exercício de 2022, houve a reclassificação das rodovias e ferrovias concedidas das contas 12321.05.03 – Rodovias e Estradas e 12321.05.06 - Ferrovias para a conta 12321.11.00 – Ativos de Concessão de Serviços, sendo que esta conta contábil detalha os registros conforme a natureza do ativo concedido, como especificidade da conta corrente, conforme demonstrado no Quadro 21.

Quadro 21 – Ativos de concessão de serviços

Conta Corrente		Saldo - R\$
		DEZ/2022
123210503	Rodovias e Estradas	108.174.647.428,08
123210506	Ferrovias	81.978.143.118,75
Total		190.152.790.546,83

Fonte: Tesouro Gerencial

A conta de controle 89711.17.00 – Concessão de uso é utilizada em complementação para detalhar as empresas concessionárias responsáveis por valores de ativos concedidos, conforme Quadro 22.

Quadro 22 – Concessão de uso por concessionária

Conta de origem	CNPJ/Concessionária responsável	Saldo - R\$	
		DEZ/2022	DEZ/2021
Ferrovias	01629083000145 FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.	15.520.944,77	15.520.944,77
	00924429000175 FERROVIA CENTRO-ATLANTICA S.A.	21.328.608.253,64	
	01258944003575 RUMO MALHA SUL S.A	20.881.332.218,10	
	0141722000177 MRS LOGÍSTICA S/A	6.900.183.536,20	
	01629083000226 FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.	494.961.334,88	
	02502844000166 RUMO MALHA PAULISTA S.A.	13.081.767.719,74	
	17234244000131 FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A	14.360.992.271,68	
Rodovias e Estradas	39115514000128 RUMO MALHA OESTE S.A.	4.930.297.784,51	
	00861626000192 CONCESSIONARIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S/A	5.310.678.632,45	
	00880446000158 COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO	2.381.345.673,04	
	00938574000105 CONCESSIONARIA RIO TERESÓPOLIS S A	1.191.935.480,50	
	01645397000131 MERCOVIA SA	47.349.131,89	
	02511048000190 EMPRESA CONCESSIONARIA DE RODOVIAS DO SUL S/A - ECOSUL	3.199.538.672,05	
	09074183000164 TRANSBRASILIANA - CONCESSIONARIA DE RODOVIA S.A.	2.094.094.273,00	
	09313969000197 AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.	4.464.707.476,06	
	09324949000111 AUTOPISTA FLUMINENSE S/A	2.758.876.084,62	
	09325109000173 AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.	2.695.743.908,76	
	09326342000170 AUTOPISTA FERNAO DIAS S.A.	7.188.860.863,84	
	09336431000106 AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT S/A	4.628.851.132,77	
	09414761000164 K-INFRA RODOVIA DO ACO S.A.	1.150.899.565,73	
	10670314000155 VIABAHIA CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.	5.233.657.377,91	
	15090690000194 CONCESSIONARIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A.	5.556.262.796,49	
	15484093000144 ECO101 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S/A	3.413.556.748,18	
	18572225000188 CONCEBRA - CONCESSIONARIA DAS RODOVIAS CENTRAIS DO BRAS	10.639.665.596,25	
	19208022000170 ECO050 - CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.	4.090.333.673,71	
	19521322000104 CONCESSIONARIA ROTA DO OESTE S.A.	7.097.950.530,74	
	19642306000170 CONCESSIONARIA DE RODOVIA SUL - MATOGROSSENSE S.A	5.522.171.421,54	
	19726048000100 CONCESSIONARIA BR-040 S.A.	7.263.356.830,89	
	29884545000190 ECORIOMINAS CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.	3.874.611.029,32	
	32161500000100 CONCESSIONARIA DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO SUL S.A.	4.729.231.292,87	
	35593905000105 CONCESSIONARIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.	3.239.943.264,60	
	36763716000198 CONCESSIONARIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.	2.777.815.737,37	
	44067725000172 VIA BRASIL BR 163 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.	5.808.791.499,90	
Total		190.168.311.491,60	15.520.944,77

Fonte: Tesouro Gerencial

O valor de R\$ 15.520.944,77 (quinze milhões, quinhentos e vinte mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos) registrado para responsabilidade da Ferrovia Tereza Cristina S.A. foi realizado pela Superintendência do DNIT no Estado de Santa Catarina, mas ainda não foi registrada na conta Ativos de Concessão de Serviços do ativo patrimonial, o que pode estar subvalorizando o valor do ativo.

NOTA 07: Depreciação e Amortização Acumuladas, Reavaliação e Redução a Valor Recuperável dos Bens Imóveis:

Em relação aos bens imóveis, registra-se que a Malha Rodoviária Federal não sofre a depreciação sistemática por não possuir vida útil determinada, mas é reavaliada anualmente pelo seu custo de reposição depreciado.

A Malha Ferroviária Federal foi inicialmente mensurada pelo custo de reposição depreciado, sendo utilizado o método de depreciação das quotas constantes e a taxa de depreciação anual utilizada foi 2,85%, conforme a Resolução nº 4540/2014, da ANTT³⁹, estando o valor patrimonial atual representado apenas pelo valor residual, haja vista ter ultrapassado a vida útil definida.

Em relação às escunas, a Diretoria de Infraestrutura Aquaviária adotou uma vida útil média de 100 anos, sendo que a idade média desses ativos é de aproximadamente 40 anos, sendo a mais velha (Fandango) com 64 anos de idade e a mais nova (Tucuruí) com 12 anos⁴⁰. As escunas tiveram seu valor patrimonial considerando o desvio percentual entre a depreciação padrão e a depreciação real, sendo que a depreciação padrão considerou um estado de conservação de 2,5, entendendo que cabe à administração manter seus patrimônios, no mínimo, em situação regular, mediante a realização de manutenções regulares. Assim, em uma situação ideal onde o bem patrimonial é mantido, a sua depreciação ocorrerá, basicamente, em função de sua idade. Estabelecendo-se, então uma curva de tendência de depreciação padrão, pode-se compará-la à depreciação efetivamente medida, de acordo com o estado de conservação encontrado e, com isso, obter o desvio percentual de depreciação entre o que deveria estar valendo e o que realmente vale. Isto espelha quanto de depreciação resultou da incapacidade de não realizar as manutenções regulares.

Em relação às Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4 o valor patrimonial registrado corresponde ao valor depreciado, calculado pelo método da quantificação do custo constante no Manual de Avaliação de Imóveis da Secretaria de Patrimônio da União - SPU⁴¹.

Para as atualizações dos valores registrados com Escunas e IP4, no exercício de 2022, houve reavaliação do estado de conservação desses ativos, não gerando despesa com depreciação.

Sobre os demais bens imóveis, as diretrizes para o cálculo e reconhecimento da depreciação, reavaliação, bem como da redução ao valor recuperável estão descritas na Portaria Conjunta STN/SPU nº 03, de 10 de dezembro de 2014, e nas Macrofunções 02.03.30 e 02.03.35 do Manual SIAFI, e são calculadas diretamente no SPIUnet, com reflexo contábil no SIAFI.

NOTA 08: Intangíveis

O DNIT possui apenas softwares registrados em seu Ativo Intangível, que, em 31/12/2022, possuía o valor contábil líquido de R\$ 13.547.042,18 (treze milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quarenta e dois reais e dezoito centavos), sendo que seu valor bruto, sem considerar as amortizações e reduções a valor recuperável, apresentou um aumento de R\$ 2.595.716,03 (dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, setecentos e dezesseis reais e três centavos). Esse aumento é consequência da incorporação do valor de R\$ 2.636.966,03 (dois milhões, seiscentos e trinta e seis mil, novecentos e

39- 50600.011731/2018-27 e 2867606.

40 - SEI 3824592 – Processo 50600.025874/2019-05.

41 - SEI 4590168 – Processo 50600.025874/2019-05.

sessenta e seis reais e três centavos) referente ao Contrato de Software 178/2021 – SERPRO. No Quadro 23, demonstra-se os softwares registrados no DNIT, separados por Unidade Gestora.

O DNIT Sede e a Superintendência Regional do DNIT no Estado do Rio Grande do Sul não têm realizado registros de amortização de seus softwares de vida útil definida, e de redução ao valor recuperável dos seus softwares de vida útil indefinida, o que pode estar supervalorizando o montante total do ativo intangível.

Até o encerramento do exercício de 2022, o módulo do SIADS Intangível não foi instalado no DNIT.

Quadro 23 – Softwares registrados no SIAFI – posição em 31/12/2022

UG Executora	Conta Contábil	Contrato de Software				Saldo - R\$			
						DEZ/2022	DEZ/2021		
393003	DNIT Sede	124110101	SOFTWARES DE VIDA ÚTIL DEFINIDA	IS0002610	026/10/DNIT IMAGEM GEOSISTEMA E COMERCIO LTDA	198.862,21	198.862,21		
				IS0040420	SOFTWARE QUANTM PATHFINDER - PP 404/2020	4.240.271,24	4.240.271,24		
				IS0077214	CONTRATO-0772/14/DNIT-PARS PROD.DE PROC.DADO	1.476.377,40	1.476.377,40		
				IS0081814	818/14/DNIT-IMAGEM GEOSISTEMA E COMERCIO LTDA	1.979.521,71	1.979.521,71		
		124110201	SOFTWARES DE VIDA ÚTIL INDEFINIDA	IS0017821	CONTRATO 178/2021/DNIT - SERPRO	3.709.199,06	1.072.233,03		
				IS0047316	PALISADE BRASIL/DNIT CONTRATO 473/2016	0,00	41.250,00		
				IS0053217	CONTRATO 0532/17/DNIT-PARS PROD PROCES DADOS	1.902.045,00	1.902.045,00		
				IS74016RS	VELTI TECNOLOGIA EM SIST. E EQUIP. LTDA-ME	1.799,00	1.799,00		
393012	SR/RS - DNIT	124110201	SOFTWARES DE VIDA ÚTIL INDEFINIDA	IS79917RS	EUGENIO RODRIGUES DA SILVA	856,00	856,00		
				ISAGISOFT	AGISOFT METASHAPE PHOTOSCAN PROFESSIONAL	49.940,00	49.940,00		
				ISCGONAC2	DONGLE PARA SOFTWARE CGO NAC2	7.800,00	7.800,00		
				ISCOREL01	CORELDRAW GRAPHICS SUITE 2017	2.054,48	2.054,48		
				ISPAPPRO1	PAPERPORT PROFESSIONAL 14	1.160,00	1.160,00		
				ISTOPOGR1	SISTEMA TOPOGRAPH 11	5.600,00	5.600,00		
				ISTOPOGR2	SISTEMA TOPOGRAPH 14	16.000,00	16.000,00		
				Amortização Acumulada		-28.413,64	-16.351,48		
		124810100		Redução ao valor recuperável		-16.030,28	-16.030,28		
Total						13.547.042,18	10.963.388,31		

Fonte: Tesouro Gerencial

1.2. PASSIVO:

1.2.1. PASSIVO CIRCULANTE:

NOTA 09: Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo

O subgrupo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo é composto apenas pela rubrica “Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo”, que representa 55,77% do passivo exigível do DNIT, e apresentou um aumento de 15,81% no seu saldo, ou seja, R\$ 14.868.871,27 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e setenta e um reais e vinte e sete centavos) no período analisado, o que significa que houve mais assunções do que pagamentos de obrigações. O Quadro 24 demonstra a composição dessa rubrica.

Quadro 24 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP

Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
FORNECEDORES NACIONAIS	13.138.985,49	11.762,02	12,06%	111606,88%	13.127.223,47
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	95.765.653,52	94.024.005,72	87,94%	1,85%	1.741.647,80
Total	108.904.639,01	94.035.767,74	100,00%	15,81%	14.868.871,27

Fonte: Tesouro Gerencial

A conta contábil Fornecedores Nacionais é responsável por 12,06% da rubrica Fornecedores e Contas a Pagar – CP, e apresentou um aumento de 111.606,88% até o encerramento do exercício de 2022, ou seja, uma variação monetária de R\$ 13.127.223,47 (Treze milhões, cento e vinte e sete mil, duzentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos).

No Quadro 25, há a relação dos 20 maiores credores do DNIT, de um total de 234, em valores a pagar registrados nessa rubrica, em 31/12/2022, que respondem por 73,55% do valor total dessa rubrica.

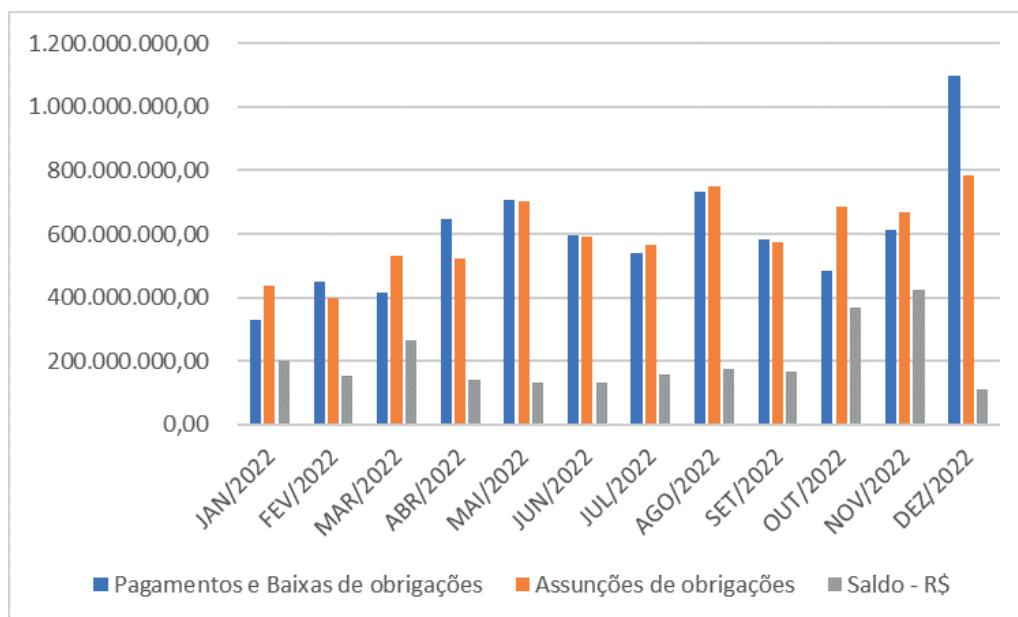
Quadro 25 – 20 maiores fornecedores/credores em 31/12/2022

Fornecedores		Saldo - R\$
03118726000111	CONSTRUTORA AGRIENGE LTDA	18.711.546,62
22451088000109	FRATELLO ENGENHARIA LTDA	11.497.190,43
00356328000145	CONSTRUTORA ZAG LTDA	7.908.428,12
61156568000190	CONSTRAN S/A - CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO - EM RECUPERAÇÃO	4.695.700,38
19758842000135	LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A	4.690.669,18
19230918000155	GUAXIMA ENGENHARIA LTDA	4.389.944,21
83318022000121	CFA CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA	4.063.558,17
17161464000182	CIMCOP S/A - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	3.733.489,58
92779503000125	CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A	3.139.312,01
04718687000156	ANTONELLY CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	2.324.123,11
00604322000140	ENGESPRO ENGENHARIA LTDA	1.982.746,04
92930643000152	ECOPLAN ENGENHARIA LTDA	1.818.290,18
02481826000145	CONSTRUTORA MACADAME EIRELI	1.779.934,91
23998438000106	CCM-CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA	1.677.302,07
10788628000157	SALGUEIRO CONSTRUÇÕES S.A	1.485.211,82
16502551000193	SITRAN SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA	1.411.938,45
00635771000155	CONSTRUMIL CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA EM RECUPERAÇÃO	1.395.282,56
02958777000199	CVD PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	1.188.832,91
60681749000173	GEOSONDA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	1.119.997,13
04208867000198	RTA ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA	1.087.525,51
Total		80.101.023,39

Fonte: Tesouro Gerencial

A título de ilustração, no Gráfico 3, demonstra-se a evolução do saldo dessa rubrica, nos últimos 12 meses, comparado ao movimento.

Gráfico 3 – Fornecedores e Contas a Pagar (Passivo Circulante) – Movimento e Saldo:



Fonte: Tesouro Gerencial

Passivos Sem a Correspondente Execução Orçamentária

Dentro da conta contábil Contas a Pagar Credores Nacionais, há registros de passivos sem o correspondente suporte orçamentário, que são obrigações reconhecidas a um credor que prestou efetivamente um serviço, executou uma obra, etc, mas que não foram saldadas por ausência de um empenho prévio, ou o empenho existente não possuía saldo suficiente, entre outros motivos, e que a Administração Pública não pode deixar de indenizar sob risco de enriquecimento ilícito.

Em cumprimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público-NBC TSP e à Macrofunção “021140 – Reconhecimento de Passivos”, o DNIT realiza, à medida que os processos administrativos chegam aos setores de contabilidade, a apropriação dos passivos sem a correspondente execução orçamentária.

Em 31/12/2022, o DNIT possuía R\$ 91.250.977,37 (noventa e um milhões, duzentos e cinquenta mil, novecentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos), referente a passivo sem suporte orçamentário, em comparação com o montante de R\$ 68.392.175,22 (sessenta e oito milhões, trezentos e noventa e dois mil, cento e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos) do encerramento de 2021, considerando todas as unidades gestoras da autarquia que efetuaram tais registros, conforme Quadro 26.

Quadro 26 – Passivos sem Suporte Orçamentário

UG Executora	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
SR MG - DNIT	15.599.085,49	2.673.867,32	17,09%	483,39%	12.925.218,17
RFFSA - DNIT	7.718,55	7.718,55	0,01%	0,00%	0,00
DNIT - SEDE	69.697.179,62	59.358.685,06	76,38%	17,42%	10.338.494,56
SR AM - DNIT	1.312.039,05	2.234.874,69	1,44%	-41,29%	-922.835,64
SR GO/DF - DNIT	157.944,48	157.944,48	0,17%	0,00%	0,00
SR RO-DNIT	1.753.760,22	1.753.760,22	1,92%	0,00%	0,00
SR SE - DNIT	27.828,89		0,03%		27.828,89
SR PA - DNIT	37.673,84	37.173,84	0,04%	1,35%	500,00
SR PB - DNIT	9.382,17	9.382,17	0,01%	0,00%	0,00
SR RJ - DNIT	57.404,34		0,06%		57.404,34
SR RN - DNIT	50.366,78	43.802,94	0,06%	14,98%	6.563,84
SR CE - DNIT	2.216.432,42	1.794.520,70	2,43%	23,51%	421.911,72
SR SP - DNIT	2.283,62	2.283,62	0,00%	0,00%	0,00
SR BA - DNIT	321.877,90	318.161,63	0,35%	1,17%	3.716,27
Total	91.250.977,37	68.392.175,22	100,00%	33,42%	22.858.802,15

Fonte: Tesouro Gerencial

No âmbito do DNIT, o aumento da frequência desses registros deve-se à publicação da Instrução Normativa/DG nº 09, de 31 de julho de 2019, que, em seu artigo 16, instituiu que o processo de reconhecimento de dívida deveria evoluir à Coordenação de Contabilidade para que seja efetuado o devido registro no SIAFI. Essa Instrução foi revogada e substituída pela IN/DG nº 29/2021, que mantém a mesma obrigatoriedade de registro no SIAFI, em seu §4º do art. 4º e §3º do art. 5º. As justificativas apresentadas nos processos administrativos de reconhecimento de dívida resumem-se, em sua maioria, à insuficiência de saldo de empenho à época das medições.

O passivo registrado na Unidade Gestora da extinta RFFSA foi realizado previamente a transferências dos saldos do patrimônio dessa estatal para o DNIT. Apesar da Coordenação de Contabilidade entender que esse valor não é mais devido, e logo, não configura mais um passivo da entidade, a análise sobre esse passivo ainda está em andamento⁴².

42 - Processo 50600.019965/2021-18.

Existem, ainda, valores empenhados no elemento de despesa 92 (Despesa de Exercício Anterior), com a informação de que não existia passivo anterior, que correspondem a obrigações cujo passivo sem suporte orçamentário não havia sido registrado no SIAFI à época do fato gerador e antes da emissão do empenho, conforme Quadro 27.

Quadro 27 – Empenhos emitidos no elemento de despesa 92 (passivo anterior: não)

UG Executora	Grupo Despesa	Elemento Despesa	Saldo empenhado R\$
DNIT SEDE	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	92	1.576.564,18
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	287.681,17
SR PA - DNIT	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	22.214,38
SR CE - DNIT	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	13.231,81
SR MG - DNIT	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	2.652,64
Total			1.902.344,18

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTA 10: Demais Obrigações a Curto Prazo

Até o encerramento do exercício de 2022, o subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo apresentou uma redução de 69,59%, em relação ao encerramento do exercício de 2021, conforme Quadro 28, devido ao decréscimo no saldo da rubrica Outras Obrigações a Curto Prazo.

Quadro 28 – Demais Obrigações a Curto Prazo - composição

Agrupamento Contábil	Saldo - R\$		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	18.308.986,94	9.063.300,96	60,86%	102,01%	9.245.685,98
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	11.773.259,81	89.852.467,95	39,14%	-86,90%	-78.079.208,14
Total	30.082.246,75	98.915.768,91	100,00%	-69,59%	-68.833.522,16

Fonte: Tesouro Gerencial

Valores Restituíveis

A rubrica “Valores Restituíveis”, que compreende os valores de terceiros ou retenções em nome deles, apresentou um aumento, até dezembro de 2022, de R\$ 9.245.685,98 (nove milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e oito centavos), uma diferença de 102,01%. Essa diferença ocorreu, principalmente, pelo aumento na conta Retenções Previdenciárias, que aumentou R\$ 7.038.519,25 (sete milhões, trinta e oito mil, quinhentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos) no período.

Outras Obrigações a Curto Prazo

A rubrica “Outras Obrigações a Curto Prazo”, que representa 6,03% do Passivo Exigível, apresentou uma redução de 86,90%, no período analisado, dessas obrigações a pagar, que representa uma variação monetária de R\$ 78.079.208,14 (setenta e oito milhões, setenta e nove mil, duzentos e oito reais e quatorze centavos), conforme Quadro 29.

Quadro 29 – Outras Obrigações a Curto Prazo – por conta contábil

Conta Contábil	Saldo - R\$		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E COMPENSAÇÕES	137.067,36	121.559,30	1,16%	12,76%	15.508,06
DIÁRIAS A PAGAR	37.659,70	4.955,57	0,32%	659,95%	32.704,13
PRECATÓRIOS DE TERCEIROS	10.289.384,28	82.747.776,48	87,40%	-87,57%	-72.458.392,20
CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL (FATURA)	90,99	799,95	0,00%	-88,63%	-708,96
OBRIGAÇÕES COM ENTIDADES FEDERAIS	1.309.057,48	924.582,16	11,12%	41,58%	384.475,32
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR - TED	0,00	2.867.337,77	0,00%	-100,00%	-2.867.337,77
OBRIGAÇÕES COM ENTIDADES ESTADUAIS	0,00	3.185.456,72	0,00%	-100,00%	-3.185.456,72
Total	11.773.259,81	89.852.467,95	100,00%	-86,90%	-78.079.208,14

Fonte: Tesouro Gerencial

Até o encerramento do exercício de 2022, houve uma redução de 87,57% com obrigações de precatórios de terceiros, que representa 87,40% da rubrica analisada, decorrente, principalmente, dos registros das baixas por pagamento e transferências dos valores a pagar, nas contas correntes PR4CP2022 e PR4CP2023, efetuadas pelo TRF 4^a Região, e nas contas correntes PR1RG2022 e PR1090049, efetuadas pelo TRF 1^a Região.

O decréscimo de R\$ 2.867.337,77 na conta de Transferências Financeiras a Comprovar – TED deve-se à apresentação da prestação de contas ao Fundo Nacional de Aviação Civil, referente ao TED nº 002/2020. A redução de 100% das obrigações com entidades estaduais deve-se ao pagamento de resarcimento para cobrir despesas com cessão de pessoal oriundos da Companhia Docas do Rio de Janeiro, Companhia Docas da Bahia e Companhia Docas do Pará.

Em relação a todos os precatórios desta Autarquia, demonstra-se, no Quadro 30, que há um saldo total de R\$ 21.438.429,42 (vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e nove reais e quarenta e dois centavos) de obrigações a pagar com Precatórios⁴³ no encerramento do exercício analisado, entre obrigações do passivo circulante e não circulante, apresentando um decréscimo de R\$ 92.640.550,65 (noventa e dois milhões, seiscentos e quarenta mil, quinhentos e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos), devido principalmente à movimentação na conta Precatórios de Terceiros do ativo circulante.

Quadro 30 - Precatórios

Conta Contábil	Saldo - R\$		Análise			
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$	
Passivo Circulante	PRECATÓRIOS DE PESSOAL	11.149.045,14	21.587.452,14	52,00%	-48,35%	-10.438.407,00
	PRECATÓRIOS DE TERCEIROS	10.289.384,28	82.747.776,48	48,00%	-87,57%	-72.458.392,20
Passivo Não Circulante	PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00	2.717.560,82	0,00%	-100,00%	-2.717.560,82
	PRECATÓRIOS DE TERCEIROS	0,00	7.026.190,63	0,00%	-100,00%	-7.026.190,63
Total	21.438.429,42	114.078.980,07	100,00%	-81,21%	-92.640.550,65	

Fonte: Tesouro Gerencial

1.3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NOTA 11: Ajuste de Exercícios Anteriores

Até o encerramento do exercício de 2022, realizaram-se registros de Ajustes de Exercícios Anteriores no montante líquido credor de R\$ 174.406.190,21 (cento e setenta e quatro milhões, quatrocentos e seis mil, cento e noventa reais e vinte e um centavos), aumentando o Patrimônio Líquido.

⁴³ Pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federa, Estaduais, Distrital e Municipais em virtude de sentença judiciária.

Essa conta registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os principais movimentos credores, que aumentam o saldo do Patrimônio Líquido, foram:

- a) R\$ 80.255.286,21 (oitenta milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte e um centavos), decorrente do registro intempestivo de valores julgados em TCE pelo Acórdão/TCU 2.511/2015-Plenário;
- b) R\$ 28.938.518,00 (vinte e oito milhões, novecentos e trinta e oito mil, quinhentos e dezoito reais), referente a baixa de ativo contingente e registro em créditos a receber, tendo em vista decisão administrativa para manter cobrança referente a ressarcimento ao erário, referente ao Contrato 543/2010;
- c) R\$ 24.430.048,37 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e trinta mil, quarenta e oito reais e trinta e sete centavos), decorrente da incorporação de valores baixados referente a aquisição de 7 subsistemas de armazenamento de dados, conforme Contrato 907/2015;
- d) R\$ 18.736.598,08 (dezoito milhões, setecentos e trinta e seis mil, quinhentos e noventa e oito reais e oito centavos), referente ao registro do valor apurado em TCE, conforme os julgamentos exarados nos Acórdãos nº 1930/2019-TCU/Plenário e 1288/2019-TCU/Plenário.

Os principais movimentos devedores, que por sua vez diminuem o PL, foram:

- a) R\$ 25.828.435,09 (vinte e cinco milhões, oitocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e nove centavos), referente ao registro retroativo de depreciação de bens móveis, por meio do SIADS;
- b) contabilização intempestiva de passivos sem suporte orçamentário referentes a diversos processos de reconhecimento de dívida;
- c) fechamento do saldo devedor do fim do exercício de 2021.

NOTA 12: OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Em 31/12/2022, o DNIT possuía um saldo de R\$ 40.088.268.888,45 (quarenta bilhões, oitenta e oito milhões, duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) relacionados às obrigações contratuais de parcelas de contratos que serão executadas, conforme registros em contas de controle.

A seguir, apresenta-se o Quadro 31, segregando-se essas obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Quadro 31 – Obrigações Contratuais – Composição

Obrigações Contratuais	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
Aluguéis	11.455.759,17	12.658.307,64	0,03%	-9,50%	-1.202.548,47
Fornecimento de Bens	11.949.891,50	11.689.165,29	0,03%	2,23%	260.726,21
Seguros	2.880.984,71	2.883.419,83	0,01%	-0,08%	-2.435,12
Serviços	40.061.982.253,07	35.949.336.101,19	99,93%	11,44%	4.112.646.151,88
Total	40.088.268.888,45	35.976.566.993,95	100,00%	11,43%	4.111.701.894,50

Fonte: Tesouro Gerencial



As obrigações contratuais relacionadas com Serviços representam 99,93% do total das obrigações assumidas pelo DNIT até o encerramento do exercício de 2022. Isso ocorre em razão da sua esfera de atuação, cujo principal objetivo é implementar a política de infraestrutura do país por meio da execução, principalmente mediante contrato, de grandes obras e serviços de engenharia, que possuem elevado custo de execução.

Na sequência, apresenta-se o Quadro 32, que relaciona os montantes das obrigações contratuais por Unidade Gestora do DNIT até 31/12/2022, demonstrando que o DNIT Sede (UG 393003) concentra 99,04% das obrigações, tendo em vista que faz a gestão orçamentária e financeira dos contratos da área finalística da autarquia.

Quadro 32 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora

UG Executora	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		AV%
	DEZ/2022	DEZ/2021	
390059 RFFSA - DNIT	0,00	2.593.562,86	0,00%
390070 SR RR - DNIT	11.163.958,69	33.322.389,92	0,03%
393003 DNIT - SEDE	39.726.532.469,15	35.632.644.539,50	99,10%
393010 SR MS - DNIT	10.910.174,89	7.414.113,89	0,03%
393015 SR SE - DNIT	3.752.237,84	3.225.649,57	0,01%
393023 SR TO - DNIT	9.771.343,49	10.102.932,19	0,02%
393025 SR SP - DNIT	13.227.481,21	7.188.609,37	0,03%
393027 SR BA - DNIT	39.569.594,89	39.056.764,10	0,10%
393030 SR MA - DNIT	3.187.262,27	2.831.580,71	0,01%
390084 SR AC - DNIT	2.026.316,19	2.981.107,54	0,01%
393009 SR AM - DNIT	71.633.173,93	68.520.759,90	0,18%
393011 SR GO/DF - DNIT	12.513.485,30	12.298.408,37	0,03%
393012 SR RS - DNIT	24.228.983,87	19.993.710,93	0,06%
393013 SR SC - DNIT	12.076.034,24	12.094.921,80	0,03%
393014 SR RO-DNIT	7.331.698,93	6.330.479,07	0,02%
393016 SR PA - DNIT	23.200.474,74	12.656.040,71	0,06%
393017 SR PB - DNIT	2.758.611,50	2.675.734,84	0,01%
393018 SR ES - DNIT	11.250.734,20	11.194.292,76	0,03%
393019 SR RJ - DNIT	32.937.417,37	33.937.153,65	0,08%
393019 SR RJ - DNIT	32.937.417,37	33.937.153,65	0,08%
393020 SR MT - DNIT	11.656.965,87	5.195.907,63	0,03%
393021 SR RN - DNIT	7.211.113,07	5.329.165,92	0,02%
393022 SR PI - DNIT	5.647.918,93	4.217.792,49	0,01%
393024 SR CE - DNIT	1.755.334,45	2.548.850,83	0,00%
393026 SR AL - DNIT	3.607.944,00	2.359.886,96	0,01%
393029 SR PE - DNIT	4.132.162,39	1.816.466,84	0,01%
393031 SR MG - DNIT	26.738.624,07	28.106.096,16	0,07%
390071 SR AP - DNIT	5.629.523,88	3.416.731,97	0,01%
393028 SR PR - DNIT	3.817.849,09	2.513.343,47	0,01%
Total	40.088.268.888,45	35.976.566.993,95	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTA 13: Ativos Contingentes

A conta “Ativos Contingentes Previstos”, que registra a previsão de ativos contingentes cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência de eventos futuros incertos, possuía, em 31/12/2022, um montante de R\$ 3.862.529.801,42 (três bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, quinhentos e vinte e nove mil, oitocentos e um reais e quarenta e dois centavos), conforme demonstrado no Quadro 33, que informa o tipo de origem desses valores.

Quadro 33 – Ativos Contingentes

Unidade Gestora	Tipo de processo de origem	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
		DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
SR/RR - DNIT	Multa administrativa (PAAR)	2.199.776,50		0,06%		2.199.776,50
DNIT Sede	Ressarcimento (processo administrativo)	109.892.264,14	101.097.260,57	2,85%	8,70%	8.795.003,57
	Multa administrativa (PAAR)	16.505.126,74	7.504.513,59	0,43%	119,94%	9.000.613,15
	Remuneração - utilização faixa de domínio	3.597.032.070,08	3.597.032.070,08	93,13%	0,00%	0,00
	TCE	108.950.999,30	69.075.869,55	2,82%	57,73%	39.875.129,75
	Ocupação irregular faixa de domínio	15.143,41		0,00%		15.143,41
	Infração de Trânsito	12.499,69	0,00	0,00%		12.499,69
SR/SC - DNIT	Ressarcimento (processo administrativo)	19.660.630,92	19.660.630,92	0,51%	0,00%	0,00
SR/ES - DNIT	Multa administrativa (PAAR)	3.935.590,91	3.350.183,16	0,10%	17,47%	585.407,75
SR/AL - DNIT	Danos ao patrimônio	16.171,56		0,00%		16.171,56
SR/MG- DNIT	Ressarcimento (processo administrativo)	4.309.528,17	4.309.528,17	0,11%	0,00%	0,00
Total		3.862.529.801,42	3.802.030.056,04	100,00%	1,59%	60.499.745,38

Fonte: Tesouro Gerencial adaptado

No DNIT, os valores que compõem essa conta são cobranças que tiveram a exigibilidade suspensa por decisões, administrativas judiciais ou do Tribunal de Contas da União, no âmbito de processos de tomadas de contas especiais.

O valor de R\$ 3.597.032.070,08 (três bilhões, quinhentos e noventa e sete milhões, trinta e dois mil, setenta reais e oito centavos) refere-se a um contrato de arrendamento da faixa de domínio, firmado com o Grupo Oi, sendo que a execução de cobrança foi suspensa em razão de ordem oriunda do Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista a pendência de julgamentos de recursos repetitivos perante a esta Corte Superior⁴⁴.

2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS:

Entre o encerramento do exercício de 2021 e o mesmo período de 2022, o DNIT apresentou um aumento no valor total de Receitas (Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA) de 36,76%, que representa um incremento monetário de R\$ 25.834.613.116,00 (vinte e cinco bilhões, oitocentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e treze mil, cento e dezesseis reais).

Em relação às Despesas (Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD), houve uma redução de despesas no montante de R\$ 54.209,02 (cinquenta e quatro mil, duzentos e nove reais e dois centavos).

Com o aumento de receitas e redução de despesas, o resultado patrimonial do exercício de 2022 apresentou uma variação positiva, em relação ao mesmo período de 2021, de 40,31%, que monetariamente corresponde ao valor de R\$ 25.834.667.325,02 (vinte e cinco bilhões, oitocentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos).

44 - SEI 6324024 – Processo 50600.002678/2018-73.

2.1. RECEITAS (VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – VPA):

NOTA 14: Exploração de Bens, Direitos e Serviços

A conta que registra as receitas patrimoniais com Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços apresentou um aumento de 20,25% entre o fim do exercício de 2021 e o mesmo período de 2022, que monetariamente representa um acréscimo de receita no valor de R\$ 9.357.611,31 (nove milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e onze reais e trinta e um centavos), ocasionado pelo crescimento de 21,07% de arrecadação com receitas de atividades de apoio administrativo, como taxas de registro, vistoria, licença, etc., conforme demonstrado no Quadro 34.

Quadro 34 – Receitas com exploração de bens, direitos e serviços públicos por código de recolhimento

Código de Recolhimento	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
Registro por competência					
27777	DNIT-ARRENDAMENTOS COM TELECOMUNICAÇÕES	9.801,58	778.631,60	0,02%	-100,00%
28802	ALUGUÉIS	152.211,74	147.547,15	0,27%	3,16%
28803	ARRENDAMENTOS	6.733.729,67	4.490.957,65	12,12%	49,94%
28804	TAXA DE USO DE IMÓVEIS	33.895,30	16.011,44	0,06%	111,69%
28830	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	48.644.986,27	40.179.589,51	87,53%	21,07%
Total	55.574.624,56	46.217.013,25	100,00%	20,25%	9.357.611,31

Fonte: Tesouro Gerencial

O aumento de arrecadação com Serviços Administrativos deve-se à publicação de nova resolução para a utilização das faixas de domínio do DNIT, em março de 2021⁴⁵, na qual prevê a cobrança de Preço de Análise de Viabilidade – PAV, ao solicitar habilitação para uso da faixa de domínio, e do Preço de Exame do Projeto – PEP, análise técnico prévia para viabilizar o Termo de Permissão de Uso da Faixa de Domínio. A referida resolução prevê a cobrança de Preço Público, referente à exploração do bem público, refletida na arrecadação com arrendamentos, que aumentou em 49,94% em relação ao mesmo período de 2021.

Adicionalmente, o saldo do código de recolhimento de Serviços Administrativos contempla a arrecadação com Tarifas de Expedição de Autorização de Trânsito e Tarifas de Utilização de Via, previstas em resolução que estabelece normas sobre o uso de rodovias federais por veículos ou combinações de veículos e equipamentos, destinados ao transporte de cargas indivisíveis e excedentes em peso ou dimensões, observados os limites e os requisitos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito⁴⁶.

NOTA 15: Juros e Encargos de Mora

A receita patrimonial com Juros e Encargos de Mora apresentou um aumento de 47,69%, no exercício de 2022, em relação ao mesmo período de 2021, que, em termos monetários, representa um acréscimo de R\$ 22.173.007,01 (vinte e dois milhões, cento e setenta e três mil, sete reais e um centavo), conforme pode ser observado no Quadro 35.

45 - Resolução 07/2021/DG-DNIT.

46 - Resolução 01/2021/DG-DNIT.

Quadro 35 – Juros e Encargos de Mora

Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS	2.119,85	15.589,58	0,00%	-86,40%	-13.469,73
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	68.664.177,95	46.451.740,80	100,00%	47,82%	22.212.437,15
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA COM MUNICÍPIOS OU ENTIDADES MUNICIPAIS		25.960,41	0,00%	-100,00%	-25.960,41
Total	68.666.297,80	46.493.290,79	100,00%	47,69%	22.173.007,01

Fonte: Tesouro Gerencial

A composição da conta contábil Outros Juros e Encargos de Mora corresponde às receitas patrimoniais de juros e encargos de mora oriundas de aplicação de multas contratuais, cobranças de resarcimentos ao erário, parcelamento de débito e de arrecadações de créditos não registrados por competência, conforme Quadro 36.

Quadro 36 – Outros Juros e Encargos de Mora – Composição

RA - Cód. Recolhimento	Saldo - R\$		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
Registros por competência	65.673.029,03	44.577.276,82	95,64%	47,32%	R\$ 21.095.752,21
10095 DNIT-MULTAS DE TRÂNSITO	6.295,36	7.450,28	0,01%	-15,50%	-R\$ 1.154,92
18803 STN-RECUPERAÇÃO E REVERSÃO DE GARANTIAS EM FAVOR DA UNIÃO	144,76		0,00%		R\$ 144,76
18806 RECUPERAÇÃO DE DESESAS PRIMÁRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES FONTE 0100	61.476,86	50.162,29	0,09%	22,56%	R\$ 11.314,57
18822 STN OUTRAS RECEITAS		67.145,53	0,00%	-100,00%	-R\$ 67.145,53
18836 STN RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIO EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.922.247,61	1.748.361,87	4,26%	67,14%	R\$ 1.173.885,74
18855 RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM CÓPIAS		1,87	0,00%	-100,00%	-R\$ 1,87
18856 STN OUTROS RESSARCIMENTOS		269,03	0,00%	-100,00%	-R\$ 269,03
18860 STN OUTRAS INDENIZAÇÕES	969,38		0,00%		R\$ 969,38
28830 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		317,92	0,00%	-100,00%	-R\$ 317,92
28872 OUTRAS INDENIZAÇÕES	14,95	677,19	0,00%	-97,79%	-R\$ 662,24
28893 RECEITA DECORRENTE DA INDENIZAÇÃO DE SEGUROS		78,00	0,00%	-100,00%	-R\$ 78,00
Total	68.664.177,95	46.451.740,80	100,00%	47,82%	22.212.437,15

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTA 16: Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

A receita patrimonial com Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, representante de 89,39% das Receitas (Variações Patrimoniais Aumentativas), apresentou um aumento de 40,83% em relação ao mesmo período de 2021, que representa um aumento de R\$ 24.907.360.787,37 (vinte e quatro bilhões, novecentos e sete milhões, trezentos e sessenta mil, setecentos e oitenta e sete reais e trinta e sete centavos).

Em relação a essa rubrica, o Quadro 37 indica uma redução de 100% com os registros de receitas de reavaliação de ativos, assim como, um aumento de 3.216,18% de ganhos com alienação de ativos, provenientes em sua maioria da alienação de bens móveis inservíveis da extinta RFFSA pelas Superintendências Regionais do DNIT nos estados do Piauí⁴⁷ e São Paulo⁴⁸.

47 - 50618.001208/2022-80.

48 - 50608.000677/2021-10.

Quadro 37 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	Variação R\$
Reavaliação de Bens Imóveis		6.416.043,92	0,00%	-100,00%	(6.416.043,92)
Ganhos com Alienação	677.274,07	20.423,34	0,00%	3216,18%	656.850,73
Ganhos com Incorporação de Ativos	85.770.221.233,64	60.892.478.437,40	99,83%	40,86%	24.877.742.796,24
Ganhos com Desincorporação de Passivos	141.098.458,76	105.721.274,44	0,16%	33,46%	35.377.184,32
Total	85.911.996.966,47	61.004.636.179,10	100,00%	40,83%	24.907.360.787,37

Fonte: Tesouro Gerencial

Os ganhos com incorporação de ativos, consoante disposto no Quadro 37, representam a maior parte da composição da receita patrimonial com Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos. A incorporação de ativos apresentou uma evolução de 40,86% em relação ao fim do exercício de 2021, enquanto os ganhos com desincorporação de passivos (baixas de obrigações a pagar) obtiveram um aumento de 33,46%.

Ganhos com Incorporação de Ativos

O Quadro 38 demonstra a origem das receitas dos ganhos com incorporação de ativos até o encerramento do exercício de 2022, que totaliza o montante de R\$ 85.770.221.233,64 (oitenta e cinco bilhões, setecentos e setenta milhões, duzentos e vinte e um mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos), e representa 99,83% da composição da rubrica analisada.

Além de registros de bens imóveis no SPIUNET nas SRE/SE, SRE/PE e SRE/MG, regularização de bens nas SRE/PB e SRE/SP, incorporação de material permanente originário da extinta RFFSA na SRE/SP e aumento do valor patrimonial de bens de infraestrutura, há o reconhecimento de direitos a receber decorrente de transferências efetuadas pelo DNIT a outros órgãos e entidades do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio de Termos de Execução Descentralizada ou Termos de Cooperação.

Quadro 38 – Ganhos com Incorporação de Ativos

UG Executora	Detalhamento	Saldo R\$ DEZ/2022
SR/RR	REGULARIZAÇÃO DE REGISTRO DE BENS MÓVEIS	934.00
DNIT Sede	ATUALIZAÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DAS RODOVIAS FEDERAIS	85.319.359.883.58
	ATUALIZAÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DAS IP4	113.219.071.97
	ATUALIZAÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DAS ECLUSAS	140.998.925.34
SR/SE	REGISTRO DE IMÓVEIS DE USO ESPECIAL NO SPIUNET	269.128.29
SR/PB	REGULARIZAÇÃO DA BAIXA EM DUPLICIDADE DE BENS MÓVEIS	252.568.34
SR/SP	INCORPORAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE ORIGINÁRIO DA EXTINTA RFFSA	2.231.975.05
	REGULARIZAÇÃO CONTÁBIL(BATIMENTO DOS SISTEMAS SIAFI X SIADS)DE BAIXA DE BENS DA RFFSA LEILOADOS	1.604.715.43
	REGULARIZAÇÃO CONTÁBIL(BATIMENTO) EM RAZÃO DE CRAGAS PATRIMONIAIS NA IMPLANTAÇÃO DO SIADS	32.068.33
	REGULARIZAÇÃO CONTÁBIL REFERENTE A ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS USADOS DADOS COM DAÇÃO EM PAGAMENTO NA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS	303.065.64
SR/PE	REGISTRO DE IMÓVEIS DE USO ESPECIAL NO SPIUNET	30.735.43
SR/MG	DESRECONHECIMENTO (BAIXA) DOS VALORES RELATIVOS A TERRENOS DESAPROPRIADOS .	(15.551.65)
	REGISTRO DE IMÓVEIS DE USO ESPECIAL NO SPIUNET	2.706.569.90
DNIT Sede (Transferências Intra OFSS)	TED 042/2018	3.445.104.82
	TED 280/2020	3.541.600.00
	TED 656/2020	13.587.528.08
	TED 919/2018	40.954.394.61
	TED 048/2021	8.199.525.85
	TED 195/2022	4.500.000.00
	TED 899/2020	5.728.166.11
	TED 231/2020	229.000.00
	TED 330/2018	4.996.409.61
	TED 290/2019	141.05
	TED 554/2019	10.160.000.00
	TED 531/2020	22.517.341.20
	TED 462/2018	1.000.000.00
	TED 123/2021	1.845.005.28
	TED 231/2022	11.650.946.43
	TED 378/2017	5.500.000.00
	TED 622/2017	12.878.495.23
	TED 003/2015	868.822.45
	TED 352/2022	4.462.996.00
	TED 403/2022	4.543.974.04
	TED 039/2017	900.000.00
	TED 229/2022	4.430.279.60
	TED 045/2021	3.199.394.00
	TED 884/2020	8.691.083.04
	TED 920/2018	210.554.80
	TED 680/2020	932.311.27
SR/RS (Transferências Intra OFSS)	TED 899/2015	10.254.070.52
Total		85.770.221.233.64

Fonte: Tesouro Gerencial adaptado

Ganhos com Desincorporação de Passivos

O ganho com desincorporação de passivos evoluiu 33,46% até o encerramento do exercício de 2022, em comparação com o mesmo período do exercício anterior, passando ao montante de R\$ 141.098.458,76 (cento e quarenta e um milhões, noventa e oito mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e setenta e seis centavos). As maiores variações patrimoniais aumentativas da conta Desincorporação de Passivos, em 2022, foram decorrentes do cancelamento de restos a pagar processados, que desincorpora uma obrigação a pagar, devido a um possível erro na liquidação, da transferência de precatórios a pagar para o passivo patrimonial dos órgãos da justiça federal, a baixa de obrigações a pagar de precatórios pelos órgãos da justiça federal e a baixa da obrigação de prestar contas referente ao Termo de Execução Descentralizada – TED nº 02/2020 (SIAFI 6452276), cujos valores foram recebidos pelo DNIT e oriundos da Secretaria Nacional de Aviação Civil, cuja vigência findou em 30/09/2021. A Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes – CGCIT recomendou pela aceitação da

execução física do objeto⁴⁹ pela emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Contrato nº 559/2018, firmado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a Fundação Getúlio Vargas – FGV, cujos objetos incluem dentre outros o Diagnóstico para a Inclusão dos Custos Referenciais do Modal Aéreo no Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO.

NOTA 17: Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

A rubrica Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas apresentou uma variação positiva de 90,36% na comparação entre os dois períodos, que em termos monetários corresponde a um aumento de R\$ 661.508.764,82 (seiscentos e sessenta e um milhões, quinhentos e oito mil, setecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos). Essa variação deve-se, principalmente, pelo aumento de receita patrimonial com Multas Administrativas e Restituições, que juntas representam 96,95% da rubrica em questão, como demonstrado no Quadro 39.

Quadro 39 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas (Por conta contábil)

Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
MULTAS ADMINISTRATIVAS	1.184.803.553,00	601.967.985,19	85,02%	96,82%	582.835.567,81
MULTAS ADMINISTRATIVAS INTRA OFSS		783,56	0,00%	-100,00%	-783,56
MULTAS ADMINISTRATIVAS INTER -MUNICÍPIOS		2.007,33	0,00%	-100,00%	-2.007,33
INDENIZAÇÕES	12.853.118,78	1.178.457,04	0,92%	990,67%	11.674.661,74
RESTITUIÇÕES	166.283.147,21	120.302.108,10	11,93%	38,22%	45.981.039,11
RESSARCIMENTOS	2.029,57	33.339,73	0,00%	-93,91%	-31.310,16
RESTITUIÇÕES INTRA OFSS	528.762,48		0,04%		528.762,48
VPA DECORRENTE DE FATORES GERADORES DIVERSOS	877.882,67	290.043,59	0,06%	202,67%	587.839,08
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA NÃO PREVIDENCIÁRIA - JUROS		3.506,51	0,00%	-100,00%	-3.506,51
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - MULTA	58.607,32	277.563,37	0,00%	-78,89%	-218.956,05
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - JUROS	28.196.490,90	8.039.032,69	2,02%	250,74%	20.157.458,21
Total	1.393.603.591,93	732.094.827,11	100,00%	90,36%	661.508.764,82

Fonte: Tesouro Gerencial

Multas Administrativas

Em relação à conta contábil Multas Administrativas, demonstra-se que houve um aumento de 96,82%, comparando os dois períodos, que em termos monetários representa uma variação positiva de R\$ 582.835.567,81 (quinhentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta e um centavos), decorrente das arrecadações com multas de trânsito, multas aplicadas em postos de pesagem por excesso de peso e multas por descumprimento contratual, conforme Quadro 40. Os valores que aparecem como negativos nas colunas de saldo, neste Quadro, significam que foram reclassificados para outros códigos de recebimento.

Quadro 40 – Multas Administrativas por código de recolhimento

Código de Recolhimento GRU / Tipo de Receita (VPA)	Saldo R\$		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
Multas previstas em contratos - registros por competência	50.908.122,87	16.355.375,14	4,30%	211,26%	34.552.747,73
10040 DNIT-MULTAS DE TRÂNSITO	363.736.360,48	349.988.628,97	30,70%	3,93%	13.747.731,51
10041 DNIT-MULTAS DETRÂNSITO POR EXCESSO DE PESO	-27.858,43	182.549,04	0,00%	-115,26%	-210.407,47
10042 DNIT-MULTAS DE TRÂNSITO RADAR MÓVEL	-5.049,44	3.026,26	0,00%	-266,85%	-8.075,70
10043 DNIT-MULTA AVANÇO SINAL	-2.360,61	-1.726,58	0,00%	36,72%	-634,03
10044 DNIT-MULTA TRÂNSITO RADAR FIXO	-628.856,51	-229.007,99	-0,05%	174,60%	-399.848,52
10093 DNIT-MULTA COMPARTILHADAS CONVÊNIOS	2.953.868,39	471.976,27	0,25%	525,85%	2.481.892,12
10095 DNIT-MULTAS DE TRÂNSITO	751.687.739,13	217.011.435,52	63,44%	246,38%	534.676.303,61
18804 MULTA PREVISTA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	533.756,63	46.437,15	0,05%	1049,42%	487.319,48
18831 STN MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATO		148.747,65	0,00%	-100,00%	-148.747,65
28847 MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO	12.418,38	9.108,04	0,00%	36,35%	3.310,34
28849 INDENIZAÇÕES DANOS CAUSADOS PATRIMÔNIO PÚBLICO	12.073,82	3.765,06	0,00%	220,68%	8.308,76
28867 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	2.018.751,29	2.230.647,85	0,17%	-9,50%	-211.896,56
80077 PGF/RDA/DNIT-MULTAS DE TRÂNSITO(NÃO AJUIZADA)	47.314,81	13.695,27	0,00%	245,48%	33.619,54
80138 PGF/RDA/DNIT-MULTAS DE TRÂNSITO(AJUIZADA)	1.510.677,83	348.711,49	0,13%	333,22%	1.161.966,34
80139 PGF/RDA/DNIT-MULTAS TRÂNSITO EXCESSO PESO (NÃO AJUIZADA)	100.907,31	243.541,73	0,01%	-58,57%	-142.634,42
80140 PGF/RDA/DNIT-MULTAS TRÂNSITO EXCESSO PESO (AJUIZADA)	11.822.452,63	14.833.201,25	1,00%	-20,30%	-3.010.748,62
88800 PGF/RDA-MULTA INFRAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO	105.209,24	300.877,64	0,01%	-65,03%	-195.668,40
88806 PGF/RDA/DNIT MULTA DE TRÂNSITO REV	18.025,18	6.995,43	0,00%	157,67%	11.029,75
Total	1.184.803.553,00	601.967.985,19	100,00%	96,82%	582.835.567,81

Fonte: Tesouro Gerencial

A Coordenação de Multas e Educação para o Trânsito informou, como fator contribuinte para aumento da arrecadação com multas de trânsito, a cobrança desempenhada pelos DETRANS, quando dos ciclos de licenciamento dos veículos, que foi prejudicado em 2021 e no início de 2022, com a não expedição das Penalidades de Multas (requisito para tornar a infração exigível para cobrança). Além disso, em 2022 o DNIT passou a atualizar os valores das multas vencidas pela SELIC, bem como houve intensificação da atividade de cobrança e recuperação de créditos. Outro fator contribuinte foi um leve aumento da taxa de aproveitamento das imagens de infrações registradas pelos equipamentos de fiscalização de trânsito do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV.

Restituições

Houve um aumento de 38,22% de variações patrimoniais aumentativas com restituições, decorrente principalmente do recolhimento de valores por competência do período, que em sua maioria são referentes ao reconhecimento de créditos a receber relacionados a resarcimentos ao erário da União, conforme Quadro 41.

Quadro 41 – Restituições por Código de Recolhimento

Código de Recolhimento - GRU / Tipo de Receita (VPA)	Saldo - R\$		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	Variação R\$
Registros por competência - créditos diversos por ressarcimento variados	81.364.270,46	33.860.740,70	48,93%	140,29%	47.503.529,76
18806 RECUPERAÇÃO DESPESA PRIMÁRIA EXERCÍCIOS ANTERIORES FONTE 0100	3.130.394,01	14.875.195,78	1,88%	-78,96%	-11.744.801,77
18818 STN OUTRAS RESTITUIÇÕES(DEDUÇÕES FOLHA)	77.865,04	92.443,80	0,05%	-15,77%	-14.578,76
18836 STN RESTITUIÇÕES RECURSO CONVÊNIO EXERCÍCIO ANTERIOR	67.921.513,12	70.103.635,74	40,85%	-3,11%	-2.182.122,62
18856 STN OUTROS RESSARCIMENTOS	12.213.585,32	545.724,40	7,35%	2138,05%	11.667.860,92
18859 STN OUTRAS RESTITUIÇÕES	300.567,72	32.071,25	0,18%	837,19%	268.496,47
18921 RECUPERAÇÃO DESPESA PRIMÁRIA EXERCÍCIOS ANTERIORES FONTE 0144		93.044,70	0,00%	-100,00%	-93.044,70
28881 RECUPERAÇÃO DESESA PRIMÁRIA EXERCÍCIOS ANTERIORES FONTE PRÓPRIA	4.352,44		0,00%		4.352,44
88802 PGF/RDA-RESSARCIMENTO AO ERÁRIO		8.434,96	0,00%	-100,00%	-8.434,96
88804 PGF/RDA-RESSARCIMENTO AO ERÁRIO DECISÃO TCU	1.270.599,10	690.816,77	0,76%	83,93%	579.782,33
Total	166.283.147,21	120.302.108,10	100,00%	38,22%	45.981.039,11

Fonte: Tesouro Gerencial

O aumento de R\$ 47.503.529,76 (quarenta e sete milhões, quinhentos e três mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos) com os registros por competência com restituições foi causado, principalmente, pelos seguintes lançamentos:

- a) R\$ 29.773.836,61 (vinte e nove milhões, setecentos e setenta e três mil, oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos), referente ao reconhecimento de direito a receber ressarcimento ao erário decorrente de julgamento de Tomada de Contas Especial, pelo Acórdão nº 1490/2022-TCU-Plenário, no âmbito do Contrato nº 17/2002;
- b) R\$ 21.089.967,49 (vinte e um milhões, oitenta e nove mil, novecentos e sessenta e sete reais e quarenta e nove centavos), referente ao reconhecimento de direito a receber ressarcimento ao erário decorrente de julgamento de Tomada de Contas Especial, pelo Acórdão nº 439/2018-TCU-Plenário, no âmbito do Contrato nº 059/1998, após julgamento do Mandado de Segurança 35.971, impetrado por CMC BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S/A, em que cassou a tutela de urgência anteriormente deferida, que suspendia os efeitos da condenação imposta no Acórdão.

2.2. DESPESAS (VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – VPD):

NOTA 18: Serviços

As despesas com Serviços apresentaram um aumento de R\$ 72.002.533,90 (setenta e dois milhões, dois mil, quinhentos e trinta e três reais e noventa centavos), ou 9,46% maior, na comparação entre o encerramento do exercício de 2021 e o de 2022.

Arubrica Serviços agrupa diversas contas contábeis, mas essa variação foi causada principalmente pelo aumento de dispêndios com Serviços Técnicos Profissionais, Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional e com Serviços Conservação/Manutenção de Ativos de Infraestrutura, conforme demonstrado no Quadro 42.

Quadro 42 – VPD - Serviços (Por conta contábil)

Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
DIÁRIAS	4.110.871,74	1.637.784,35	0,49%	151,00%	2.473.087,39
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS - PESSOA FÍSICA	213.076,21	313.026,82	0,03%	-31,93%	-99.950,61
SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL-PESSOA FÍSICA	168.701,60	29.100,00	0,02%	479,73%	139.601,60
LOCAÇÕES E ARRENDAMENTOS - PESSOA FÍSICA	215.915,27	175.526,99	0,03%	23,01%	40.388,28
SERVIÇOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS - PESSOA FÍSICA	1.244.907,77	1.063.546,33	0,15%	17,05%	181.361,44
SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.284.447,55	61.720.659,28	2,44%	-67,14%	-41.436.211,73
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	178.711.471,39	150.590.342,48	21,46%	18,67%	28.121.128,91
SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	417.206.250,60	367.544.143,89	50,09%	13,51%	49.662.106,71
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO, GRÁFICO E AUDIOVISUAL	25.568.925,77	29.860.367,02	3,07%	-14,37%	-4.291.441,25
SERVIÇOS DE TRANSPORTE, PASSAGEM,LOCOMOÇÃO E HOSPEDAGEM-PESSOA JURÍDICA	5.302.780,14	1.615.258,53	0,64%	228,29%	3.687.521,61
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PESSOA JURÍDICA	2.809.827,69	1.375.606,76	0,34%	104,26%	1.434.220,93
SERVIÇOS DE CONFECÇÕES - PESSOA JURÍDICA	47.596,78	158.277,95	0,01%	-69,93%	-110.681,17
SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO,ENERGIA ELÉTRICA,GÁS E OUTROS-PESSOA JURÍDICA	14.578.090,00	12.891.582,84	1,75%	13,08%	1.686.507,16
LOCAÇÃO E ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	5.294.846,26	5.740.385,53	0,64%	-7,76%	-445.539,27
SERVIÇOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS - PESSOA JURÍDICA	269.805,26	101.284,08	0,03%	166,38%	168.521,18
SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.783.997,04	30.943.646,21	0,93%	-74,84%	-23.159.649,17
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	31.853,90	3.001,00	0,00%	961,44%	28.852,90
SEGUROS EM GERAL	388.816,63	402.221,28	0,05%	-3,33%	-13.404,65
CONSERVAÇÃO/MANUTENÇÃO ATIVOS INFRAESTRUTURA	147.978.587,36	94.038.607,28	17,77%	57,36%	53.939.980,08
SERVIÇOS DE CARÁTER SECRETO OU RESERVADO	259,40		0,00%		259,40
SERVIÇOS PRESTADOS DIVERSOS - PESSOA JURÍDICA	47.394,47	8.412,91	0,01%	463,35%	38.981,56
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS - PESSOA JURÍDICA - INTRA OFSS		1.220,10	0,00%	-100,00%	-1.220,10
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO,GRÁFICOS E AUDIOVISUAIS-PESSOA JURÍDICA -INTRA OFSS	205.649,54	242.318,75	0,02%	-15,13%	-36.669,21
SERVIÇOS TRANSPORTE,PASSAGEM,LOCOMOÇÃO E HOSPEDAGEM-PESSOA JURÍDICA-INTRA OFSS	12.145,38	1.249,53	0,00%	872,00%	10.895,85
SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO,ENERGIA ELÉTRICA,GÁS E OUTROS-PESSOA JURÍDICA-INTRA OFSS	45.315,22	0,00	0,01%		45.315,22
LOCAÇÕES E ARRENDAMENTOS - PESSOA JURÍDICA - INTRA OFSS		2.789,38	0,00%	-100,00%	-2.789,38
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	3.612,00		0,00%		3.612,00
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS - PESSOA JURÍDICA - ESTADO OU ENTIDADES ESTADUAIS	17.216,82	2.445,17	0,00%	604,12%	14.771,65
SERVIÇO APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL-PESSOA JURÍDICA-ESTADO OU ENTIDADES ESTADUAIS		8.160,00	0,00%	-100,00%	-8.160,00
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO, GRÁFICOS E AUDIOVISUAIS-PESSOA JURÍDICA-ESTADO OU ENTIDADES ESTADUAIS	171,61	11.005,69	0,00%	-98,44%	-10.834,08
SERVIÇOS DE TRANSPORTE,PASSAGEM,LOCOMOÇÃO E HOSPEDAGEM-PESSOA JURÍDICA-ESTADO OU ENTIDADES ESTADUAIS		92.942,01	0,00%	-100,00%	-92.942,01
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO,ENERGIA ELÉTRICA,GÁS E OUTROS-PESSOA JURÍDICA-ESTADO OU ENTIDADES ESTADUAIS	301.490,00	261.503,51	0,04%	15,29%	39.986,49
SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.637,17	0,00%	-100,00%	-2.637,17
SEGUROS EM GERAL		140,16	0,00%	-100,00%	-140,16
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS - PESSOA JURÍDICA - MUNICÍPIOS OU ENTIDADES MUNICIPAIS	692,36		0,00%		692,36
SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO,TÉCNICO E OPERACIONAL-PESSOA JURÍDICA-MUNICÍPIOS OU ENTIDADES MUNICIPAIS	16.014,35	15.897,31	0,00%	0,74%	117,04
SERVIÇOS DE TRANSPORTE,PASSAGEM,LOCOMOÇÃO E HOSPEDAGEM-PESSOA JURÍDICA-MUNICÍPIOS OU ENTIDADES MUNICIPAIS	226,85		0,00%		226,85
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PESSOA JURÍDICA - MUNICÍPIOS OU ENTIDADES MUNICIPAIS		10,06	0,00%	-100,00%	-10,06
SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO,ENERGIA ELÉTRICA,GÁS E OUTROS-PESSOA JURÍDICA-MUNICÍPIOS OU ENTIDADES MUNICIPAIS	11.696,96	15.067,96	0,00%	-22,37%	-3.371,00
CONSERVAÇÃO/MANUTENÇÃO ATIVOS INFRAESTRUTURA	48,31		0,00%		48,31
Total	832.872.702,23	760.870.168,33	100,00%	9,46%	72.002.533,90

Fonte: Tesouro Gerencial

Serviços Técnicos Profissionais

A conta contábil Serviços Técnicos Profissionais registra as variações patrimoniais diminutivas provenientes da utilização de serviços nas áreas de consultorias, assessorias, perícias, auditoria externa, honorários advocatícios etc.

No período, houve um aumento de 18,67%, que representa um valor de R\$ 28.121.128,91 (vinte e oito milhões, cento e vinte e um mil, duzentos e vinte e oito reais e noventa e um centavos), com despesas referentes a serviços técnicos profissionais. Os cinco principais fornecedores cujos contratos mais impactaram nesta conta, que representam 65,12% do total dos gastos registrados, estão listados no Quadro 43.

Quadro 43 – Serviços Técnicos Profissionais (Principais Fornecedores)

Fornecedores		Saldo - R\$
		DEZ/2022
88849773000198	STE SERVICOS TECNICOS DE ENGENHARIA SA	59.802.446,77
33683111000107	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	31.953.484,78
92930643000152	ECOPLAN ENGENHARIA LTDA	10.616.984,37
01057727000178	LAGHI ENGENHARIA LTDA	7.072.058,99
02363619000781	SERGET MOBILIDADE VIARIA LTDA	6.933.037,83
Total		116.378.012,74

Fonte: Tesouro Gerencial

Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional

Os registros na conta contábil de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional referem-se a despesas com serviços de apoio, vigilância ostensiva, manutenção, conservação, limpeza, manobra e patrulhamento, socorro e salvamento, cópias e reprodução de documentos, armazenagem, locação de mão de obras, etc.

Até o encerramento do exercício de 2022, o volume de despesas com esse tipo de serviço foi 13,51% maior do que o apresentado no mesmo período de 2021, representando um acréscimo de R\$ 49.662.106,71 (quarenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, cento e seis reais e setenta e um centavos).

Os 15 principais fornecedores cujos contratos mais impactaram nesta conta, que representam 64,19% do total dos gastos registrados, estão listados no Quadro 44.

Quadro 44 – Serviços de Apoio Administrativo, Técnicos e Operacionais (Principais Fornecedores)

Fornecedores		Saldo - R\$
		DEZ/2022
01466431000100	GCT - GERENCIAMENTO E CONTROLE DE TRANSITO S/A	51.364.736,90
56419492000109	WORKS CONSTRUCAO & SERVICOS EIRELI	33.636.954,23
09370244000130	DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA EIRELI	24.529.389,64
73688517000199	FOTOSENORES TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA	22.861.906,72
25898180000100	SIGMA ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	18.336.747,80
00113691000130	FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMACAO LTDA	17.785.850,15
16383848000187	MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINACAO E TECNOLOGIA LTDA	16.965.630,20
07877926000109	VELSIS SISTEMAS E TECNOLOGIA VIARIA S.A.	14.655.317,93
32040529000125	TRIGONAL ENGENHARIA LTDA	11.410.816,05
02363619000781	SERGET MOBILIDADE VIARIA LTDA	9.821.932,70
26444653000153	ASSOC CENTRO DE TREINAMENTO DE EDUCACAO FISICA ESPECIAL	9.800.704,31
01175068000174	DATA TRAFFIC S/A	9.358.332,17
01026798000103	PANAVIDEO TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA	9.177.298,88
93315190000117	ELISEU KOPP & CIA LTDA	9.061.912,08
16502551000193	SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA	9.036.408,90
Total		267.803.938,66

Fonte: Tesouro Gerencial

Conservação/Manutenção Ativos de Infraestrutura

O reconhecimento de despesa com serviços de conservação e manutenção de ativos de infraestrutura, que não contribuíram para o aumento da vida útil desses ativos, sofreu um aumento de 57,36% entre o encerramento do exercício de 2022 e o mesmo período de 2021, que significa uma variação positiva de R\$ 53.939.980,08 (cinquenta e três milhões, novecentos e trinta e nove mil, novecentos e oitenta reais e oito centavos).

Os dez principais fornecedores cujos contratos mais impactaram nesta conta, que representam 94,35% do total dos gastos registrados, estão listados no Quadro 45.

Quadro 45 – Principais fornecedores de serviços de conservação/manutenção em ativo de infraestrutura

Fornecedores	Saldo - R\$
	DEZ/2022
08651815000142 JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA.	49.164.506,94
04718687000156 ANTONELLY CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	24.864.810,31
03552884000185 COMSERVICO LTDA	23.249.569,51
05410666000131 FOCUS EMPREENDIMENTOS EIRELI	9.647.008,38
05641692000170 JEED ENGENHARIA LTDA	9.121.777,82
01279297000139 PREVINE SERVIÇOS TÉCNICOS E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA	6.490.241,24
00078296000163 PAMPULHA ENGENHARIA LTDA	6.056.961,40
00188111000173 R PEOTTA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	5.411.425,85
15065755000141 S E R SERVIÇOS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA -	3.029.452,40
55678759000110 HIDROTOP CONSTRUÇÕES, IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO EIRELI	2.591.200,14
Total	139.626.953,99

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTA 19: Depreciação, Amortização e Exaustão

As despesas com depreciação, amortização e exaustão aumentaram 254,23% no período analisado, e detalhes sobre essas despesas estão descritos nas Notas Explicativas 05, 07 e 08.

NOTA 20: Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A despesa patrimonial com Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos, apresentou um decréscimo de 16,12% em relação ao mesmo período de 2021, que, em termos monetários, representa uma variação de R\$ 487.571.443,48 (quatrocentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e setenta e um mil, quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e oito centavos), conforme apresentado no Quadro 46, causada, principalmente, pelos registros de ajustes para perdas com créditos a receber.

Quadro 46 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
AJUSTE PARA PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER	136.263.951,53	716.930.751,66	5,37%	-80,99%	-580.666.800,13
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	481.917,98	847.037,16	0,02%	-43,11%	-365.119,18
PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE BENS MÓVEIS	5.653.289,77	78.689,26	0,22%	7084,32%	5.574.600,51
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM ESTOQUES	2.843,99		0,00%		2.843,99
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS INTRA OFSS	2.019.236,25	2.867.337,77	0,08%	-29,58%	-848.101,52
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	2.142.160.086,63	2.101.407.453,37	84,46%	1,94%	40.752.633,26
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS INTRA OFSS	249.797.857,62	201.819.358,03	9,85%	23,77%	47.978.499,59
Total	2.536.379.183,77	3.023.950.627,25	100,00%	-16,12%	-487.571.443,48

Fonte: Tesouro Gerencial

Ajuste para Perdas de Demais Créditos a Receber

A conta de Ajuste para Perdas de Créditos a Receber, julgados em Tomadas de Contas Especiais, que está detalhada na Nota Explicativa 03, representa a principal causa na redução das despesas patrimoniais desta rubrica. Houve uma revisão das perdas estimadas na data da elaboração das demonstrações contábeis e apenas a diferença a maior em relação à perda anterior foi registrada, conforme Macrofunção 020342 (Ajustes para Perdas Estimadas).

Perdas Involuntárias de Bens Móveis

As Perdas Involuntárias de Bens Móveis sofreram uma variação de 7.084,32%, que monetariamente corresponde a um acréscimo de R\$ 5.574.600,51 (cinco milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, seiscentos reais e cinquenta e um centavos). As principais perdas foram:

- a) R\$ 1.232.026,20 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil, vinte e seis reais e vinte centavos), referente à baixa de automóveis usados como dação em pagamento em aquisição de veículos novos, no âmbito da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Rio Grande do Sul;
- b) R\$ 1.181.289,57 (um milhão, cento e oitenta e um mil, duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), com baixa de bens móveis, como automóvel utilitário caminhonete, empilhadeira, trator agrícola, locomotiva, vagão ferroviário, referente a bens oriundos da extinta RFFSA, no âmbito da Superintendência Regional do DNIT no Estado de São Paulo;
- c) R\$ 881.999,90 (oitocentos e oitenta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos), com a baixa de bens móveis, do tipo automóvel e guincho elétrico, como dação em pagamento em aquisição de veículos novos, no âmbito da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Pernambuco;
- d) R\$ 525.326,67 (quinhentos e vinte e cinco mil, trezentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos), com a baixa de bens móveis, do tipo automóvel utilitário caminhonete e guincho elétrico, como dação em pagamento em aquisição de veículos novos, no âmbito da Superintendência Regional do DNIT no Estado de São Paulo;
- e) R\$ 238.989,66 (duzentos e trinta e oito mil, novecentos e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos), com a baixa de vagões ferroviário e caminhões, referente a bens oriundos da extinta RFFSA, no âmbito da Superintendência Regional do DNIT no Estado de São Paulo.

Desincorporação de Ativos

A Desincorporação de Ativos constitui 84,46 % do saldo desta rubrica ao final do exercício financeiro de 2022, que se reflete monetariamente em R\$ 2.142.160.086,63 (dois bilhões, cento e quarenta e dois milhões, cento e sessenta mil, oitenta e seis reais e sessenta e três centavos). As maiores variações patrimoniais diminutivas (despesas patrimoniais) da conta Desincorporação de Ativos, em 2022, estão listados no Quadro 47.

Quadro 47 – Principais registros de Desincorporação de Ativos em 2022

Principais registros de despesas patrimoniais	Saldo - R\$
	DEZ/2022
CONTABILIZACAO DA REDUÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DAS ECLUSAS, CONFORME PLANILHA SEI Nº 13363227 - PROCESSO 50600.514186/2017-45.	556.784.050.76
REDUÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DA RODOVIA DO ESTADO DO MARANHÃO, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 13235965.	529.586.210.82
REDUÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DA RODOVIA DO ESTADO DA PARAÍBA, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 13235965.	177.509.478.10
REDUÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DAS RODOVIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 13235965.	157.791.008.28
REDUÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DA RODOVIA DO ESTADO DO AMAZONAS, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 13235965.	123.906.269.48
REDUÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DA RODOVIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 13235965.	103.962.589.95
REDUÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DA RODOVIA DO ESTADO DE GOIAS, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 13235965.	96.406.018.17
REDUÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DAS INSTALAÇOES PORTUÁRIAS DE PEQUENO PORTE (IP4) , CONFORME PLANILHA SEI NR. 13366581 DO PROCESSO 50600.514186/2017-45.	81.719.883.08
REDUÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DA RODOVIA DO ESTADO DA BAHIA, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 13235965.	63.444.798.79
REDUÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DA RODOVIA DO ESTADO DE RORAIMA, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 13235965.	52.317.331.66
REDUÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DA RODOVIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CONFORME PROCESSO 50600.052538/2012-51, PLANILHA SEI! 13235965.	42.939.546.13
BAIXA DO CREDITO A RECEBER, APLICADAS NOS 50600.001904/2018-07 E 50600.033938/2019-33, E REGISTRO EM ATIVO CONTINGENTE, TENDO EM VISTA O PARECER DE FORCA EXECUTORIA N. 00157/2022/NLIC/ER-ADM-PRF1/PGF/AGU, SEI 12728905, SOBRE A SUSPENSAO, A FIM DE CUMPRIR A DECISAO JUDICIAL, NO PROCESSO JUDICIAL: 1056176-30.2022.4.01.3400.	35.990.603.20
Total	2.022.357.788,42

Fonte: Tesouro Gerencial

Os valores registrados na conta Desincorporação de Ativos Intra OFSS referem-se a registros de comprovação de prestação de contas, ou do recebimento de devolução de valores, de Termos de Execução Descentralizada, detalhados na Nota Explicativa 01.

NOTA 21: Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

A rubrica Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas apresentou uma variação positiva de 68,64% na comparação entre os dois períodos, que em termos monetários corresponde a um aumento de R\$ 21.427.629,76 (vinte e um milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, seiscentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos) nas despesas. Conforme Quadro 48, essa variação deve-se, principalmente, pelo aumento na conta que abriga os registros da conta contábil VPD decorrentes de Fatos Geradores Diversos, que teve um aumento no valor de R\$ 40.221.061,21 (quarenta milhões, duzentos e vinte e um mil, sessenta e um reais e vinte e um centavos) e demonstra os valores retidos de multas de trânsito aplicadas pelo DNIT, que, por serem arrecadadas por órgãos e entidades executivos de trânsito estaduais onde o veículo autuado está registrado, são recolhidos a esses órgãos, em conformidade com a Portaria DENATRAN nº 02/2018.

Quadro 48 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas (Por conta contábil)

Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Análise		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
MULTAS ADMINISTRATIVAS	11.315.86	10.794.56	0.02%	4.83%	521.30
MULTAS ADMINISTRATIVAS - INTRA OFSS	801.41	6.288.72	0.00%	-87.26%	-5.487.31
MULTAS ADMINISTRATIVAS - ESTADO OU ENTIDADES ESTADUAIS	663.02	824.38	0.00%	-19.57%	-161.36
MULTAS ADMINISTRATIVAS - MUNICÍPIOS OU ENTIDADES MUNICIPAIS	243.49		0.00%		243.49
INDENIZAÇÕES	574.898.47	622.868.59	1.09%	-7.70%	-47.970.12
RESTITUIÇÕES	23.542.92	11.083.22	0.04%	112.42%	12.459.70
RESTITUIÇÕES - INTRA OFSS		329.00	0.00%	-100.00%	-329.00
VPD DECORRENTE DE FATOS GERADORES DIVERSOS	49.703.268.01	9.482.206.80	94.41%	424.17%	40.221.061.21
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - EXCLUSÃO - PRINCIPAL	1.768.971.88	6.230.349.02	3.36%	-71.61%	-4.461.377.14
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - EXCLUSÃO - MULTA	354.792.19	1.246.069.80	0.67%	-71.53%	-891.277.61
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - EXCLUSÃO - JUROS	207.272.61	13.607.326.01	0.39%	-98.48%	-13.400.053.40
Total	52.645.769.86	31.218.140.10	100.00%	68.64%	21.427.629.76

Fonte: Tesouro Gerencial

3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 22: Execução da Receita Orçamentária

Destaca-se, no exercício de 2022, um excesso de arrecadação em relação à previsão atualizada, de R\$ 638.639.419,13 (seiscentos e trinta e oito milhões, seiscentos e trinta e nove mil, quatrocentos e dezenove reais e treze centavos), que representa 138,46% a mais que o previsto para aquele exercício financeiro, conforme Quadro 49.

Quadro 49 – Receitas Previstas e Realizadas

Categoria Econômica	Origem Receita	Espécie Receita	Saldo - R\$ (Conta Contábil)			Excesso de arrecadação	
			2022				
			Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
1 RECEITAS CORRENTES	3 RECEITA PATRIMONIAL	1 EXPLORAÇÃO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	6.052.883,00	6.052.883,00	6.930.778,00	877.895,00	
		1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	40.351.840,00	40.351.840,00	48.644.986,27	8.293.146,27	
	9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1 MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	414.456.720,00	414.456.720,00	1.039.107.027,72	624.650.307,72	
		2 INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	265.286,00	265.286,00	1.908.253,32	1.642.967,32	
2 RECEITAS DE CAPITAL	2 ALIENAÇÃO DE BENS	1 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	131.066,00	131.066,00	3.306.168,82	3.175.102,82	
Total			461.257.795,00	461.257.795,00	1.099.897.214,13	638.639.419,13	

Fonte: Tesouro Gerencial

A maior parte do excesso de arrecadação é proveniente de receitas correntes, agrupadas nas espécies de receita Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais, seguida por Serviços Administrativos, e receitas de capital de alienação de bens móveis, respectivamente:

- 150,72% de Outras Receitas Correntes prevista com multas administrativas, contratuais e judiciais, representando 94,47% do total arrecadado com receitas orçamentárias em 2022, e onde estão enquadradas as multas de trânsito, que apresentaram aumento expressivo em relação ao exercício de 2021, conforme detalhado na Nota Explicativa 17 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas.
- 20,55% da Receita de Serviços prevista com atividades de apoio administrativo, como taxas de registro, vistoria, licença etc relacionadas com exploração de bens, direitos e serviços, conforme

detalhado na Nota Explicativa 14 – Exploração de Bens, Direitos e Serviços da Demonstração de Variação Patrimonial – DVP; e

c) 2.422,52 % da Receita com alienações de bens móveis, no valor de R\$ 3.175.102,82 (três milhões, cento e setenta e cinto mil, cento e dois reais e oitenta e dois centavos), que representa 0,30% da receita realizada em 2022, provenientes majoritariamente da alienação de bens móveis inservíveis da extinta RFFSA pelas SR/PI e SR/SP.

O Quadro 50 compara a realização de receitas entre os exercícios de 2022 e 2021, demonstrando que:

- a) as Receitas Correntes, que representam 99,70% das realizadas, aumentaram 83,92% em relação ao exercício de 2021, principalmente devido ao aumento na arrecadação Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais;
- b) a receita com Alienação de Bens Móveis, que é a única Receita de Capital arrecadada pelo DNIT, aumentou 97,12% em relação ao exercício de 2021, devido principalmente à alienação bens móveis inservíveis da extinta RFFSA pelas SR/PI e SR/SP.

Quadro 50 – Receitas Realizadas - Comparativo

Categoria Econômica	Origem Receita	Espécie Receita	Saldo - R\$ (Receitas realizadas)		Análise			
			2022	2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$	
1	RECEITAS CORRENTES	3 RECEITA PATRIMONIAL	1 EXPLORAÇÃO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	6.930.778,00	5.355.284,76	0,63%	29,42%	1.575.493,24
		6 RECEITA DE SERVIÇOS	1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	48.644.986,27	40.179.907,43	4,42%	21,07%	8.465.078,84
		9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1 MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	1.039.107.027,72	549.970.208,57	94,47%	88,94%	489.136.819,15
			2 INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	1.908.253,32	728.743,40	0,17%	161,86%	1.179.509,92
Subtotal Receitas Correntes			1.096.591.045,31	596.234.144,16	99,70%	83,92%	500.356.901,15	
2	RECEITAS DE CAPITAL	2 ALIENAÇÃO DE BENS	1 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.306.168,82	1.677.248,78	0,30%	97,12%	1.628.920,04
Subtotal Receitas de Capital			3.306.168,82	1.677.248,78	0,30%	97,12%	1.628.920,04	
Total			1.099.897.214,13	597.911.392,94	100,00%	83,96%	501.985.821,19	

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTA 23: Execução da Despesa Orçamentária

Quanto às Despesas Correntes, a execução no exercício financeiro de 2022 foi no montante de R\$ 1.582.036.376,06 (um bilhão, quinhentos e oitenta e dois milhões, trinta e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e seis centavos), tendo como principal dispêndio, nesta categoria econômica, o grupo de despesas Outras Despesas Correntes com R\$ 831.452.629,56 (oitocentos e trinta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e vinte e nove reais e cinquenta e seis centavos), que representa um aumento de 14,65% em relação ao ano de 2021. O valor empenhado com Pessoal e Encargos Sociais manteve-se estável na comparação entre os exercícios financeiros de 2022 e 2021, apresentando um declínio de 0,08%, que representa um decréscimo monetário de R\$ 6.088.455,93 (seis milhões, oitenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e três centavos), conforme observado no Quadro 51.

A maior parte das despesas empenhadas referem-se à categoria econômica de Capital, grupo de despesas Investimentos, que presenta 84,58% do total das despesas empenhadas em 2022, montante de R\$ 8.677.748.818,28 (oito bilhões, seiscentos e setenta e sete milhões, setecentos e quarenta e oito mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e oito centavos). A relação entre despesas empenhas e dotação atualizada correspondeu a 97,56% do orçamento disponibilizado ao DNIT. A variação entre os exercícios financeiros de 2022 e 2021 para as Despesas de Capital foi positiva em 40,18%, no montante de R\$ 2.487.259.730,80 (dois bilhões, quatrocentos e oitenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e trinta reais e oitenta centavos), de acordo com o exposto no Quadro 51.

Quadro 51 – Execução da Despesa Orçamentária

Categoria Econômica	Grupo de Despesa	Saldo - R\$ (Despesas empenhadas)		Análise		
		2022	2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
3 DESPESAS CORRENTES	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	831.452.629,56	725.214.012,44	8,10%	14,65%	106.238.617,12
	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	750.583.746,50	756.672.202,43	7,32%	-0,80%	-6.088.455,93
Subtotal Despesas Correntes		1.582.036.376,06	1.481.886.214,87	15,42%	6,76%	100.150.161,19
4 DESPESAS DE CAPITAL	4 INVESTIMENTOS	8.677.748.818,28	6.190.489.087,48	84,58%	40,18%	2.487.259.730,80
Subtotal Despesas de Capital		8.677.748.818,28	6.190.489.087,48	84,58%	40,18%	2.487.259.730,80
Total		10.259.785.194,34	7.672.375.302,35	100,00%	33,72%	2.587.409.891,99

Fonte: Tesouro Gerencial

O Quadro 52 compara a execução de despesas, entre 2022 e 2021, por natureza de despesa.

Quadro 52 – Despesas Orçamentárias executadas por Natureza de Despesa

Natureza Despesa	SALDO R\$- DESPESAS EMPENHADAS		Análise		
	2022	2021	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
339008 OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.071.890,34	2.195.365,88	0,02%	-5,62%	-123.475,54
339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	4.106.712,18	1.636.001,35	0,04%	151,02%	2.470.710,83
339030 MATERIAL DE CONSUMO	8.637.036,39	7.555.675,62	0,08%	14,31%	1.081.360,77
339032 MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	2.849,00		0,00%		2.849,00
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.531.346,45	2.130.138,58	0,05%	159,67%	3.401.207,87
339035 SERVICOS DE CONSULTORIA	2.936.537,86	8.623.169,41	0,03%	-65,95%	-5.686.631,55
339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.109.834,25	2.057.466,43	0,03%	51,15%	1.052.367,82
339037 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	154.708.596,46	114.523.590,98	1,51%	35,09%	40.185.005,48
339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	552.696.560,43	503.025.847,58	5,39%	9,87%	49.670.712,85
339040 SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	43.203.645,84	42.930.204,89	0,42%	0,64%	273.440,95
339046 AUXILIO-ALIMENTACAO	11.900.000,00	12.311.428,14	0,12%	-3,34%	-411.428,14
339047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	18.087.923,15	7.303.525,83	0,18%	147,66%	10.784.397,32
339049 AUXILIO-TRANSPORTE	844.725,46	675.138,85	0,01%	25,12%	169.586,61
339059 PENSOES ESPECIAIS	14.322.788,62	12.353.543,88	0,14%	15,94%	1.969.244,74
339091 SENTENCAS JUDICIAIS	39.890,00	238.339,63	0,00%	-83,26%	-198.449,63
339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.159.300,34	735.979,68	0,02%	193,39%	1.423.320,66
339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.576.467,63	6.444.782,42	0,06%	2,04%	131.685,21
339095 INDENIZACAO PELA EXECUCAO TRABALHOS DE CAMPO	128.294,52	40.398,20	0,00%	217,57%	87.896,32
339139 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	386.399,13	422.503,62	0,00%	-8,55%	-36.104,49
339147 OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	1.416,26	9.915,27	0,00%	-85,72%	-8.499,01
339192 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	415,25	996,20	0,00%	-58,32%	-580,95
319001 APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	184.702.911,64	179.219.926,47	1,80%	3,06%	5.482.985,17
319003 PENSOES	40.322.377,84	35.931.912,30	0,39%	12,22%	4.390.465,54
319004 CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	2.073,58		0,00%		2.073,58
319007 CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	3.684.483,22	4.023.184,04	0,04%	-8,42%	-338.700,82
319011 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	388.476.731,92	399.246.239,24	3,79%	-2,70%	-10.769.507,32
319013 OBRIGACOES PATRONAIS	13.000,00	12.685,07	0,00%	2,48%	314,93
319016 OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	2.784.542,08	2.224.119,14	0,03%	25,20%	560.422,94
319091 SENTENCAS JUDICIAIS	9.572.992,81	9.694.417,70	0,09%	-1,25%	-121.424,89
319092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.563.633,41	2.568.604,13	0,02%	-39,13%	-1.004.970,72
319096 RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	28.761.000,00	27.930.895,34	0,28%	2,97%	830.104,66
319113 OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	90.700.000,00	95.820.219,00	0,88%	-5,34%	-5.120.219,00
443251 OBRAS E INSTALACOES	45.438.142,00	90.199.860,00	0,44%	-49,63%	-44.761.718,00
444251 OBRAS E INSTALACOES	7.177.071,72	38.069.001,99	0,07%	-81,15%	-30.891.930,27
449030 MATERIAL DE CONSUMO	5.668.488,68	127.800,00	0,06%	4335,44%	5.540.688,68
449035 SERVICOS DE CONSULTORIA	45.545.784,73	92.188.709,73	0,44%	-50,60%	-46.642.925,00
449039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	3.340.036.970,08	2.256.643.903,31	32,55%	48,01%	1.083.393.066,77
449040 SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	8.912,04	13.055.579,02	0,00%	-99,93%	-13.046.666,98
449047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	19.570.379,10	8.045,64	0,19%	243142,04%	19.562.333,46
449051 OBRAS E INSTALACOES	5.056.489.809,09	3.491.114.320,72	49,28%	44,84%	1.565.375.488,37
449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.855.770,48	25.446.859,81	0,15%	-37,69%	-9.591.089,33
449061 AQUISICAO DE IMOVEIS	132.266.127,36	179.217.887,13	1,29%	-26,20%	-46.951.759,77
449092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.349.760,91	3.506.993,51	0,07%	109,57%	3.842.767,40
449147 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.341.602,09	910.126,62	0,02%	157,28%	1.431.475,47
Total	10.259.785.194,34	7.672.375.302,35	100,00%	33,72%	2.587.409.891,99

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTA 24: Restos a Pagar

Em 31/12/2022, o DNIT possuía um saldo de R\$ 11.677.076,17 (onze milhões, seiscentos e setenta e sete mil, setenta e seis reais e dezessete centavos) em Restos a Pagar Processados (RPP) e R\$ 959.060.573,93 (novecentos e cinquenta e nove milhões, sessenta mil, quinhentos e setenta e três reais e noventa e três centavos) em Restos a Pagar Não Processados, incluindo o saldo a liquidar, o liquidado e o em liquidação.

Até o encerramento do exercício de 2022, pagou-se 74,62% dos Restos a Pagar Processados, e 66,52% dos Restos a Pagar Não Processados, inscritos e reinscritos no encerramento do exercício de 2021, conforme Quadro 53.

Quadro 53 – Pagamento de Restos a Pagar

	INSCRITOS E REINSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO	INDICE DE REALIZAÇÃO
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.833.563.410,55	324.295.777,12	2.550.207.059,50	959.060.573,93	66,52%
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	79.741.134,44	8.561.122,44	59.502.935,83	11.677.076,17	74,62%
Total	3.913.304.544,99	332.856.899,56	2.609.709.995,33	970.737.650,10	66,69%

Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto à execução dos Restos a Pagar, o Quadro 54 demonstra como foi o tratamento dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) em 2022. O percentual de liquidação dos RPNP foi de 66,63% em relação aos inscritos e reinscritos subtraindo os cancelados, representando um montante de R\$ 2.554.283.420,85 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e três mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta e cinco centavos), sendo em sua maioria, despesas relacionadas a investimentos.

Quadro 54 – Execução de Restos a Pagar Não Processados

		GRUPO DE DESPESA (SALDO R\$)			TOTAL	AV%
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS		
A	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS E REINSCRITOS	23.656.019,74	321.963.174,41	3.487.944.216,40	3.833.563.410,55	100,00%
B	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	9.345.705,94	36.816.653,78	278.133.417,40	324.295.777,12	8,46%
C	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LÍQUIDO (A-B)	14.310.313,80	285.146.520,63	3.209.810.799,00	3.509.267.633,43	91,54%
D	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	8.952.296,19	34.656.955,69	911.374.960,70	954.984.212,58	24,91%
E	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	5.358.017,61	250.489.564,94	2.298.435.838,30	2.554.283.420,85	66,63%
F	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	1.309.057,48	273.507,04	2.493.796,83	4.076.361,35	0,11%
G	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS	4.048.960,13	250.216.057,90	2.295.942.041,47	2.550.207.059,50	66,52%
H	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A PAGAR	10.261.353,67	34.930.462,73	913.868.757,53	959.060.573,93	25,02%

Fonte: Tesouro Gerencial

4. BALANÇO FINANCEIRO:

NOTA 25 – Movimentação Financeira

O resultado da movimentação de recursos no exercício de 2022 apresentou uma redução no déficit financeiro de 60,59%, saindo de um resultado financeiro negativo de R\$ 25.302.130,57 em 2021, para um déficit de R\$ 9.971.337,08 em 2022.

Em comparação ao mesmo período no exercício anterior, as receitas orçamentárias tiveram um aumento de 83,96% e as despesas aumentaram em 33,72%. Ressalte-se que o Balanço Financeiro considera como Despesas Orçamentárias todo o valor empenhado, independente de liquidação ou pagamento. Já a Receita Orçamentária é a efetivamente arrecadada pelo seu valor líquido. O Balanço Financeiro registra como Pagamentos Extraorçamentários o pagamento do Restos a Pagar Processados e Não Processados. O Quadro 55 sintetiza esses saldos.

Quadro 55 – Síntese – Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO			
	31/12/2022	31/12/2021	AH%
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	1.099.897.214,13	597.911.392,94	83,96%
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	10.259.785.194,34	7.672.375.302,35	33,72%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	8.597.328.095,47	8.155.680.455,77	5,42%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.751.236.412,62	1.128.702.433,34	55,15%
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	4.916.955.403,69	3.128.573.980,38	57,16%
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	2.613.130.443,41	3.106.390.223,97	-15,88%
RESULTADO FINANCEIRO	(9.971.337,08)	(25.302.130,57)	-60,59%

A conciliação entre o resultado do Balanço Financeiro - BF e do Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC confirma a variação da movimentação financeira nos períodos demonstrada no Quadro 56.

Quadro 56 – Conciliação DFC e BF

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	31/12/2022	31/12/2021
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (RESULTADO FINANCEIRO)	(9.971.337,08)	(25.302.130,57)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	145.969.522,81	171.271.653,38
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	135.998.185,73	145.969.522,81

Brasília, 31 de janeiro de 2023.

DUANNE EMANUEL LEAL GUIMARÃES
Analista Administrativo - Contador
CRC DF-024140/O-6 T-PI
Matrícula DNIT 4670-1

MARINA BRAZ DE CASTRO CALIL
Analista Administrativo - Contador
CRC DF-024296/O-0 – Matrícula DNIT 4654-0

FABRÍCIO ADRIANO RIBEIRO
Coordenador de Contabilidade substituto
CRC DF-020183/O-5 – Matrícula DNIT 4643-4